

CLÁUDIA ANTICO

DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS NO VALE DO PARAÍBA: CRESCIMENTO E
EXPANSÃO URBANA DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento
de Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação
Da Prof. Dra. Neide Lopes Patarra

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 27/11/97

Banca:

Prof. Dra. Neide Lopes Patarra

Prof. Dra. Lúcia Maria Machado Bógus

Prof. Dra. Teresa Sales

Novembro/1997

An87d

33540/97

UNICAMP

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA	
CLASS.	157-2
V.	
DESCRIÇÃO	33540
PREÇO	395,98
C	<input type="checkbox"/>
U	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO R\$	11,00
DATA	17/04/98
N.º CPD	

CM-00109339-6

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

An 87d

Antico, Cláudia

Deslocamentos populacionais no Vale do Paraíba: crescimento e expansão urbana da região de São José dos Campos / Cláudia Antico . - - Campinas, SP : [s.n.], 1997.

Orientador: Neide Lopes Patarra..

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração interna - Paraíba, Vale do. 2. Urbanização.
3. População - Crescimento. I. Patarra, Neide Lopes.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

*Aos meus pais, Vito e Giovanna,
por todo apoio, carinho e dedicação*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Neide Patarra, pelo grande incentivo ao meu trabalho, e amizade, que tanto contribuiu para vencer essa importante etapa da minha carreira.

À Rosana Baeninger, pelo imenso apoio, amizade, e palavras, que me inspiraram na elaboração desse trabalho e em todo meu caminho profissional.

Ao apoio da FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, na Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar (PRAD), por fornecer dados necessários para a realização dessa dissertação. À todas as instituições e seus pesquisadores que apoiaram e acreditaram na importância da pesquisa: CNPq, Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP), Núcleo de Economia Social Urbana e Regional (NESUR/UNICAMP), Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP).

À toda a equipe de pesquisadores da PRAD, pela riqueza das discussões; em especial, ao colega Paulo Jannuzzi, pela colaboração.

Ao apoio do CNPq, que ao fornecer a bolsa de mestrado, tornou possível a realização da presente dissertação.

Aos professores do curso de Mestrado em Sociologia - IFCH/UNICAMP, que me auxiliaram na formação desse trabalho.

Aos professores do Programa de Doutorado em Demografia - IFCH/UNICAMP, e colegas, pelo incentivo e aprendizado, que muito ajudou no desenvolvimento dessa dissertação.

À Lourdes Contreras Montenegro, Gislaine Fonsechi Cavasan e Ricardo Alexandrino Garcia, pelo apoio na elaboração de tabelas.

À minha irmã Carla, por todo carinho e apoio em todos os momentos; ao Sidney, pela amizade, e também ao pequeno Vito, pela luz e alegria.

Ao Roger, pelo afeto, amizade, e por acreditar e incentivar meu crescimento profissional.

DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS NO VALE DO PARAÍBA: CRESCIMENTO E EXPANSÃO URBANA DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

SUMÁRIO

Introdução.....	06
Capítulo 1 - Vale do Paraíba: Antecedentes históricos e tendências recentes	
1.1. Do Café à Industrialização.....	20
1.2. Anos 80 e Início dos anos 90.....	23
Capítulo 2 - Dinâmica Demográfica: Região de Governo de São José dos Campos	
2.1. Evolução da População - 1940/1996.....	30
2.2. Fluxos Migratórios - Anos 70 e 80.....	32
Capítulo 3 - Dinâmica Demográfica: Região Administrativa de São José dos Campos: 1970/1996	
3.1. Evolução da População e Componentes do Crescimento Populacional.....	45
3.2. Fluxos Migratórios - Anos 80.....	67
Capítulo 4 - Perfil do Migrante, Motivos e Trajetórias Migratórias	
4.1. Características da Moradia e do Entorno, Condições de Infra-Estrutura e Acesso a Serviços.....	92
4.2. Algumas Características dos Chefes de Domicílios.....	97
4.3. Tendências Migratórias.....	105
Considerações Finais.....	119
Referências Bibliográficas.....	126
Anexos.....	135

INTRODUÇÃO

Importantes estudos sobre processos econômicos, urbanos e migratórios no Estado de São Paulo, realizados particularmente a partir da segunda metade dos anos 80, tiveram como um dos principais eixos de discussão as transformações espaciais decorrentes dos desdobramentos da industrialização brasileira¹.

Na trajetória de tais estudos, o aspecto, que aqui procura-se destacar, é a confluência das abordagens sobre industrialização e sobre movimentos migratórios, interligadas à questão da regionalização e aos processos de desconcentração econômica e populacional².

A relação entre a dinâmica econômica e os movimentos populacionais é bastante complexa, e a compreensão de seus impactos sobre o espaço configura-se como um aspecto fundamental para análise. Assim, o espaço, visto como uma produção social (Santos, 1994; Gottdiener, 1993), é construído e transformado por relações sociais. Conforme Gottdiener, "padrões espaciais e processos sociais estão mais relacionados dialeticamente que ligados através de ciclos de causa e efeito." (op.cit.:19) Desse modo, a migração, um fenômeno essencialmente social, constitui-se numa dimensão da organização

¹ Veja-se CANO, W. (coord.) **O Processo de Interiorização da Indústria Paulista - 1920 a 1980**. Coleção Economia Paulista. F.SEADE. São Paulo, 1988; PATARRA, N.L. (coord.) **A Migração no Estado de São Paulo**. Informe Demográfico 23, F.SEADE. São Paulo, 1990; F.SEADE/SEPLAN. **São Paulo no Limiar do Século XXI**. São Paulo, 1992; PATARRA, N.L. (coord.) **Série Migração em São Paulo**. Textos NEPO 24, 25, 26, 28, NEPO/UNICAMP, Campinas, 1993 e 1994; CANO, W. (coord.) **Projeto: A Nova Realidade da Indústria Paulista: subsídios para a política de desenvolvimento regional do Estado de São Paulo**. Conv. F.SEADE/FECAMP, 1994.

² O aprofundamento de aspectos econômicos pode ser visto em CANO, W. "Concentração e Desconcentração Econômica Regional no Brasil: 1970/95. In: **Revista Economia e Sociedade** (8): 101-141, jun., Campinas, 1997; DINIZ, C.C. **Dinâmica Regional da Indústria no Brasil: Início de Desconcentração, Risco de Reconcentração**. Tese de Professor Titular. Depto. de Ciências Econômicas. UFMG, Belo Horizonte, 1991; NEGRI, B. **Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990)**. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 1994; PACHECO, C.A. **A Questão Regional Brasileira pós 1980: desconcentração econômica nacional**. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 1996. E o aprofundamento de aspectos migratórios em BÓGUS, L.M.M. **Vila do Encontro: a cidade chega à periferia**. Cadernos de Estudos e Pesquisas. PRODEUR - 4, FAU-USP-FUPAM, São Paulo, 1981; BAENINGER, R. **Espaço e Tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista**. Coleção Campiniana, Centro de Memória, UNICAMP, Campinas, 1996; CUNHA, J.M.P. **Mobilidade Populacional e Expansão Urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, 1994.

e espacialização das atividades econômicas, mediatizada pelo processo de urbanização e regionalização interna.

Historicamente, os movimentos populacionais constituíram dimensões do processo de desenvolvimento nacional, acompanhando o fortalecimento da industrialização brasileira, e refletindo, assim, em grande medida, os processos de alocação espacial das atividades econômicas.

Em linhas gerais, a partir de 1920, o avanço da industrialização e a gradativa unificação do mercado nacional, foram conduzidos pela concentração econômica no Estado de São Paulo. Conforme Negri e Pacheco (1993), "(...) o crescimento industrial anterior a 1930, a montagem da indústria pesada e o processo de unificação do mercado nacional estiveram, até 1970, identificados com a concentração industrial em São Paulo." (p.4)

O entendimento da grande concentração populacional no Estado de São Paulo, decorrente em grande medida da migração, está ligado à essa espacialização desigual das atividades econômicas, ou ainda, a um processo de criação de desigualdades regionais (Singer, 1973), que acompanhou a industrialização brasileira, em que as políticas governamentais apresentaram papel fundamental. Tais políticas, ao favorecerem a concentração das atividades industriais, principalmente na Região Sudeste, em centros urbanos já existentes e com vantagens de localização, incentivaram a criação de pólos de atração para a população (op.cit.), provocando maior dinamismo urbano e orientando a direção dos fluxos migratórios. As políticas governamentais adquiriram, assim, uma influência de caráter implícito ou explícito (Martine, 1989) no que se refere à redistribuição populacional brasileira.

Até a década de 70, o entendimento da dimensão e do impacto das migrações internas no Brasil passa pela consideração do progressivo esvaziamento das áreas rurais e crescente expansão da população urbana; dos deslocamentos rumo às fronteiras agrícolas; e do contínuo e intenso fenômeno da metropolização. Assim, o processo de urbanização e de redistribuição espacial da população brasileira foi marcado pelo crescimento acelerado e progressivo das grandes cidades e das metrópoles, evidenciando

um panorama de concentração em determinadas áreas, caracterizado por intensos fluxos migratórios (Patarra, coord. 1991).

No período entre 1970 e 1980, cerca de 20% da população brasileira mudou de município de residência. Um contingente bastante significativo passou a morar em áreas urbanas, principalmente depois dos anos 60; estima-se que cerca de 30 milhões de pessoas deixaram a área rural em direção às áreas urbanas entre 1960 e 1980 (Martine e Camargo, 1984). A Região Sudeste destacou-se como a principal área de atração populacional, especialmente o Estado de São Paulo e sua Região Metropolitana. O amplo crescimento populacional do Estado refletiu, assim, um processo mais geral da urbanização brasileira, marcada por um rápido crescimento concentrado em cidades cada vez maiores e áreas metropolitanas (Martine, 1987).

A partir da década de 70, porém, verifica-se uma redução no ritmo de crescimento populacional da Grande São Paulo, relacionado à intensificação de uma relativa desconcentração de atividades industriais³ em direção ao Interior⁴ paulista, num movimento que ficou conhecido como processo de "interiorização da indústria" (Cano, 1988), e apresentou fortes desdobramentos nas regiões de Campinas, Vale do Paraíba, Ribeirão Preto, Sorocaba e Litoral.

Negri e Pacheco (1993) apontam como principais determinantes para a consolidação deste processo a adoção de políticas de incentivos e subsídios às exportações de produtos manufaturados, contribuindo para dinamizar a agroindústria do Interior; a criação e consolidação do Pró-Alcool no Interior paulista; os investimentos estatais nos setores petroquímico e siderúrgico, com a implantação de refinarias em cidades como Paulínia, São José do Campos e Cubatão; a instalação e ampliação de vários centros de pesquisa estatais, como em Campinas e São José dos Campos; a adoção de políticas estaduais e municipais, como a implantação de distritos industriais e diversas isenções

³ Os estudos a respeito do processo de desconcentração econômica ocorrido no Estado de São Paulo apresentam divergências quanto a abordagem sobre a forma do fenômeno e sobre as análises prospectivas. Não caberá aqui ressaltar tais aspectos específicos, na medida em que se procura resgatar apenas os principais pontos relacionados aos movimentos populacionais.

⁴ O interior é aqui compreendido como o restante do Estado, ao se retirar a Região Metropolitana de São Paulo.

fiscais, que resultaram em investimentos em infra-estrutura (vias de transportes e comunicações) nos centros urbanos de maior porte fora da metrópole; as políticas restritivas de ordem ambiental e o fortalecimento das atividades sindicais na Grande São Paulo.

O entendimento desse processo de desconcentração industrial ocorrido no Estado de São Paulo, a partir do final da década de 60, está associado à compreensão da heterogeneidade espacial que marcou a economia brasileira, engendrada, em grande medida, por ações governamentais. Após 1974, as iniciativas e a maioria de novos investimentos do governo federal, com a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), foram destinados à outras regiões, reduzindo os níveis de concentração econômica no País. Conforme Negri e Pacheco (op.cit.), tais investimentos relacionavam-se, principalmente, ao programa do Pró-álcool; ao aumento da capacidade produtiva em bens de capital e insumos básicos, sobretudo de aço e petroquímica; ao programa nuclear; ao desenvolvimento da indústria de não ferrosos; além da melhoria e ampliação do transporte ferroviário. Assim, os anos 70 foram marcados pelo crescimento da indústria e da produção agrícola de São Paulo abaixo das médias nacionais.

Entretanto, o Estado de São Paulo, com a estrutura industrial mais complexa do País, ainda foi contemplado com parte dos investimentos estatais, notadamente nos setores de petroquímica, siderurgia, setores de tecnologia militar e aeroespacial e a concentração de institutos de pesquisa e empresas estatais do setor de telecomunicações e microeletrônica. "A desconcentração da década foi especialmente forte no que se refere à área metropolitana de São Paulo. Contudo, muitas vezes, beneficiou mais o interior deste estado que as demais regiões brasileiras (...) assim, enquanto São Paulo perdia posição no total nacional, em virtude do menor crescimento da área metropolitana, seu interior aumentava essa mesma participação de 14,7% para 20,2% da produção industrial do país, tornando-se, depois da Grande São Paulo, a maior região industrial do Brasil" (Pacheco, 1996:76-77)

Observa-se que já nos anos 70, regiões do Interior paulista destacavam-se pelo seu dinamismo econômico e absorção de fluxos migratórios provenientes tanto da

Grande São Paulo como de áreas vizinhas, registrando taxas de crescimento populacionais superiores às da Região Metropolitana (Cunha, 1987). Inicia-se, portanto, um redirecionamento dos fluxos migratórios para outras áreas com potencial de recepção, ou seja, novos pólos relativamente urbanizados, onde há a presença de um parque industrial diversificado, utilização de tecnologia de ponta, ou uma agricultura moderna, capazes de absorver as atividades econômicas liberadas pela RM de São Paulo, como Campinas, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Sorocaba e São José do Rio Preto (Patarra e Baeninger, 1989).

Deste modo, o Interior do Estado de São Paulo passa a assumir uma importância significativa, com a formação de áreas de expansão econômica, que induziram a um crescimento das cidades e de sua rede urbana, gerando maior mobilidade espacial, como resultado da espacialização de novas formas de divisão social do trabalho e de redistribuição da população. Entretanto, não se pode afirmar que houve uma relação simétrica entre a distribuição das atividades econômicas e da população estadual. Os movimentos migratórios refletiram e reforçaram o processo, mas não de maneira automática; é importante salientar a existência de defasagens entre a desconcentração industrial e a populacional (Negri, 1994).

Durante a década de 80, o Brasil passou por marcantes mudanças em seu quadro demográfico; os dados do Censo Demográfico de 1991 revelaram alterações, principalmente, nos níveis de fecundidade e na redistribuição espacial da população. A redução no ritmo de crescimento populacional, em relação às décadas anteriores, é certamente o aspecto mais relevante para o contexto nacional, refletindo a queda da fecundidade e transformações nos movimentos migratórios, como tendências acentuadas durante a década de 80.

Como uma característica praticamente generalizada, o conjunto das áreas metropolitanas e das grandes cidades apresentaram um menor ritmo de crescimento, inversamente aos pequenos municípios, que registraram uma tendência à recuperação da perda populacional, ocorrida em décadas anteriores (Martine, 1994).

Esses processos apresentaram-se de forma particularmente expressiva no Estado de São Paulo. Sua taxa média de crescimento populacional de 3,49% ao ano (a.a.) na década de 70. caiu para 2,12% a.a. na década de 80. Queda bastante acentuada apresentou sua Região Metropolitana, que de 4,46% a.a. nos anos 70, passou para 1,86% a.a. na última década, refletindo o considerável declínio do município de São Paulo, que registrou uma taxa de crescimento de apenas 1,15% a.a. nos anos 80, contra 3,67% a.a. do período anterior. O Interior do Estado manteve, no mesmo período, um crescimento de 2,60% a.a. na década de 70, e 2,38% a.a. entre 1980 e 1991, apresentando um menor ritmo de crescimento em suas principais aglomerações urbanas, e uma certa recuperação populacional dos municípios de pequeno porte (Baeninger, 1994).

Certamente, o agravamento da crise econômica no decorrer da década de 80, mantém estreita relação com tais tendências. Cano et al (1994) indicam que a repercussão da crise não se deu de forma homogênea na metrópole e nas áreas industriais do restante do Estado, afetando em menor escala o segmento interiorizado da indústria paulista; "(...) os poucos segmentos que apresentaram algum crescimento estavam majoritariamente localizados no Interior do Estado." (op.cit., p.6). Entretanto, em relação a fatos como o aumento do desemprego, os autores indicam que o último quinquênio da década de 80 e início dos anos 90, foi marcado pela convergência entre as principais cidades do Interior e a metrópole, com quadros graves no Vale do Paraíba e na Baixada Santista.

O processo de interiorização, que na década de 70, foi marcado pelo aumento da capacidade produtiva, a partir da segunda metade dos anos 80, com a crise econômica e ajustes nas empresas industriais, ocorreu com menor intensidade. Ou melhor, conforme Cano et al (op.cit.), durante a década de 80 e início dos anos 90, "(...) há continuidade do processo de desconcentração, mas ele tende a ocorrer com menor intensidade, em razão da significativa redução na incorporação de nova capacidade produtiva." (p.4)

Ainda que o processo de desconcentração econômica em direção ao Interior paulista, neste período de estagnação, tenha perdido bastante de seu dinamismo, as taxas de crescimento populacional das áreas mais desenvolvidas continuaram a ser maiores que as da

RM de São Paulo; em grande parte, devido aos posteriores efeitos dinamizadores desta desconcentração industrial sobre o mercado de trabalho nos setores do comércio e serviços. Assim, conforme Baeninger (1996) "o novo patamar alcançado pelo processo de urbanização nas principais áreas (do Interior), com a diversificação de atividades e do consumo urbano, contribuiu para a continuidade do dinamismo das regiões", destacando o papel significativo dos aglomerados urbanos localizados fora da área metropolitana, como absorvedores de migrantes (Baeninger, 1994).

Desse modo, a década de 80, caracterizada por marcantes alterações no processo de redistribuição espacial da população brasileira, revelou, com mais intensidade, a necessidade de repensar as abordagens e interpretações dadas, até então, aos movimentos migratórios.

Em especial, as mudanças referentes ao menor ritmo de crescimento do conjunto das áreas metropolitanas e das grandes cidades, e a tendência à recuperação da perda populacional dos pequenos municípios, compõem um panorama diferenciado em relação ao processo de metropolização e de concentração populacional, que caracterizaram a expansão urbana brasileira. Nesse sentido, os principais estudos e as importantes contribuições analisando os grandes movimentos migratórios do tipo rural-urbano, ligados à industrialização, e portanto, a um contexto histórico específico, perderam parte do potencial explicativo com as transformações do processo produtivo, da configuração dos espaços e da dinâmica urbana em geral.

Vale resgatar aqui uma das mais importantes contribuições, dada por Singer, ao propor que as migrações internas deveriam ser entendidas através de seus condicionantes históricos derivados do processo de industrialização capitalista, e das mudanças na divisão social do trabalho. Ao implicar numa concentração espacial urbana de atividades produtivas, tais processos tendem a atrair população, privilegiando algumas localidades em detrimento de outras. Nesse sentido, as migrações internas "(...) não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas." (Singer, 1973:33)

De acordo com o autor, o processo migratório fazia parte da constituição do mercado de trabalho para a consolidação das sociedades capitalistas, assumindo características específicas de acordo com o desenvolvimento de cada sociedade. Tornava-se, assim, necessária a relação com os processos de urbanização, industrialização, terciarização etc, buscando-se os efeitos tanto nas estruturas urbanas como nas rurais, além das alterações nas estruturas de classe nas regiões de atração e de expulsão de população.

O enfoque dado pelo autor, portanto, é o da relação entre migração e emprego, no sentido da inserção da população nos espaços econômicos em transformação. As migrações internas devem ser vistas como um processo social, no qual causas estruturais colocam o grupo (classe), e não indivíduos isolados, em movimento. "Convém sempre distinguir os motivos (individuais) das causas (estruturais) da migração. Os motivos se manifestam no quadro geral de condições sócio-econômicas que induzem a migrar. É óbvio que os motivos, embora subjetivos em parte, correspondem a características dos indivíduos: jovens podem ser mais propensos a migrar que velhos, alfabetizados mais que analfabetos, solteiros mais do que casados e assim por diante." (op.cit. p.52)

Não se pode perder de vista o aspecto de que a discussão e o eixo teórico utilizado para a explicação dos movimentos migratórios, apresentado pelo autor, foi produzido num momento histórico específico, resultando numa reflexão datada. Entretanto, o último ponto aqui destacado, sobre a distinção entre causas e motivos da migração, aponta, de certo modo, para a importância da recuperação do processo decisório no entendimento dos movimentos migratórios.

O atual panorama diversificado dos deslocamentos populacionais, envolvendo a movimentação de mais curta distância, entre núcleos urbanos, o crescimento da busca por cidades médias, movimentos migratórios de distintos grupos sociais e em diferentes etapas do ciclo vital, movimentos pendulares, de retorno, entre outros, já não possibilitam mais análises restritas às formulações puramente econômicas ou do tipo atração-expulsão. Assim, as várias dimensões do processo migratório, inclusive a individual, envolvendo escolhas, estratégias e alternativas (Baeninger, 1997), adquirem papel relevante para o seu entendimento.

Nesse sentido, revela-se a necessidade de realização de pesquisas, que possam captar, também, aspectos relacionados à dimensão da escolha individual. Para o Estado de São Paulo, a Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar (PRAD)⁵, a partir de levantamento amostral, pôde captar tais informações, dentre outras⁶, representando uma importante contribuição, ao mostrar como se configurou o leque de escolhas nos movimentos migratórios realizados entre 1980 e 1993. Através dos dados da PRAD, referentes aos motivos das mudanças, foi possível identificar alguns elementos importantes interagindo na decisão de migrar; os motivos levantados apontaram para a diversificação dos movimentos e do perfil dos migrantes, indicando uma estrutura de escolha diferenciada para chefes migrantes em diferentes grupos sociais, idades, áreas de destino, tipos de movimentos e número de mudanças (Antico, 1997).

Nesse contexto de transformações discutidas até aqui, trazendo referências sobre alguns elementos importantes da dinâmica econômica e populacional do Estado de São Paulo, e principalmente do Interior paulista, a região do Vale do Paraíba apresenta-se como um exemplo de dinamismo no quadro migratório estadual.

Os municípios de São José dos Campos, Jacareí, Caçapava e Taubaté formam, conjuntamente, um dos grandes aglomerados urbanos do Interior do Estado (ao lado da Baixada Santista e da região de Campinas), inserindo-se em recentes formas de estruturação do espaço urbano, através de um processo crescente de conurbação territorial, tendo a via Dutra como eixo central. As características de adensamento e articulação destes municípios vêm se mostrando como processos extremamente relevantes da dinâmica demográfica e da urbanização regional.

Vale ressaltar que essa região, especialmente o município de São José dos Campos, constituiu-se num dos mais importantes eixos da desconcentração industrial da Grande São Paulo a partir dos anos 70, recebendo parte dos expressivos contingentes

⁵ A pesquisa "Migrações, Emprego e Projeções Demográficas para o Estado de São Paulo: Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar" foi coordenada pela prof. Neide Patarra (IFCH e NEPO/UNICAMP), desenvolvido no NEPO-NESUR/UNICAMP e PUC/SP, no período 1991-1995, financiado pela FAPESP (proc. n. 90/4013-6), com a colaboração do CNPq.

⁶ Outras informações substantivas e técnicas sobre a mesma pesquisa serão aqui exploradas no capítulo 4. e no anexo metodológico.

populacionais que partiram da Metrópole em direção ao Interior. Entretanto, desde a década de 50, com a inauguração da via Dutra, já vinha intensificando seu processo de desenvolvimento industrial, diferenciando-se, assim, de outras áreas que tiveram seu dinamismo econômico impulsionado pelas atividades econômicas liberadas pela RM de São Paulo, nos anos 70.

A proximidade com a capital do Estado, a localização estratégica entre os principais centros metropolitanos do país, além da montagem de um dos mais importantes pólos de desenvolvimento tecnológico estruturaram as condições favoráveis ao crescimento industrial e urbano da região.

Pacheco (1992) indica que seu desenvolvimento econômico e processo de urbanização configuraram-se como fenômenos que têm dimensões específicas e características distintas no contexto do Estado de São Paulo. Trata-se de um desenvolvimento recente, que difere de outras regiões do Interior paulista, que carregam uma marcante influência do passado cafeeiro na formação de suas redes urbanas, como Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba e Bauru. Na região do Vale do Paraíba, esse passado marcou um período de longa estagnação, a partir da decadência da economia escravista.

O autor aponta que isto não significa que a herança cafeeira tenha sido irrelevante, mas que o processo de transformação desta região está muito mais inserido nos marcos da expansão industrial recente do país e do Interior paulista, e quase que exclusivamente assentado sobre o crescimento urbano-industrial, que se dissemina a partir dos anos 50, com a ocupação preferencial da indústria ao longo da estrada.

Como exemplo da importância desse crescimento, já a partir da década de 50, pode-se citar o fato do município de São José dos Campos ter sido escolhido como uma expressão avançada do desenvolvimento capitalista, em nível nacional, no âmbito da Pesquisa Nacional de Reprodução Humana⁷, realizada em meados dos anos 70. Como produtos dessa pesquisa, foram elaborados alguns estudos analisando a realidade social do

⁷ A Pesquisa Nacional de Reprodução Humana foi realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), entre 1975 e 1977, e cobriu nove contextos situados em seis Estados (São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Piauí, Pará e Espírito Santo), incluindo cinco áreas urbanas e quatro rurais.

município, não apenas em relação ao comportamento reprodutivo, mas também a aspectos sócio-econômicos e demográficos. Nesse sentido, Cardoso (1978) privilegia a análise da conjuntura econômica do município e sua relação com a dinâmica social, referindo-se historicamente ao desenvolvimento das formas de organização da produção; Aldunate (1978) enfoca os mecanismos de estratificação social; e Lamounier (1978) sintetiza elementos teóricos para enfoque das relações sociais e comportamento reprodutivo. Apesar dos textos estarem mais voltados ao entendimento do comportamento reprodutivo da população, observou-se que a realidade social da região já tinha como principal característica atrair um grande número de migrantes, com a crescente industrialização e demanda por mão de obra do município⁸.

Atualmente, o município de São José dos Campos ainda destaca-se como o núcleo urbano e econômico mais dinâmico da região do Vale do Paraíba, e uma das principais cidades do Estado de São Paulo. A emergência como centro regional, polarizando a maior parte dos movimentos migratórios, foi capaz de reverter o quadro herdado do período escravista. Através de sua base produtiva industrial, além de uma crescente e diversificada rede de comércio e serviços, vem expandindo sua malha urbana aos municípios mais próximos, iniciando um processo de conurbação territorial, ao longo da via Dutra, e definindo um grande aglomerado urbano no Interior paulista.

O estudo dessa região torna-se, assim, bastante significativo, passando pela compreensão do dinamismo econômico e populacional dos núcleos urbanos regionais mais expressivos, como também pela diferenciação interna de áreas menos integradas a esse eixo urbano-industrial. Indicar e analisar os principais movimentos migratórios da região, e suas diferenças internas mais marcantes, explicitam grande parte da inserção de cada município na dinâmica urbana regional.

Nesse sentido, o objetivo geral da presente dissertação é analisar os deslocamentos populacionais recentes ocorridos na região do Vale do Paraíba. Para isso,

⁸ Os autores aqui destacados foram objeto de um trabalho de conclusão de curso, intitulado "São José dos Campos: uma revisão bibliográfica", apresentado pela presente aluna no 2o. semestre de 1993, na disciplina "Migrações, Urbanização, População Economicamente Ativa e Projeções Populacionais, oferecida pelo Programa de Doutorado em Demografia (IFCH/UNICAMP), com os prof. Daniel Joseph Hogan e Neide Lopes Patarra.

são explorados dois eixos principais de investigação: o primeiro, buscando indicar quais os principais tipos de migração ocorridos na região durante a década de 80, enfatiza a análise da dinâmica migratória regional, através da articulação existente entre as sub-regiões e municípios; o segundo, traz indicações sobre o perfil de chefes de domicílio migrantes e não-migrantes residentes na área do Vale do Paraíba.

Para um melhor entendimento dos níveis de agregação regionais aqui utilizados, vale citar que o Estado de São Paulo apresenta uma divisão político-administrativa em 42 Regiões de Governo (RGs), que agregadas formam 14 Regiões Administrativas (RAs). O presente estudo aborda os dois níveis de agrupamento, em diferentes momentos, ora tratando da RA de São José dos Campos (Vale do Paraíba), ora das 5 RGs que a compõem: Caraguatatuba⁹, Cruzeiro, Guaratinguetá, São José dos Campos e Taubaté, e seus respectivos municípios.

MAPA 1

Regiões Administrativas do Estado de São Paulo, Segundo as Regiões de Governo



Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE.

⁹ A RG de Caraguatatuba passou a integrar a RA de São José dos Campos, a partir de 05/01/87, conforme decreto 26.581, segundo o Instituto Geocartográfico (IGC). Para efeitos da presente análise, está incluída nessa RA em todos os períodos observados, garantindo a comparabilidade.

Os dados demográficos utilizados possuem diferentes recortes temporais, de acordo com os objetivos e disponibilidade. Assim, para uma avaliação da evolução da população e dos componentes do crescimento da RA de São José dos Campos, suas respectivas RGs e municípios, os dados referem-se ao período de 1970 a 1996. Para a análise dos fluxos migratórios recentes da RA, as informações são referentes à década de 80, e desagregadas para cada RG. Apenas para a RG de São José dos Campos, considerada a mais importante no contexto regional, foram apresentados dados específicos sobre a evolução da população desde 1940, além de fluxos migratórios para as décadas de 70 e 80.

A análise do perfil dos chefes de domicílios migrantes e não migrantes foi realizada a partir de resultados da Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar (PRAD), referentes apenas à RA de São José dos Campos (ou Vale do Paraíba), devido ao desenho amostral, que não permitia recortes espaciais menores. O levantamento de campo foi feito em 1993, e as informações migratórias referem-se ao período entre 1980 e 1993. No âmbito dessa mesma pesquisa, em etapa anterior ao levantamento amostral, foi realizado um trabalho de campo institucional e domiciliar, de caráter qualitativo, cujas informações também foram aqui incorporadas¹⁰. Essa pesquisa de campo realizada na sede e em alguns municípios da RG de São José dos Campos apresentou como objetivo encontrar indícios que indicassem quais as tendências migratórias apresentadas pela região durante a década de 80, e resgatar os aspectos referentes ao contexto e à dinâmica regional, através das relações estabelecidas pelos municípios da região, assim como pela influência de outras regiões, além de observar qual o papel desempenhado pela migração nestas áreas

Desse modo, foram utilizadas fontes de informações variadas: censos demográficos de 1940 a 1991, contagem populacional de 1996, estatísticas vitais 1970/80 e 1980/91, pesquisa de campo institucional e domiciliar (1992), e levantamento amostral domiciliar (1993).

Através de informações bibliográficas pesquisadas, realizou-se um breve histórico sobre o desenvolvimento urbano da região do Vale do Paraíba, enfatizando a

¹⁰ A pesquisa de campo institucional e domiciliar de caráter qualitativo citada, realizada na RG de São José dos Campos, foi coordenada pela presente aluna, e publicada em 1993, na série Migração em São Paulo (Patarra, coord.) - Textos NEPO 26, Núcleo de Estudos de População, NEPO/UNICAMP.

importância da RG de São José dos Campos no contexto econômico e populacional da área. O entendimento de algumas características dessa RG, principal núcleo urbano regional, serviu como base e auxílio para a análise ampliada, no período mais recente, dos principais fluxos migratórios e tipos de migração ocorridos em todas as Regiões de Governo que compõem a Região Administrativa de São José dos Campos. Em seguida, após a investigação da dinâmica migratória regional, procurou-se, através de algumas características selecionadas, indicações sobre o perfil de chefes de domicílio migrantes e não-migrantes residentes na área do Vale do Paraíba, buscando especificidades e diferenciais, além de apontar tendências e trajetórias migratórias dos migrantes.

Desse modo, o primeiro capítulo aborda aspectos históricos do desenvolvimento urbano da região do Vale do Paraíba, e destaca a importância atual da Região de Governo (RG) de São José dos Campos no contexto econômico e populacional da área.

Configurando-se como o principal núcleo regional, essa RG foi enfatizada no segundo capítulo, através de um acompanhamento da evolução da população regional desde 1940 a 1996, e da análise de sua situação migratória nas décadas de 70 e 80.

No terceiro capítulo, evidencia-se a evolução da população e o comportamento dos componentes do crescimento populacional, entre 1970 e 1996, em todas as Regiões de Governo e municípios que compõem a Região Administrativa de São José dos Campos. Além disso, destacam-se os principais fluxos migratórios e tipos de migração ocorridos, durante a década de 80.

O quarto capítulo traz indicações sobre o perfil de chefes de domicílio migrantes e não-migrantes residentes na área do Vale do Paraíba, buscando especificidades e diferenciais, como também apontando tendências e trajetórias migratórias dos migrantes.

E, finalmente, na parte final, buscou-se enfatizar os principais pontos analisados nos capítulos anteriores, as relações estabelecidas, além de apontar para as questões suscitadas.

Em anexo, o formulário e esclarecimentos metodológicos sobre a PRAD, além do relatório da pesquisa de campo institucional e domiciliar de caráter qualitativo.

CAPÍTULO 1

VALE DO PARAÍBA: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E TENDÊNCIAS RECENTES

A proposta de realização de um breve histórico sobre a região do Vale do Paraíba visa resgatar do passado pontos importantes para a compreensão do contexto sócio-econômico atual, e um melhor entendimento de sua dinâmica migratória. A primeira parte desse capítulo está voltada, assim, a esse objetivo, trazendo elementos relacionados ao início do crescimento industrial e da configuração urbana regional. Processos mais recentes do desenvolvimento urbano e econômico da área são enfatizados na segunda parte do capítulo, destacando a importância atual da RG de São José dos Campos.

1.1. Do café à Industrialização

O início da ocupação da Região do Vale do Paraíba ocorreu no século XVII, constituindo-se em uma das áreas de povoamento mais antigas do Estado de São Paulo. Esta ocupação foi beneficiada, principalmente, pela sua posição geográfica, transformando-se em uma área de passagem entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com caminhos de acesso entre as regiões de mineração e o litoral (Camargo e Ortiz, 1985).

No século XIX, a expansão da lavoura cafeeira escravista trouxe consigo um acentuado ritmo de crescimento populacional, que acompanhou de perto o enriquecimento desta região, além de um rápido processo de urbanização de suas cidades, transformando o Vale do Paraíba numa das mais importantes áreas políticas e econômicas da época.

Durante grande parte do século passado, o Vale do Paraíba foi o principal produtor de café do Estado, e, nesse período, provavelmente, era a região de maior população do Estado. De acordo com o Censo Demográfico de 1872, o Vale do Paraíba detinha 25% da população do Estado de São Paulo (Camargo e Ortiz, op.cit.).

Neste período de expansão do café, o município de Taubaté, que comandava o acesso para o porto de Ubatuba, configurava-se na cidade mais importante da região.

Depois, vinham Lorena e Guaratinguetá, fazendo a ligação entre Parati e Minas Gerais. Evidencia-se, assim, que as vias de circulação sempre constituíram um elemento base para a hierarquização das cidades. As áreas que comandavam algum sistema importante de ligações inter-regionais puderam se adensar e diferenciar suas funções econômicas do tipo urbano que o café permitiu nesta região, dando início a uma incipiente atividade industrial (Cardoso, 1978).

Em fins daquele século e início deste, as repetidas crises decorrentes da abolição da escravatura, do próprio esgotamento do solo e da transferência do eixo da cafeicultura para terras mais férteis do Estado de São Paulo foram fatores que caracterizaram um período de decadência para as cidades tradicionais do Vale do Paraíba. As áreas rurais passaram a ser ocupadas por uma pecuária leiteira e uma agricultura de baixa produtividade, e a região passou a apresentar reduzidas taxas de crescimento populacional (Camargo e Ortiz, *op.cit.*).

Poucas cidades, neste período, puderam manter seus níveis populacionais (Cardoso, *op.cit.*). Em geral, apenas aquelas que se situavam nas proximidades dos principais pólos econômicos e que comandavam algum sistema importante de ligações inter-regionais puderam se adensar e diferenciar suas funções urbanas, dando início a uma incipiente atividade industrial. Data desta época a instalação da Tecelagem Parahyba (em 1925, no município de São José dos Campos), beneficiando-se da proximidade com a via férrea.

Assim, enquanto a região passava por um processo de declínio econômico e perda populacional, quando o eixo de expansão do café mudou-se para o oeste paulista, São José dos Campos foi o único município a não perder população, mantendo um lento crescimento. Após a década de 20, a produção industrial de São Paulo e o eixo econômico SP-RJ adquiriram um importante peso na economia brasileira, e a localização geográfica do município, ligando as duas cidades, inicialmente como um entroncamento ferroviário e mais tarde rodoviário, garantiu uma posição privilegiada para São José dos Campos. Além desta proximidade com São Paulo, beneficiou-se de sua localização como acesso às áreas

montanhosas, passando a comandar, juntamente com Campos do Jordão, uma área de estância climática para doentes com tuberculose, em 1935. (Cardoso, op.cit.)

A inauguração da via Dutra, durante a década de 1950, ligando São Paulo ao Rio de Janeiro, traçou um eixo normativo de desenvolvimento para os municípios que se encontram às suas margens, intensificando a localização privilegiada da região na articulação dos principais centros metropolitanos do país, constituindo-se em um espaço estratégico para a expansão do setor industrial, além de influenciar significativamente a aceleração do processo de urbanização dos municípios situados nesse eixo.

Mais recentemente, com a construção da rodovia Carvalho Pinto, ligando Guararema a Taubaté, a região passou a contar com um apoio para a já saturada via Dutra, além de facilidades e melhorias para o escoamento da produção regional, também com a duplicação da rodovia D.Pedro I, que liga Jacareí a Campinas.

Observa-se que apenas alguns municípios desta região apresentaram um grande desenvolvimento industrial, em especial aqueles situados próximos à Região Metropolitana de São Paulo e ao longo da via Dutra, enquanto os demais passaram por um processo de estagnação. Conseqüentemente, o crescimento populacional da região ocorreu de forma diferenciada, assim como o seu processo de industrialização.

A partir do final da década de 1940 e durante os anos 50, a região passou a receber importantes empresas, como a Rhodia em 1946. O município de São José dos Campos passou a destacar-se, então, como o centro urbano mais dinâmico, sediando várias indústrias nacionais e multinacionais de grande porte, como Johnson & Johnson (1953), Ericsson (1954), General Motors (1959), Alpargatas (1960), Amplimatic e Matarazzo (1964), Avibrás (1965), Embraer (1969), National (1970), Kodak (1972), Philips, Hitachi e Engesa (1973), Monsanto (1975), Refinaria Henrique Lage da Petrobrás (1980), Orion (1982), Órbita Sistemas Aeroespaciais (1986), dentre outras. Além da instalação do CTA (1950), Centro Técnico Aeroespacial, uma organização estatal composta por escolas técnicas e de engenharia aeronáutica, formando um dos mais importantes centros de desenvolvimento tecnológico do país. (Cardoso, 1978 e Pacheco, 1992)

Assim, além de sua localização favorável, a presença do poder público surge como uma força política fundamental na nova configuração econômica. Pode-se observar, também, que a instalação de algumas grandes empresas antecedeu o processo de desconcentração da indústria paulista, ocorrido a partir dos anos 70.

Na região do Vale do Paraíba, os municípios que mais se favoreceram com a implantação de grandes indústrias foram São José dos Campos, Taubaté, Jacareí e Caçapava, destacando-se pelo rápido processo de desenvolvimento dos setores secundário e terciário e emergindo como centros urbanos regionais e áreas de atração migratória.

Em relação ao setor primário, destacam-se na economia regional a pecuária leiteira, o reflorestamento e a rizicultura. Desde a década de 70, vem ocorrendo, com frequência, a substituição dos pastos pela atividade de reflorestamento, ocupando grandes áreas, principalmente dos municípios de Jambuí, Paraibuna e Santa Branca, considerando-se a RG de São José dos Campos. Grande parte da produção de madeira é absorvida em indústrias da região, como a Fábrica de Papel Simão, localizada em Jacareí. Essa atividade traz implicações pelo índice reduzido de mão de obra empregada, assentada sobre uma estrutura de trabalho temporário; além do aspecto relacionado à exaustão do solo e à redução de matas naturais (Pacheco, 1992).

O desenvolvimento da agricultura é prejudicado pela topografia da região, situada nas proximidades das Serras do Mar e da Mantiqueira. Na várzea do rio Paraíba do Sul, o principal da região, há o cultivo significativo de arroz.

1.2. Anos 80 e Início dos Anos 90¹¹

A Região de Governo de São José dos Campos representa a área mais dinâmica no contexto populacional do Vale do Paraíba, além de concentrar a maior parte de suas atividades econômicas e urbanas. De acordo com o Diagnóstico Regional da Região de Governo de São José dos Campos (Secretaria Estadual de Economia e Planejamento,

¹¹ Este item beneficia-se de informações obtidas pela pesquisa de campo institucional e domiciliar de caráter qualitativo, já referida anteriormente na Introdução.

1991), a região divide-se em duas sub-regiões, que apresentam características econômicas, demográficas e sociais diferenciadas. A primeira delas, composta pelos municípios de São José dos Campos, Jacareí, Caçapava e Santa Branca, possui uma economia dinâmica e os maiores índices de crescimento da região. A segunda formada pelos municípios de Monteiro Lobato, Igaratá, Jambuí e Paraibuna, é caracterizada por uma economia pouco dinâmica, baseada na pecuária leiteira, além de baixos indicadores de urbanização.

Nesta composição evidencia-se a existência de centros urbanos mais dinâmicos (São José dos Campos e Jacareí), centros urbanos intermediários (Santa Branca e Caçapava) e áreas menos urbanizadas (Igaratá, Paraibuna, Jambuí e Monteiro Lobato). Os municípios de São José dos Campos e Jacareí polarizam os demais, por apresentarem, além da base produtiva industrial, um comércio mais sofisticado e diversificado, assim como lazer e prestação de serviços. Caçapava caracteriza-se como um município intermediário, havendo a busca de alguns serviços tanto em São José dos Campos como em Taubaté. Os municípios de Monteiro Lobato, Paraibuna e Jambuí mantêm uma estreita relação com São José dos Campos, e os municípios de Santa Branca e Igaratá com Jacareí. No caso de Igaratá, também há a procura de serviços em Santa Isabel, município situado na Região Metropolitana de São Paulo.

Como evidência dessas inter-relações entre as cidades da região, verifica-se uma grande intensidade de movimentos pendulares entre os municípios mais próximos. As trocas mais expressivas ocorrem entre São José dos Campos e Jacareí, realizadas por uma linha de ônibus que circula em intervalos regulares e em reduzido espaço de tempo, através da via Dutra, que permite fácil comunicação entre estes municípios. Outras trocas ocorrem entre São José dos Campos e Caçapava, como também verifica-se um movimento de Santa Branca em direção à Jacareí e de Monteiro Lobato para São José dos Campos. Há, ainda, trocas com outras regiões, principalmente com a de Taubaté, e em menor escala com a Região Metropolitana de São Paulo.

De fato, uma pesquisa realizada pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos em indústrias estabelecidas no município indicou que, em 1990, 25,2% dos trabalhadores residiam em outros municípios, principalmente, Jacareí, Caçapava e Taubaté.

Como se pode observar, portanto, o município de São José dos Campos possui a dimensão de um centro regional, destacando-se através de sua base produtiva industrial, além de uma crescente e diversificada rede de comércio e serviços. Apesar da configuração de áreas secundárias de atração populacional na região, evidenciando uma tendência de desconcentração do município-sede, São José dos Campos apresenta-se ainda como o principal núcleo polarizador da região. Por isso, atrai a população residente em outras cidades em função, principalmente, do trabalho, tratamento de saúde, além da diversificação do comércio.

O crescimento da região direcionado pelo eixo da via Dutra derivou num processo de conurbação mais acentuado entre os municípios de São José dos Campos e Jacareí, e em menor proporção com Caçapava. Entretanto, conforme Pacheco (1992), "não é o processo de conurbação físico com Jacareí, através de alguns dos 'braços' da malha urbana de São José dos Campos, que caracteriza melhor as inter-relações entre as cidades deste aglomerado urbano. Mais significativo é o trânsito diário de trabalhadores, estudantes ou consumidores, entre os municípios." (p.210-211)

O traçado da rodovia, ao marcar o crescimento da malha urbana regional, modificou tendências anteriores de ocupação do solo, ligadas ao rio Paraíba, à estrada de Ferro Central do Brasil, e em menor parte, à estrada velha Rio-São Paulo. No município de São José dos Campos, sua expansão urbana foi limitada pelas áreas de várzea próximas ao centro da cidade; pela topografia acidentada ao norte do núcleo urbano, em direção à Mantiqueira; pela transposição da Dutra e das linhas de alta tensão de Furnas, que atravessam a área urbana (Pacheco, op.cit.). Conforme o mesmo autor, a ocupação de áreas próximas ao centro, no platô que segue em direção à Dutra, deu-se por segmentos populacionais de maior renda; e os corredores internos às áreas tipicamente industriais, ou às zonas de ocupação antiga da cidade, na parte norte do núcleo urbano, pela população de renda mais baixa.

Conforme informações obtidas junto à Prefeitura Municipal, o município vem crescendo em direção à região sul, através de construções de conjuntos habitacionais na área, direcionados à população de baixa renda, evidenciando um crescimento periférico.

As entrevistas domiciliares realizadas foram indicativas de um processo intenso de mobilidade intra-urbana, com a procedência de moradores de outros bairros da cidade.

O alto grau de desenvolvimento industrial e tecnológico apresentado por São José dos Campos contribui para a concentração das atividades do setor terciário neste município, destacando-se no contexto regional, também como um dinâmico centro comercial e prestador de serviços. Apresenta, assim, um comércio varejista bastante diversificado, com uma grande quantidade de estabelecimentos, que atende toda a região. O mesmo ocorre com seu comércio atacadista, que atende todo o Vale do Paraíba e Litoral Norte, apresentando estabelecimentos de grande porte. No setor terciário, destaca-se o Center Vale Shopping, localizado às margens da via Dutra e inaugurado em 1987, com grandes lojas e magazines.

A importância peculiar do município de São José dos Campos é evidenciada, também, por seu parque aeronáutico, indústrias bélicas e um dos centros mais avançados em tecnologia da América do Sul.

Através dos seus diversos institutos, responsáveis pela execução do programa de ensino, pesquisa e desenvolvimento, o CTA (Centro Técnico Aeroespacial) vem sendo responsável pelos mais importantes processos de transferência de tecnologia para a indústria. Destaca-se o ITA (Instituto Técnico Aeroespacial), que com o início de seu funcionamento ao final de 1950, representou o embrião para o desenvolvimento da pesquisa técnico-científica de ponta. O IEA (Instituto de Estudos Avançados), que como o ITA, é vinculado ao Ministério da Aeronáutica, apóia as pesquisas realizadas pelos demais institutos, em ciência pura e aplicada. E o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) desenvolve trabalhos ligados às áreas espacial e atmosférica, meteorológica, sensoriamento remoto e tecnologia espacial. Além destes institutos, que são vinculados a órgãos da administração federal, as empresas de grande porte da região também mantêm seus próprios centros de pesquisa técnico-científica.

Esta concentração de institutos de pesquisa e ensino, de empresas de base tecnológica, além do apoio governamental faz com que São José dos Campos seja considerado "um exemplo de 'geração espontânea' de um pólo tecnológico" (Tapia, 1993).

Em 1992, foi criada a Fundação PóloVale (Fundação Parque Tecnológico do Vale do Paraíba), uma iniciativa de pequenos empresários, pesquisadores e professores universitários, com o propósito de tornar-se uma instituição coordenadora do potencial científico, tecnológico e industrial da região, objetivando incentivar o surgimento de novas empresas de alta tecnologia e auxiliar aquelas com dificuldades, através de subsídios técnicos e mercadológicos.

Em decorrência da grave crise econômica vivenciada, principalmente, pelas empresas do setor bélico-aeroespacial, e o conseqüente processo de reestruturação organizacional e produtiva adotado por essas empresas, colocando em disponibilidade parte da mão de obra especializada, podem estar na origem da articulação dos diversos agentes responsáveis pela iniciativa do movimento de criação da Fundação PóloVale (op.cit.).

Com uma base produtiva industrial, a Região de Governo de São José dos Campos foi duramente atingida pela grave crise econômica da década de 80 e início dos anos 90, principalmente em seu mercado de trabalho. Em pesquisa de campo, de caráter institucional e domiciliar, realizada no âmbito da Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar (PRAD), em 1992, esta foi uma das questões mais exaustivamente abordadas.

A preocupação com o destino das grandes empresas do município-sede, especialmente as do setor bélico-aeronáutico, e a demissão de um alto contingente de trabalhadores, qualificados ou não, atravessava os mais variados setores da sociedade. Em diversas entrevistas institucionais realizadas, inclusive em municípios vizinhos, destacou-se a importância do impacto da situação recessiva do país nesta região. Em decorrência da grave crise econômica vivenciada, as empresas vêm passando por um processo de reestruturação organizacional e produtiva, adotando como estratégia o enxugamento do quadro de funcionários e a diversificação de produtos. O setor terciário, conseqüentemente, também foi duramente atingido, encontrando muitas dificuldades para a manutenção de seus negócios.

Entre 1980 e 1990, a redução do pessoal ocupado, devido à redução no nível de atividade econômica e do emprego no município de São José dos Campos, foi de 4,5%. No início da década de 1990 (entre 1990 e 1993), ocorreram 30 mil demissões. O setor

bélico e aeroespacial foi responsável por 15 mil demissões entre 1989 e 1993, em função da perda de mercados externos, e à contração da demanda mundial e do segmento civil. Os três casos, a seguir, exemplificam bem a situação. A Embraer estava operando, em 1993, com apenas 50% de sua capacidade, e o seu quadro de funcionários, que chegou a ter 12.500 pessoas em 1990, estava reduzido a 2.800 pessoas. A Avibrás, que em 1987, empregava 5.700 funcionários, chegou a reduzir seu quadro para 180 pessoas, em 1990; e em 1993, possuía 850 funcionários, operando com 60% de sua capacidade produtiva. E a Engesa estava, em 1993, com sua linha de produção paralisada. De outro lado, instituições, como o CTA e o ITA, também atravessam um período de restrições orçamentárias, acompanhadas de queda dos salários, perda de pessoal qualificado, e redução no ritmo de atividades de pesquisa.¹²

Ressalta-se que, constituindo-se num importante pólo industrial e científico para o Estado de São Paulo, pode-se pensar que a Região de Governo de São José dos Campos seja alvo de um movimento migratório seletivo, no sentido de uma imigração de mão de obra especializada para abastecer este mercado de trabalho característico da região. Mas, através dos dados acima citados, referentes a algumas empresas do setor bélico e aeronáutico, percebe-se que, assim como a mão de obra não qualificada, esta outra vem passando por sérias dificuldades para a sua inserção ou sua manutenção no mercado de trabalho. Assim, torna-se também possível pensar num movimento de emigração desse contingente de trabalhadores especializados.

Nesse sentido, a iniciativa da Fundação PóloVale, na tentativa de aglutinar essa mão de obra técnica para a criação de pequenas empresas, pode obter um impacto absorvedor. Por outro lado, num diagnóstico realizado sobre o pólo tecnológico de São José dos Campos, Tapia (1993) indica dificuldades referentes à falta de articulação e de representatividade das principais empresas do setor bélico-aeronáutico. Com fornecedores e mercados externos, essas empresas possuem um baixo nível de inserção regional,

¹² Essas informações fazem parte de TAPIA, J.R.B. "Os pólos tecnológicos no Estado de São Paulo: Uma avaliação crítica" In: CANO, W. (coord.) Projeto: A Nova Realidade da Indústria Paulista: Subsídios para a Política de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo. SEADE/FECAMP, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 1993

dependendo de investimentos governamentais. Além disso, contam com um projeto paralelo chamado Pólo Aeroespacial Complementar, apoiado pelo Ministério da Aeronáutica. Desse modo, o autor acredita que esse núcleo industrial particular vai continuar atuando de forma distanciada da dinâmica econômica regional.

Se na década de 70, a intensa migração foi importante para o abastecimento do crescente mercado de trabalho regional, para os anos 80 e início dos 90, torna-se um sério problema social, especialmente para os núcleos regionais. E ainda que o processo de desconcentração econômica em direção ao interior paulista, durante a década de 80, tenha perdido bastante de seu dinamismo, as taxas de crescimento populacional das áreas mais desenvolvidas continuaram a ser maiores que as da Região Metropolitana de São Paulo.

CAPÍTULO 2

DINÂMICA DEMOGRÁFICA: REGIÃO DE GOVERNO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Ainda com o objetivo de destacar a importância da RG de São José dos Campos no contexto regional do Vale do Paraíba, esse capítulo trata mais especificamente da questão populacional, abordando a evolução da população entre 1940 e 1996, e os fluxos migratórios referentes às décadas de 70 e 80.

2.1. Evolução da População - 1940/1996

Em 1940, a RG de São José dos Campos representava 1,43% do total da população do Estado de São Paulo, com 102.504 habitantes. A tabela 1 mostra que essa participação apresentou ligeiros decréscimos entre 1940 e 1960; retomando, a partir de então, índices mais elevados, chegou a representar 2,26% da população estadual em 1996, com 768.731 habitantes. No período entre 1940 e 1996, a população total da RG de São José dos Campos apresentou, assim, um ritmo de crescimento e um incremento populacional bastante expressivos no contexto estadual.

Tabela 1 - Evolução da População Total, Urbana e Rural Estado de São Paulo e RG de São José dos Campos 1940/1996

Anos	Pop. Total Est. de SP	População RG S. José dos Campos			Distrib. Relativa RG/Est. (%)
		Total	Urbana	Rural	
1940	7.180.316	102.504	37.300	65.204	1,43
1950	9.134.423	122.541	56.786	65.755	1,34
1960	12.829.806	168.680	99.469	69.211	1,31
1970	17.771.948	270.659	215.945	54.714	1,52
1980	25.040.712	487.156	446.040	41.116	1,95
1991	31.546.473	710.451	662.486	47.965	2,26
1996	34.055.715	769.416	-----	-----	2,26

Fonte: F. IBGE. Censos Demográficos de 1940 a 1991, Contagem Populacional 1996

Comparando-se as taxas de crescimento da população total do Estado e da RG, no período de 1940 a 1996 observa-se na tabela 2 que, durante a década de 40, a taxa de crescimento da população estadual era superior a da RG: 2,44% a.a. e 1,80% a.a., respectivamente. A partir de 1950, com a implantação de indústrias na área, as taxas de crescimento da região deslancharam em relação às registradas pelo Estado, alcançando os maiores índices durante as décadas de 60 e 70, com 4,84% a.a. e 6,05% a.a. respectivamente, contra 3,31% a.a. e 3,49% a.a. do Estado. Até mesmo no período 1980 a 1991, quando se assistiu a uma desaceleração no ritmo de crescimento de todas as regiões de São Paulo, o Estado apresentou uma taxa de 2,12% a.a. e a RG de São José dos Campos de 3,49% a.a.. Entre 1991 e 1996, a região ainda obteve uma média de crescimento ligeiramente acima da estadual, com a taxa de 1,63% a.a., contra 1,54% a.a. do Estado.

**Tabela 2 - Taxas de Crescimento Populacional (% a.a.)
Estado de São Paulo e RG de São José dos Campos 1940/1996**

Anos	Est. de SP	Taxas de Crescimento (% a.a.) RG S. José dos Campos		
		Total	Urbana	Rural
1940/50	2,44	1,80	4,29	0,08
1950/60	3,46	3,25	5,77	0,51
1960/70	3,31	4,84	8,06	-2,32
1970/80	3,49	6,05	7,52	-2,82
1980/91	2,12	3,49	3,66	1,41
1991/96	1,54	1,63	-----	-----

Fonte: F. IBGE. Censos Demográficos de 1940 a 1991; Contagem Populacional 1996

Observando-se a evolução da população urbana e rural da área, pode-se perceber o intenso processo de urbanização pelo qual vem passando a região. (Tabela 3) Já nos anos 40, a taxa de crescimento da população urbana alcançava 4,29% a.a., elevando-se para 5,77% a.a. entre 1950 e 1960. Essa taxa atingiu seu ponto máximo durante a década de 60, com 8,06% a.a., declinando para 7,52% a.a. nos anos 70, e para 3,66% a.a. nos anos 80. Verifica-se, assim, que o grau de urbanização da região, que era de 59% em 1960, chegou a 93% em 1991.

As taxas de crescimento da população rural apresentaram oscilações nesse mesmo período, registrando índices negativos durante as décadas de 60 e 70 (em torno de -2% a.a.), e retomando o valor positivo nos anos 80 (1,41% a.a.), muito provavelmente devido à reversão da tendência de evasão populacional dos pequenos municípios da região, com graus reduzidos de urbanização.

Desde a década de 60, a participação relativa da população urbana da RG de São José dos Campos veio aumentando no contexto de sua Região Administrativa (RA). Em 1960, a RG de São José dos Campos detinha 28% da população urbana da RA, passando a 37% em 1970, a 45% em 1980, e a 48% em 1991. Praticamente metade da população residente em áreas urbanas na RA de São José dos Campos encontrava-se nessa RG em 1991. No mesmo ano, os municípios de Caçapava, Jacareí e São José dos Campos detinham 96,73% do total dos habitantes das áreas urbanas da RG.

Tabela 3 - População Total, Urbana e Rural por Município RG de São José dos Campos - 1991

Municípios	População			Grau de Urbanização (%)
	Total	Urbana	Rural	
Caçapava	66.058	58.296	7.762	88,25
Igaratá	6.292	4.148	2.144	65,93
Jacareí	163.869	157.019	6.850	95,82
Jambeiro	3.285	1.369	1.916	41,67
Monteiro Lobato	3.380	1.187	2.193	35,11
Paraibuna	14.891	5.825	9.066	39,12
Santa Branca	10.306	9.126	1.180	88,55
S.J. dos Campos	442.370	425.516	16.854	96,19
Total	710.451	662.486	47.965	93,25

Fonte: F. IBGE. Censo Demográfico de 1991.

Dos oito municípios que compõem a RG, três, no entanto, detinham, em 1991, um percentual considerável de seus habitantes residindo na zona rural: Monteiro Lobato, com 64,9%; Paraibuna, com 60,9%; e Jambeiro, com 58,3%.

2.2. Fluxos migratórios - Anos 70 e 80

Através de tabulações especiais dos Censos Demográficos de 1980 (F.SEADE, 1989) e 1991 (NEPO/UNICAMP, 1996) foi possível identificar a origem dos

fluxos migratórios para a RG de São José dos Campos para os períodos 1970/80 e 1981/91.¹³ Foram observados três tipos de movimentos: inter-estaduais, destacando os principais fluxos provenientes de outros Estados; inter-regionais, tratando da migração intra-estadual ou seja, dos fluxos estabelecidos entre as RGs do Estado de São Paulo; e intra-regionais, enfatizando as trocas migratórias entre os municípios que compõem a RG de São José dos Campos.

Durante as décadas de 70 e 80, a RG de São José dos Campos apresentou uma queda no número absoluto de imigrantes, 158.582 pessoas nos anos 70, e 139.841 pessoas entre 1981 e 1991. (Tabela 4)

A migração intra-estadual (incluindo a intra-regional) foi responsável por 56,85% (90.153 pessoas) do fluxo migratório total apresentado pela RG nos anos 70; no período seguinte, essa participação subiu para 59,89% (83.749 pessoas). Portanto, o peso relativo da migração de outros Estados perdeu importância durante os anos 80, em relação à década anterior, registrando 43,15% (68.429 pessoas) em 1970/80 e 39,50% (55.235 pessoas) em 1981/91. (Tabela 4)

Tabela 4 - Principais Fluxos Migratórios Inter-Estaduais RG de São José dos Campos - 1970/1980 e 1981/1991

UF anterior	1970/80		1981/91	
	Imigrantes	%	Imigrantes	%
São Paulo (*)	90.153	56,85	83.749	59,89
Minas Gerais	30.976	19,53	21.276	15,21
Paraná	16.080	10,14	8.010	5,73
Rio de Janeiro	7.874	4,97	7.744	5,54
Outros	13.499	8,51	19.062	13,63
Total	158.582	100,00	139.841	100,00

Fonte: F. IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991;
 Tabulações Especiais, F. SEADE 1989; NEPO/UNICAMP, 1996
 (*) inclui a migração intra-regional

¹³ Os migrantes foram definidos como as pessoas não-naturais do município, com tempo de residência inferior a 10 anos.

Fluxos Inter-Estaduais

A migração oriunda de outros Estados deveu-se, principalmente, aos Estados limítrofes a São Paulo no decorrer dos dois períodos (décadas de 70 e 80). O principal fluxo foi proveniente de Minas Gerais, representando 19,53% (30.976 pessoas) do total de imigrantes na década de 70, e caindo para 15,21% (21.276 pessoas) entre 1981 e 1991. Em seguida, o fluxo do Estado do Paraná sofreu uma queda ainda maior, reduziu quase pela metade o número de imigrantes, passando de uma participação de 10,14% (16.080 pessoas) em 1970/80, para 5,73% (8.010 pessoas) em 1981/91. E, finalmente, o fluxo absoluto de imigrantes oriundos do Estado do Rio de Janeiro manteve-se praticamente inalterado, mas com um ligeiro acréscimo em sua participação relativa, registrando um percentual de 4,97% (7.874 pessoas) nos anos 70, e 5,54% (7.744 pessoas) no período 1981/91. O conjunto dos demais Estados apresentaram um aumento na participação do total de imigrantes da região; em 1970/80 detinham 8,51% (13.499 pessoas), e em 1981/91, passaram a 13,63% (19.062 pessoas). (Tabela 4)

Observando o total da imigração por Grandes Regiões do país (Sudeste-exceto São Paulo) para toda RG, durante as décadas de 70 e 80, pode-se constatar que o maior peso relativo concentrou-se na região Sudeste, devido ao significativo fluxo proveniente principalmente de Minas Gerais. Entretanto, esse fluxo diminuiu no decorrer dos dois períodos, e a participação da região Sudeste no total do fluxo de outros Estados, que era de 57,38% (39.263 pessoas) em 1970/80, passou a 53,44% (29.517 pessoas) em 1981/91. (Tabela 5)

Da mesma forma, o fluxo vindo da região Sul também apresentou um declínio em seu volume absoluto de migrantes, assim como da participação relativa no total da imigração inter-estadual, em função da queda da emigração do Estado do Paraná em direção à RG. Em 1970/80, a região Sul registrou 24,82% (16.983 pessoas), e em 1981/91 essa participação diminuiu para 16,55% (9.139 pessoas). (Tabela 5)

Tabela 5 - Fluxos Migratórios por Grandes Regiões do País RG de São José dos Campos - 1970/1980 e 1981/1991

Regiões	1970/80		1981/91	
	Imigrantes	%	Imigrantes	%
Norte	432	0,63	797	1,44
Nordeste	10.072	14,72	13.351	24,17
Sudeste(*)	39.263	57,38	29.517	53,44
Sul	16.983	24,82	9.139	16,55
Centro-Oeste	1.671	2,44	2.416	4,37
S/especificação	8	0,01	15	0,03
Total	68.429	100,00	55.235	100,00

Fonte: F. IBGE. Censos Demográficos de 1980 e 1991;

Tabulações Especiais. F.SEADE 1989; NEPO/UNICAMP, 1996

(*) exceto o Estado de São Paulo

Os fluxos provenientes das demais regiões do país, ao contrário, apresentaram, entre as duas décadas, um aumento do número de migrantes e do peso relativo do fluxo total de outros Estados. Assim, a região Nordeste registrou uma participação de 14,72% (10.072 pessoas) na década de 70, e no período seguinte, 24,17% (13.351 pessoas), com destaque, em 1981/91, para os fluxos oriundos dos Estados de Pernambuco, Bahia e Paraíba. Os fluxos provenientes das regiões Centro-Oeste e Norte registraram as menores participações; a primeira com 2,44% (1.671 pessoas) em 1970/80, e 4,37% (2.416 pessoas) em 1981/91, e a segunda com 0,63% (432 pessoas) na década de 70, e 1,44% (797 pessoas) no período 1981/91. (Tabela 5)

Em relação aos fluxos específicos para cada município da região, entre 1981 e 1991, verifica-se que Caçapava, Jacareí, Jembeiro, Santa Branca e São José dos Campos apresentaram mais de 50% do fluxo de outros estados oriundos da região Sudeste; além do município de Monteiro Lobato, que registrou um pouco menos da metade de seus migrantes inter-estaduais com a mesma origem. A maior parte dos migrantes de outros estados com destino à Paraíba dividiu-se entre as regiões Sul (29,18%) e Sudeste (27,90%); e Igaratá apresentou 42,96% de seu fluxo inter-estadual vindo da região Nordeste, principalmente do Estado da Bahia. É interessante observar que o município de São José dos Campos registrou a menor participação relativa de migrantes nordestinos (22,83%), apesar do maior número absoluto (9.197 pessoas). (Tabelas 6 e 7)

Tabela 6 - Principais Fluxos Migratórios Inter-Estaduais - 1981/1991 Região de Governo de São José dos Campos - Estado de São Paulo - Valores Absolutos de Imigração por Municípios

UF anterior	RG de S. José dos Campos								Total
	Caçapava	Igaratá	Jacareí	Jambeiro	Monteiro Lobato	Paraihuna	Santa Branca	S.J. dos Campos	
Piauí	40	35	69	0	16	0	0	1.343	1.503
Ceará	95	0	242	0	0	133	0	838	1.308
R.Grande do Norte	108	0	101	0	0	0	0	457	666
Paraíba	0	23	184	0	0	0	3	1.826	2.036
Pernambuco	210	15	862	0	26	0	103	2.544	3.760
Alagoas	240	0	150	0	0	0	2	231	623
Bahia	461	104	715	0	0	45	88	1.408	2.821
Minas Gerais	1.447	68	4.059	18	61	195	298	15.130	21.276
Rio de Janeiro	486	56	939	55	0	0	70	6.138	7.744
São Paulo	6.952	1.752	19.274	933	956	2.543	1.391	49.948	83.749
Paraná	103	79	1.355	22	29	204	15	6.203	8.010
R.Grande do Sul	36	13	118	3	0	0	0	519	689
M.Grosso do Sul	63	0	77	11	0	0	0	387	538
Mato Grosso	27	0	61	0	0	60	0	453	601
Goiás	150	0	133	0	0	0	0	409	692
Distrito Federal	25	0	70	0	0	0	0	490	585
Outros Estados	57	30	254	31	0	62	27	1.907	2.368
S/Específic .Brasil	2	3	10	0	0	0	0	0	15
Outro País	48	0	31	0	0	0	0	778	857
Total	10.550	2.178	28.704	1.073	1.088	3.242	1.997	91.009	139.841

Fonte: F.IBGE. Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1996.

Tabela 7 - Principais Fluxos Migratórios Inter-Estaduais - 1981/1991 Região de Governo de São José dos Campos - Estado de São Paulo - Percentuais de Imigração por Municípios

UF anterior	RG de S. José dos Campos								Total
	Caçapava	Igaratá	Jacarei	Jambeiro	Monteiro Lobato	Paraibuna	Santa Branca	S.J. dos Campos	
Piauí	0,38	1,61	0,24	0,00	1,47	0,00	0,00	1,48	1,07
Ceará	0,90	0,00	0,84	0,00	0,00	4,10	0,00	0,92	0,94
R.Grande do Norte	1,02	0,00	0,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,50	0,48
Paraíba	0,00	1,06	0,64	0,00	0,00	0,00	0,15	2,01	1,46
Pernambuco	1,99	0,69	3,00	0,00	2,39	0,00	5,16	2,80	2,69
Alagoas	2,27	0,00	0,52	0,00	0,00	0,00	0,10	0,25	0,45
Bahia	4,37	4,78	2,49	0,00	0,00	1,39	4,41	1,55	2,02
Minas Gerais	13,72	3,12	14,14	1,68	5,61	6,01	14,92	16,62	15,21
Rio de Janeiro	4,61	2,57	3,27	5,13	0,00	0,00	3,51	6,74	5,54
São Paulo	65,90	80,44	67,15	86,95	87,87	78,44	69,65	54,88	59,89
Paraná	0,98	3,63	4,72	2,05	2,67	6,29	0,75	6,82	5,73
R.Grande do Sul	0,34	0,60	0,41	0,28	0,00	0,00	0,00	0,57	0,49
Mato Grosso	0,60	0,00	0,27	1,03	0,00	0,00	0,00	0,43	0,38
M.Grosso do Sul	0,26	0,00	0,21	0,00	0,00	1,85	0,00	0,50	0,43
Goiás	1,42	0,00	0,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,45	0,49
Distrito Federal	0,24	0,00	0,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,54	0,42
Outros Estados	0,54	1,38	0,88	2,89	0,00	1,91	1,35	2,10	1,69
S/Específic .Brasil	0,02	0,14	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
Outro País	0,45	0,00	0,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,85	0,61
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: F.IBGE. Censo Demográfico de 1991; Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1996.

Os dados referentes ao período entre 1981 e 1991 indicaram que, no contexto regional, o município de São José dos Campos configurou-se como o maior receptor de migrantes de outros estados, recebendo 72,93% (40.283 pessoas) do total desse fluxo destinado à toda região, seguido de Jacarei (9.399 pessoas) e Caçapava (3.550 pessoas). Assim, o núcleo regional ainda caracterizou-se, nos anos 80, como a porta de entrada para imigrantes de outros estados, diferenciando-se de outras regiões de São Paulo, como a de Campinas e a de Santos, em que a periferia também apresenta um importante papel na recepção de migrantes inter-estaduais (Baeninger, R. 1994).

Fluxos Inter-Regionais

No contexto da migração intra-estadual, destacam-se os fluxos com origem em outras RGs do Estado de São Paulo, além das trocas migratórias com essas regiões. Na chamada migração inter-regional (exclui a intra-regional), os maiores fluxos migratórios da década de 70 foram provenientes da Grande São Paulo (33.764 pessoas), das RGs de Taubaté (8.209 pessoas), de Guaratinguetá (5.396 pessoas), de São João da Boa Vista (2.722 pessoas), e das regiões de Santos, Campinas, Caraguatatuba e Presidente Prudente (em torno de 1,5 mil pessoas cada região). Em relação à emigração, os fluxos mais significativos destinaram-se à algumas das mesmas regiões; para a RM de São Paulo (13.745 pessoas), RGs de Taubaté (5.850 pessoas), de Caraguatatuba, de São João da Boa Vista, de Campinas (pouco mais de 2,5 mil pessoas cada uma), e de Guaratinguetá (1.462 pessoas). Nas trocas líquidas, a RG de São José dos Campos perdeu população para as RGs de Caraguatatuba e Campinas.(Tabela 8)

No período 1981/91, o fluxo mais importante continuou sendo proveniente da RM de São Paulo, mantido praticamente no mesmo nível absoluto (33.400 pessoas) e o peso relativo de quase 50% do total de imigrantes inter-regionais; a saída, entretanto, para essa área sofreu uma queda (8.834 pessoas), aumentando o número de trocas líquidas. Em seguida, destacaram-se as RGs que compõem a RA de São José dos Campos; RGs de Taubaté (6.945 pessoas), de Guaratinguetá (4.523 pessoas), de Caraguatatuba (2.884 pessoas), e de Cruzeiro (1.769 pessoas). Observa-se, assim, que em relação à década anterior, os fluxos provenientes das RGs de Taubaté e Guaratinguetá sofreram uma queda de aproximadamente mil pessoas, e inversamente, as RGs de Caraguatatuba e Cruzeiro registraram um aumento em torno do mesmo número. (Tabela 8)

Tabela 8 - Principais Fluxos Migratórios Inter-Regionais - Est. de S.Paulo RG de São José dos Campos - 1970/1980 e 1981/1991 - (exclui a migração intra-regional)

RGs	1970/80				Troca Líquida	1981/91				Troca Líquida
	Imigrantes	%	Emigrantes	%		Imigrantes	%	Emigrantes	%	
RM São Paulo	33.764	47,33	13.745	39,85	20.019	33.400	48,39	8.834	31,20	24.566
Taubaté	8.209	11,51	5.850	16,96	2.359	6.945	10,06	5.951	21,02	994
Guaratinguetá	5.396	7,56	1.462	4,24	3.934	4.523	6,55	1.482	5,23	3.041
S. João da Boa Vista	2.722	3,82	2.719	7,88	3	93	0,13	85	0,30	8
Santos	1.938	2,72	(*)	---	---	1.490	2,16	997	3,52	493
Campinas	1.804	2,53	2.640	7,65	-836	1.482	2,15	2.213	7,82	-731
Caraguatatuba	1.753	2,46	2.811	8,15	-1.058	2.884	4,18	2.875	10,15	9
Presidente Prudente	1.432	2,01	(*)	---	---	361	0,52	194	0,69	167
Outras	14.312	20,06	5.266	15,27	9.046	17.848	25,86	5.685	20,07	12.153
Total	71.330	100,00	34.493	100,00	36.837	69.026	100,00	28.316	100,00	40.700

Fonte: F. IBGE. Censos Demográficos de 1980 e 1991;

Tabulações Especiais. F. SEADE 1989: NEPO/UNICAMP, 1996

(*) Para o período 1970/80, foram considerados somente fluxos acima de mil pessoas

Dentre as demais RGs que compõem o Estado, os fluxos vindos das RGs de São João da Boa Vista e de Presidente Prudente apresentaram uma drástica diminuição, comparando-se os dois períodos. Na década de 70, tinham fluxos superiores a mil pessoas, e entre 1981 e 1991, passaram a números menos expressivos, principalmente a RG de São João da Boa Vista. Já os fluxos provenientes das RMs de Campinas e Santos tiveram uma queda de aproximadamente 400 pessoas, mas ainda registraram magnitudes significativas (1.482 e 1.490 pessoas respectivamente). (Tabela 8)

Em relação à emigração do período 1981/91, as saídas em direção às RGs de Taubaté, Guaratinguetá e Caraguatatuba mantiveram-se praticamente no mesmo patamar absoluto alcançado na década anterior. Como as duas primeiras tiveram uma diminuição do fluxo enviado à RG de São José dos Campos, as trocas líquidas entre essas regiões diminuíram. Inversamente, com a RG de Caraguatatuba, que registrou um aumento, as trocas migratórias deixaram de ser negativas, embora ainda em número bastante reduzido. Com a região de Campinas, que também apresentou, na década de 70, troca líquida negativa, não houve uma reversão da tendência, mas o nível tornou-se menor. (Tabela 8)

MAPAS 2 e 3 - PRINCIPAIS TROCAS MIGRATÓRIAS INTER-REGIONAIS
 RG DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - ESTADO DE SÃO PAULO



Fonte: F.IBGE. Censo Demográfico 1980; Tabulações Especiais F.SEADE, 1989.



Fonte: F.IBGE. Censo Demográfico 1991; Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP, 1996.

Fluxos Intra-Regionais

A migração intra-regional alcançou um volume de 18.823 pessoas, nos anos 70, com fluxos, predominantemente, dos municípios do entorno para o município-sede. Entre 1981 e 1991, essa característica do movimento (entorno-sede) tornou-se mais exacerbada, ganhando importância em termos relativos, para a maioria dos municípios. No último período, o volume total do fluxo intra-regional diminuiu para 14.718 pessoas, caindo também o seu peso relativo na migração intra-estadual; em 1970/80 correspondia a 20,9%, e em 1981/91 passou a 17,6%.(Tabela 9)

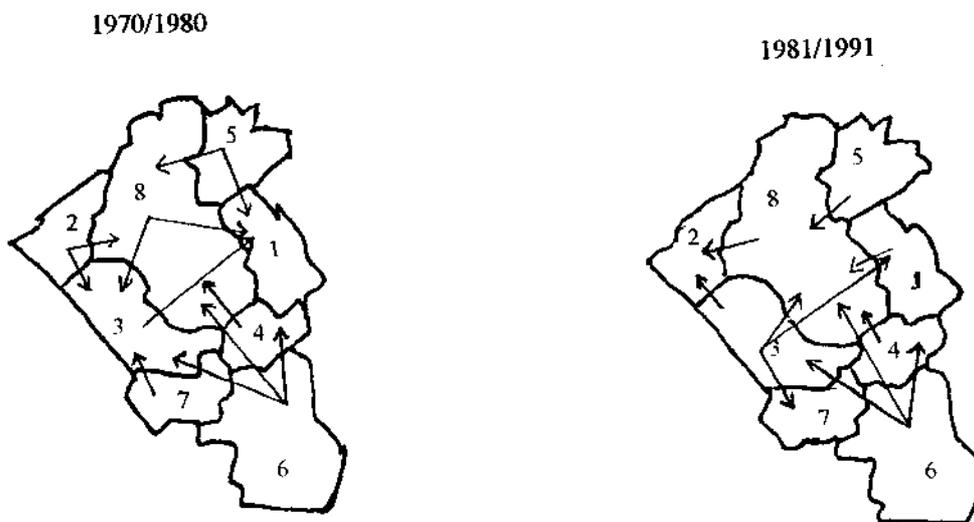
Tabela 9 - Principais Fluxos Migratórios Intra-Regionais RG de São José dos Campos - Estado de S.Paulo - 1970/80

Municípios	Imigrantes			Emigrantes		
	Municípios	Valor Absol.	%	Municípios	Valor Absol.	%
Caçapava	Jacarei	414	16,37	Jacarei	338	20,98
	S.J.dos Campos	1.703	67,34	S.J.dos Campos	1.107	68,72
	Outros	412	16,29	Outros	166	10,30
	Total	2.529	100,00	Total	1.611	100,00
Igaratá	Jacarei	88	40,55	Jacarei	194	55,59
	S.J.dos Campos	76	35,02	S.J.dos Campos	134	38,40
	Outros	53	24,42	Outros	21	6,02
	Total	217	100,00	Total	349	100,00
Jacarei	Paraibuna	873	12,33	Caçapava	414	10,76
	Santa Branca	958	13,53	Santa Branca	335	8,71
	S.J.dos Campos	4.593	64,85	S.J.dos Campos	2.822	73,34
	Outros	659	9,30	Outros	277	7,20
	Total	7.083	100,00	Total	3.848	100,00
Jambuí	Paraibuna	100	23,15	Caçapava	211	24,77
	S.J.dos Campos	221	51,16	S.J.dos Campos	391	45,89
	Outros	111	25,69	Outros	250	29,34
	Total	432	100,00	Total	852	100,00
Monteiro Lobato	S.J.dos Campos	284	85,29	Caçapava	138	20,29
	Outros	49	14,71	S.J.dos Campos	480	70,59
	Total	333	100,00	Outros	62	9,12
			Total	680	100,00	
Paraibuna	Jambuí	177	25,36	Jacarei	873	27,73
	S.J.dos Campos	331	47,42	S.J.dos Campos	2.080	66,07
	Outros	190	27,22	Outros	195	6,19
	Total	698	100,00	Total	3.148	100,00
Santa Branca	Jacarei	335	77,91	Jacarei	958	87,97
	Outros	95	22,09	Outros	131	12,03
	Total	430	100,00	Total	1.089	100,00
S.J.dos Campos	Jacarei	2.822	39,74	Caçapava	1.703	23,50
	Paraibuna	2.080	29,29	Jacarei	4.593	63,39
	Caçapava	1.107	15,59	Outros	950	13,11
	Outros	1.092	15,38	Total	7.246	100,00
	Total	7.101	100,00			

Fonte: F.IBGE. Censo Demográfico de 1980, Tabulações Especiais F.SEADE 1989.

Os dados indicaram que, no período entre 1981 e 1991, ocorreu uma inversão na dinâmica migratória intra-regional estabelecida entre a sede e os municípios do entorno. Na década de 70, observou-se que nas trocas migratórias entre o núcleo e o entorno, este último absorveu um número maior de migrantes do que a sede regional; situação que se modifica no período seguinte, já que a sede registrou um número maior de imigrantes do que emigrantes. Assim, se durante a década de 70 apontava-se para um início de desconcentração populacional da sede em direção aos municípios do entorno da RG, no período seguinte, o núcleo caracterizou-se por uma concentração ainda maior na recepção dos fluxos intra-regionais. Além disso, no decorrer dos dois períodos analisados, percebe-se um aumento do peso relativo do município-sede no total da migração intra-regional. (Mapas 4 e 5)

MAPAS 4 e 5 - TROCAS MIGRATÓRIAS INTRA-REGIONAIS
REGIÃO DE GOVERNO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - ESTADO DE SÃO PAULO



Fonte: F.IBGE. Censo Demográfico 1991;
Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP, 1996.

Fonte: F.IBGE. Censo Demográfico 1991;
Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP, 1996.

- 1- Caçapava
- 2- Igaratá
- 3- Jacareí
- 4- Jambuí
- 5- Monteiro Lobato
- 6- Paraibuna
- 7- Santa Branca
- 8- São José dos Campos

Entre 1981 e 1991, o fluxo de imigração intra-regional diminuiu seu valor absoluto nos três principais municípios da região (São José dos Campos, Jacarei e Caçapava). Nos demais municípios, ocorreu um aumento no volume absoluto, assim como o peso relativo da imigração intra-regional no total da intra-estadual mostrou-se maior nos pequenos municípios, correspondendo a 60% da imigração intra-estadual em Monteiro Lobato, 42% em Paraibuna, e aproximadamente 35% em Jambuí e Santa Branca. Certamente, a recuperação demográfica desses municípios, observada no período 1981/91, teve origem no movimento intra-regional.

Vale ressaltar que o município de São José dos Campos apresentou a menor participação (13%) da imigração intra-regional no fluxo intra-estadual, em 1981/91, seguido de Caçapava (19%), e Jacarei e Igaratá (ambos com 21%), reforçando o papel da sede regional na recepção de migrantes de outras regiões do Estado.

Dessa forma, observando-se os tipos de movimentos ocorridos na região, destac-se a importância do município-sede nessa dinâmica migratória, evidenciando a inserção diferenciada dos municípios no contexto populacional da região, relacionada à configuração da rede urbana e ao desenvolvimento econômico das cidades.

CAPÍTULO 3

DINÂMICA DEMOGRÁFICA: REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: 1970/1996

Conforme apontado anteriormente, na Introdução, esse capítulo traz um panorama populacional de todo o Vale do Paraíba (RA de São José dos Campos) de forma mais detalhada, com informações desagregadas para cada RG. No primeiro item, referente à evolução da população e componentes do crescimento populacional, o tema é tratado através de recortes espaciais distintos, visando analisar a distribuição espacial da população de toda a região. Desse modo, os dados são apresentados de diferentes maneiras: por totais das RGs; por classes de tamanho populacional dos municípios; detalhados para cada RG e seus municípios; e finalmente divididos por sedes regionais e municípios do entorno. A evolução populacional foi acompanhada a partir da década de 70, através de dados censitários (F.IBGE) de 1970, 1980 e 1991, além da contagem populacional de 1996; e os componentes do crescimento foram obtidos através de estatísticas vitais (F. SEADE) dos períodos 1970/80, 1980/91 e 1991/96.

O segundo item do capítulo, referente aos fluxos migratórios, tra, como no capítulo anterior, três tipos de movimentos: intra-regionais, inter-regionais e inter-estaduais. Os dados referem-se à década de 80 ¹⁴ (dados censitários de 1991), compondo um panorama migratório para cinco RGs que integram a região do Vale do Paraíba, apresentando-se de forma mais detalhada os movimentos intra-regionais, buscando as diferenciações internas de cada região.

¹⁴ Dados referem-se ao período entre 1981 e 1991, já que são considerados migrantes as pessoas com menos de 10 anos de residência

3.1. Evolução da População e Componentes do Crescimento Populacional da Região Administrativa de São José dos Campos - 1970 a 1996

A Região Administrativa (RA) de São José dos Campos apresentava em 1996 uma população de 1.793.014 pessoas, representando 5,26% da população total do Estado de São Paulo. A participação da população regional no total da população estadual aumentou entre 1970 e 1991, passando de 4,69% em 1970, para 4,88% em 1980 e 5,25% em 1991. (Tabela 10)

Tabela 10

População Total. Participação no total da população da Região Administrativa e do Estado Região Administrativa de São José dos Campos - Estado de São Paulo - 1970 a 1996

Regiões de Governo	População Total				Participação no total da RA			
	1970	1980	1991	1996	1970	1980	1991	1996
Caraguatatuba	48.006	87.777	147.704	179.376	5,75	7,19	8,94	10,00
Cruzeiro	82.514	91.271	104.526	110.125	9,89	7,47	6,33	6,14
Guaratinguetá	197.097	232.213	276.105	290.985	23,61	19,02	16,72	16,23
São José dos Campos	270.659	487.156	710.451	769.416	32,43	39,89	43,02	42,91
Taubaté	236.383	322.747	412.808	443.112	28,32	26,43	24,99	24,71
RA S.J. dos Campos	834.659	1.221.164	1.651.594	1.793.014	100,00	100,00	100,00	100,00

Regiões de Governo	Participação no total do Estado			
	1970	1980	1991	1996
Caraguatatuba	0,27	0,35	0,47	0,53
Cruzeiro	0,46	0,36	0,33	0,32
Guaratinguetá	1,11	0,93	0,88	0,85
São José dos Campos	1,52	1,95	2,26	2,26
Taubaté	1,33	1,29	1,31	1,30
RA S.J. dos Campos	4,69	4,88	5,25	5,26

Fonte: F.IBGE. Censos Demográficos 1970, 1980 e 1991, Contagem Populacional 1996

Em todo o período observado (1970/1996), a taxa de crescimento populacional da região vem declinando, passando de 3,88% a.a. durante a década de 70, para 2,78% a.a. entre 1980 e 1991, e para 1,44% a.a. entre 1991 e 1996. Com exceção do último período, suas taxas mantiveram-se acima da média estadual, que foi de 3,49% a.a. na década de 70, e de 2,09% a.a. entre 1980 e 1991; no período seguinte (1991/96), o Estado de São Paulo apresentou a taxa de 1,62% a.a.. (Tabela 11)

O componente migratório apresentou uma participação em constante declínio no crescimento populacional da RA. Assim, entre 1970 e 1980, seu saldo migratório representava 40,93% do crescimento, com 158.205 pessoas, caindo para 25% e 105.943 pessoas, entre 1980 e 1991; e no período entre 1991 e 1996, passou a representar apenas 11,14% do crescimento, com 15.751 pessoas¹⁵. (Tabela 11)

A Região de Governo (RG) com o maior volume populacional é a de São José dos Campos, com 769.416 pessoas em 1996, correspondendo a quase metade da população total da RA (43,02%), e marcando fortemente o quadro populacional de toda a região, com sua acentuada queda da taxa de crescimento e do saldo migratório. Em seguida, a RG de Taubaté contava com 443.112 pessoas; a RG de Guaratinguetá, com 290.985 pessoas; a RG de Caraguatatuba, com 179.376 pessoas; e por último, a RG de Cruzeiro, com 110.125 pessoas. (Tabela 11)

A RG com o maior ritmo de crescimento populacional ao ano é a de Caraguatatuba, desde a década de 70, quando registrou 6,22% a.a., seguida pela RG de São José dos Campos, com 6,05% a.a., e a de Taubaté, com 3,16% a.a.. Nos períodos seguintes, as três regiões continuaram destacando-se no contexto da RA e do Estado, apesar da diminuição de suas taxas de crescimento, acompanhando uma tendência geral de redução do crescimento. Assim, na década de 80, a RG de Caraguatatuba passou a uma taxa de 4,84% a.a., a maior do Estado de São Paulo, e as RGs de São José dos Campos e Taubaté registraram 3,49% a.a. e 2,26% a.a., respectivamente. Entre 1991 e 1996, a RG de Caraguatatuba manteve praticamente o mesmo nível de crescimento (4,03% a.a.) do período anterior, enquanto a RG de São José dos Campos, com 1,63% a.a, apresentou a maior diminuição de crescimento da RA; e a RG de Taubaté, também em queda, registrou 1,45% a.a. As RGs de Cruzeiro e Guaratinguetá mantiveram, em todo o período observado, o mesmo ritmo de crescimento, em torno de 1% a 1,5% a.a.. (Tabela 11)

Durante as décadas de 70 e 80, a RG de São José dos Campos apresentou os maiores saldos migratórios da RA, correspondendo a mais de 70% do saldo total. No

¹⁵ Vale lembrar que os valores absolutos dos saldos migratórios do período 1991/96 não podem ser comparados aos números anteriores, por referirem a um período de apenas 5 anos.

período entre 1991 e 1996, essa participação caiu para 20,25%, e a RG de Caraguatatuba destacou-se pelo mais alto saldo migratório (17.504 pessoas) da região. Observa-se, assim, que os saldos registrados pela RG de São José dos Campos, durante as décadas de 70 e 80 (124.678 e 77.470 pessoas respectivamente), apesar de declinantes, marcaram fortemente o quadro migratório verificado em toda a região. A RG de Taubaté também apresentou um decréscimo de seus saldos migratórios no decorrer do período estudado, passando de 27.757 pessoas na década de 70, para 12.652 pessoas entre 1980 e 1991; no período seguinte (1991/1996) registrou 737 pessoas. E, finalmente, as RGs de Cruzeiro e Guaratinguetá vêm apresentando, desde o início do período estudado, saldos migratórios negativos, embora menos acentuados. (Tabela 11)

Tabela 11
Evolução e Crescimento Absoluto da População. Taxas Anuais de Crescimento Populacional, Saldos Vegetativo e Migratório, Grau de Urbanização
Região Administrativa de São José dos Campos - Estado de São Paulo - 1970 a 1996

Regiões de Governo	População Total					Crescimento Populacional Absoluto			Taxa de Crescimento (% a.a.)		
	1970	1980	1991	1996	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96	
Caragatatuba	48.006	87.777	147.704	179.376	39.771	59.927	31.672	6,22	4,84	4,03	
Cruzeiro	82.514	91.271	104.526	110.125	8.757	13.255	5.599	1,01	1,24	1,07	
Guaratinguetá	197.097	232.213	276.105	290.985	35.116	43.892	14.880	1,65	1,59	1,07	
São José dos Campos	270.659	487.156	710.451	769.416	216.497	223.295	58.965	6,05	3,49	1,63	
Taubaté	236.383	322.747	412.808	443.112	86.364	90.061	30.304	3,16	2,26	1,45	
RA S.J. dos Campos	834.659	1.221.164	1.651.594	1.793.014	386.505	430.430	141.420	3,88	2,78	1,44	
Regiões de Governo	Saldo Vegetativo					Saldo Migratório			Grau de Urbanização (%)		
	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96	1991				
Caragatatuba	17.285	29.389	14.168	22.486	30.538	17.504	98,87				
Cruzeiro	17.911	19.811	7.283	-9.154	-6.556	-1.684	85,34				
Guaratinguetá	42.678	50.303	18.876	-7.562	-6.411	-3.996	88,07				
São José dos Campos	91.819	145.825	55.775	124.678	77.470	3.190	93,25				
Taubaté	58.607	77.409	29.567	27.757	12.652	737	90,15				
RA S.J. dos Campos	228.300	322.737	125.669	158.205	107.693	15.751	91,61				

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos 1970, 1980 e 1991. Contagem Populacional 1996
F. SEADE. 1993 e 1997

Pode-se afirmar que as RGs de Taubaté e São José dos Campos formam o eixo mais dinâmico, não só do ponto de vista econômico, mas também populacional de todo o Vale do Paraíba. A participação da população das duas RGs no total da população da RA passou de 60,75% em 1970, para 67,62% em 1996. Mas, enquanto a RG de São José dos Campos apresentou uma tendência de aumento nessa participação, a de Taubaté seguiu declinando durante todo o período. Do mesmo modo, na RG de São José dos Campos foram observados saldos migratórios e taxas de crescimento populacional ao ano mais elevados do que os registrados em Taubaté.

Dentre as demais RGs que compõem a RA, verifica-se que as RGs de Guaratinguetá e Cruzeiro formam uma área menos dinâmica, apresentando os menores graus de urbanização (88% e 85% respectivamente), bem como pequenas taxas de crescimento populacional, e saldos migratórios negativos.

E, finalmente, a RG de Caraguatatuba parece apresentar uma dinâmica populacional própria, com pouca ligação com as características das demais regiões. Suas taxas de crescimento populacionais foram as mais elevadas nos períodos analisados, e além disso, registrou um aumento da participação do componente migratório em seu crescimento populacional no decorrer do período observado, diferentemente das outras regiões com saldos positivos, que registraram um declínio.

Classes de Tamanho Populacional - A dinâmica das cidades¹⁶

A RA de São José dos Campos é composta por apenas quatro municípios com mais de 100 mil habitantes (São José dos Campos, Taubaté, Jacareí e Pindamonhangaba), que juntos concentram 55% do total populacional da região.

¹⁶ Utilizou-se a definição adotada pelo Censo Demográfico, considerando-se como "cidade" o núcleo que se estabelece como sede política-administrativa do município. Sendo assim, qualquer localidade urbana é tida como cidade desde que seja o ponto central da administração municipal, mesmo que não exerça funções tipicamente urbana e não apresente montante populacional significativo. Esta definição, no entanto, não é suscetível de um conteúdo unívoco, havendo pesquisadores como Martine (1990), que definem como cidades as localidades urbanas que atingem o limite mínimo de 20 mil habitantes. (Patarra, coord. 1991).

A grande maioria dos municípios possui menos de 20 mil habitantes (21 municípios), localizados principalmente nas RGs de Cruzeiro e Taubaté. Tais cidades apresentaram, em 1991, os menores graus de urbanização da região, registrando em média, em torno de 60% de população urbana, enquanto as demais classes de tamanho populacional tiveram percentuais médios acima de 85%.

De acordo com a faixa de tamanho da população dos municípios, em 1996, pode-se observar uma dinâmica populacional diferenciada. Assim, o ritmo de crescimento dos pequenos municípios foi o mais baixo da região, no decorrer de todo o período. Durante a década de 70, apresentou uma taxa negativa de crescimento (-0,55% a.a.), que sofreu uma elevação entre 1980 e 1991 (1,56% a.a.), demonstrando uma certa recuperação populacional, e uma nova queda entre 1991 e 1996, mas ainda mantendo-se positiva (0,91% a.a.). Esse pequeno crescimento refletiu, em grande parte, o saldo migratório negativo mantido por todo o período, bastante acentuado, principalmente, na década de 70 (-32.915 pessoas), e em níveis menores nos períodos seguintes (-1.527 pessoas entre 1980 e 1991, e -3.502 entre 1991 e 1996), embora no último quinquênio já tenha ultrapassado a década anterior. (Tabela 12)

Tabela 12

Evolução e Crescimento Absoluto da População, Taxas Anuais de Crescimento Populacional, Saldos Vegetativo e Migratório Municípios por Classes de Tamanho Populacional. RA de São José dos Campos, Estado de São Paulo, 1970 a 1996

Municípios por número de habitantes	População Total				Crescimento Populacional				Taxa de Crescimento (% a.a.)		
	1970	1980	1991	1996	Absoluto	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96
Até 20 mil	131.106	124.070	147.060	153.882	-7.036	22.990	6.822	-0,55	1,56	0,91	
De 20 a 50 mil	113.206	142.464	188.824	213.435	29.258	46.360	24.611	2,32	2,59	2,48	
De 50 a 100 mil	221.992	312.558	400.443	437.312	90.566	87.885	36.869	3,48	2,28	1,78	
Mais de 100 mil	368.355	642.072	915.267	988.385	273.717	273.195	73.118	5,71	3,27	1,55	
Total	834.659	1.221.164	1.651.594	1.793.014	386.505	430.430	141.420	3,88	2,78	1,44	
Municípios por número de habitantes	Saldo Vegetativo				Saldo Migratório						
	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96					
Até 20 mil	25.879	24.517	10.324	-32.915	-1.527	-3.502					
De 20 a 50 mil	27.466	33.152	14.766	1.792	13.208	9.845					
De 50 a 100 mil	57.784	78.484	30.321	32.782	9.401	6.548					
Mais de 100 mil	117.171	186.584	70.258	156.546	86.611	2.860					
Total	228.300	322.737	125.669	158.205	107.693	15.751					

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos 1970, 1980 e 1991, Contagem Populacional 1996 F. SEADE, 1993 e 1997.

Os municípios incluídos na faixa entre 20 e 50 mil habitantes apresentaram um ritmo de crescimento constante em todo o período observado (em torno de 2,5% a.a.), configurando-se como os únicos da região a não sofrerem uma diminuição em suas taxas médias de crescimento populacional. Esse comportamento pode ser entendido, de modo geral, pelo aumento significativo da participação do componente migratório no crescimento da população, que era de apenas 6,1% na década de 70, passando a 28,5% entre 1980 e 1991, e para 40% no período 1991/96; registrando nesse último período o maior saldo migratório da região (9.845 pessoas). (Tabela 12)

Os municípios que possuem entre 50 e 100 mil habitantes registraram uma queda em suas taxas de crescimento populacional, passando de 3,48% a.a. na década de 70, para 2,28% a.a. no período 1980/91, e a 1,78% a.a. entre 1991 e 1996. Seu saldo migratório sofreu uma acentuada diminuição entre as décadas de 70 e 80, caindo de um patamar de 32.782 para 9.401 pessoas; assim como a participação no crescimento da população, que representava 36,2% e passou a 10,7%. No período 1991/96, o saldo migratório já chegou a 6.548 pessoas, o que corresponde a 17,8% do crescimento populacional do período. (Tabela 12)

Os municípios mais populosos da região, com mais de 100 mil habitantes, sofreram o maior índice de diminuição do ritmo de crescimento populacional; mas, apesar disso, mantiveram durante as décadas de 70 e 80, as mais elevadas taxas de crescimento da região (5,71% a.a. e 3,27% a.a.). No período 1991/96, continuaram a decrescer, registrando 1,55% a.a., a segunda menor taxa da região, atrás dos pequenos municípios. Nenhuma outra classe de municípios registrou uma perda de importância tão acentuada do componente migratório no crescimento populacional; representava 57,2% na década de 70, passou a 31,7% entre 1980 e 1991, e chegou a 3,9% no período 1991/96. (Tabela 12)

- Regiões de Governo

RG de Caraguatatuba

É a menor região de toda a RA, situada ao Litoral Norte do Estado, com apenas 4 municípios: Ilha Bela com menos de 20 mil habitantes, São Sebastião na faixa entre 20 e 50 mil, Caraguatatuba e Ubatuba, os mais populosos possuíam entre 50 e 100 mil habitantes em 1996.

O município-sede concentrava 38% da população da RG, apresentando elevadas taxas de crescimento populacional ao ano durante todo o período (1970 a 1996). Durante a década de 70, chegou a registrar a taxa de 8,41% a.a.; na década seguinte caiu pela metade (4,17% a.a.), e entre 1991 e 1996 subiu para 5,06% a.a. (Tabela 13)

No período 1980/91, os demais municípios da RG apresentaram pouca variação entre si das taxas médias de crescimento, ficando em torno de 5% a.a. Entre 1991 e 1996, S. Sebastião manteve sua taxa no mesmo patamar (5,38% a.a.), alcançando a mais alta taxa da RG, e Ubatuba registrou um declínio (3,08% a.a.). O município de Ilha Bela apresentou a maior variação do ritmo de crescimento no período estudado. De uma taxa de 3,19% a.a. durante a década de 70, passou para 5,13% a.a. entre 1980 e 1991, caindo para uma taxa negativa de -0,67% a.a. no período 1991/96, muito provavelmente em decorrência do saldo migratório negativo registrado (-1.711 pessoas). (Tabela 13)

O saldo migratório foi responsável por mais de 50% do crescimento da região em todo o período observado, resultando nas elevadas taxas de crescimento populacional apresentadas. Durante a década de 70, o município de Caraguatatuba registrou o maior saldo migratório da RG (12.809 pessoas), representando 57% do saldo total da região. Entre 1980 e 1991, apresentou um declínio (8.369 pessoas), enquanto os municípios de Ubatuba e São Sebastião destacaram-se pelos maiores saldos (10.520 e 8.625 pessoas respectivamente), mas entre 1991 e 1996, Caraguatatuba voltou a concentrar a maior parte (56%) do saldo migratório da região (9.801 pessoas). (Tabela 13)

Tabela 13
Evolução e Crescimento Absoluto da População, Taxas Anuais de Crescimento Populacional, Saldos Vegetativo e Migratório, Grau de Urbanização RG de Caraguatatuba. Estado de São Paulo. 1970 a 1996.

RG	População Total					Crescimento Populacional Absoluto				Taxa de Crescimento (% a.a.)			
	1970	1980	1991	1996	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96
Municípios	15.073	33.799	52.878	67.398	18.726	19.079	14.520	8,41	4,15	5,06			
Caraguatatuba	5.707	7.810	13.538	13.100	2.103	5.728	-438	3,19	5,13	-0,67			
Ilha Bela	12.023	19.007	33.890	43.845	6.984	14.883	9.955	4,69	5,40	5,38			
S. Sebastião	15.203	27.161	47.398	55.033	11.958	20.237	7.635	5,97	5,19	3,08			
Ubatuba	48.006	87.777	147.704	179.376	39.771	59.927	31.672	6,22	4,84	4,03			
Total													
RG	Saldo Vegetativo					Saldo Migratório				Grau de Urbanização (%)			
	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96	
Municípios	5.917	10.710	4.719	12.809	8.369	9.801	99,72						
Caraguatatuba	1.613	2.704	1.273	490	3.024	-1.711	98,14						
Ilha Bela	4.114	6.258	3.571	2.870	8.625	6.384	99,44						
S. Sebastião	5.641	9.717	4.605	6.317	10.520	3.030	97,71						
Ubatuba	17.285	29.389	14.168	22.486	30.538	17.504	98,87						
Total													

Fonte: F. IBGE. Censos Demográficos 1970, 1980 e 1991, Contagem Populacional 1996 F. SEADE, 1993 e 1997.

RG de Cruzeiro

Essa região conta com 8 municípios, sendo que o município-sede concentrava, em 1996, 67% do total da população da RG, incluindo-se na faixa populacional entre 50 e 100 mil habitantes; os demais municípios possuíam menos de 10 mil habitantes.

O município de Cruzeiro apresentou a maior taxa de crescimento populacional da região apenas durante a década de 70 (2,42% a.a.); nos períodos seguintes, o pequeno município de Lavrinhas passou a registrar maiores e crescentes taxas (2,22% a.a. em 80/91 e 3,26% a.a. em 91/96), sendo o único município da região a registrar saldos positivos e crescentes, embora bastante baixos, durante todo o período estudado. (Tabela 14)

A RG de Cruzeiro é formada por municípios com baixo grau de urbanização e pequeno crescimento. Em 1991, Silveiras apresentava o menor grau de urbanização de toda a RA (33,96%), mas inverteu sua taxa negativa de crescimento registrada na década de 70 (-3,26% a.a.), durante a década de 80 (2,11% a.a.), mantendo-a positiva, embora mais baixa, no período posterior (1,32% a.a.). Os municípios de Areias e São José do Barreiro também inverteram a tendência de crescimento negativo, porém somente no período entre 1991 e 1996; e Bananal manteve o ritmo decrescente durante todo o período. (Tabela 14)

Tabela 14 - Evolução e Crescimento Absoluto da População. Taxas Anuais de Crescimento Populacional, Saldos Vegetativo e Migratório. Grau de Urbanização RG de Cruzeiro, Estado de São Paulo, 1970 a 1996.

RG	População Total				Crescimento Populacional			Taxa de Crescimento (% a.a.)		
	1970	1980	1991	1996	Absoluto			1970/80	1980/91	1991/96
Cruzeiro										
Municípios	1970	1980	1991	1996	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96
Arapeí (*)	-----	-----	2.279	2.338	-----	-----	59	-----	-----	0,52
Areias	4.107	3.697	3.284	3.466	-410	-413	182	-1,05	-1,07	1,10
Bananal	12.889	10.962	9.089	9.001	-1.927	-1.873	-88	-1,61	-1,69	-0,20
Cruzeiro	45.672	57.999	68.643	72.155	12.327	10.644	3.512	2,42	1,54	1,02
Lavrinhas	3.047	3.670	4.674	5.473	623	1.004	799	1,88	2,22	3,26
Queluz	5.919	6.999	7.710	8.351	1.080	711	641	1,69	0,88	1,64
S.José do Barreiro	5.438	4.039	3.933	4.101	-1.399	-106	168	-2,93	-0,24	0,86
Silveiras	5.442	3.905	4.914	5.240	-1.537	1.009	326	-3,26	2,11	1,32
Total	82.514	91.271	104.526	110.125	8.757	13.255	5.599	1,01	1,24	1,07

RG	Saldo Vegetativo			Saldo Migratório			Grau de Urbanização (%)
	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96	
Cruzeiro							
Municípios	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96	1991
Arapeí	-----	-----	215	-----	-----	-156	66,47
Areias	641	686	291	-1.051	-1.099	-109	53,21
Bananal	2.494	2.214	586	-4.421	-4.087	-674	66,78
Cruzeiro	10.912	12.635	4.625	1.415	-1.991	-1.113	96,16
Lavrinhas	614	848	344	9	156	455	78,46
Queluz	1.554	1.824	645	-474	-1.113	-4	83,36
S.José do Barreiro	755	731	245	-2.154	-837	-77	53,39
Silveiras	941	873	332	-2.478	136	-6	33,96
Total	17.911	19.811	7.283	-9.154	-6.556	-1.684	85,34

Fonte: F.IBGE. Censos Demográficos 1970, 1980 e 1991, Contagem Populacional 1996 F.SEADE, 1993 e 1997.

(*) Distrito emancipado do município de Bananal em 1991

RG de Guaratinguetá

Essa RG é também composta por 8 municípios, porém mais populosos que os da RG de Cruzeiro. Em 1996, os pequenos municípios de Piquete, Potim e Roseira apresentavam menos de 20 mil habitantes cada um; Aparecida, Cachoeira Paulista e Cunha possuíam entre 20 e 50 mil; e Guaratinguetá e Lorena estavam na faixa entre 50 e 100 mil habitantes.

O município de Guaratinguetá concentrava 34% da população da RG, e juntamente com Lorena, chegam a 60%. Durante o período estudado, a sede regional apresentou taxas declinantes de crescimento, passando de 2,11% a.a. na década de 70, para 0,77% a.a. entre 1980 e 1991, e 1,28% a.a. entre 1991 e 1996. A partir da década de 80,

passou a registrar um saldo migratório negativo, de -11.379 pessoas em 1980/91 e -453 pessoas em 1991/96. (Tabela 15)

O município de Lorena, que apresentou taxas de crescimento de aproximadamente 2% a.a., e saldos migratórios positivos durante as décadas de 70 e 80 (729 e 2.218 pessoas respectivamente), no período entre 1991 e 1996, passou para uma taxa de apenas 0,87% a.a., e um saldo migratório negativo de -1.855 pessoas. (Tabela 15)

O pequeno município de Roseira destacou-se por apresentar taxas de crescimento sempre acima da média regional, chegando a 3,56% a.a. entre 1991 e 1996. Nesse último período, a maior taxa de crescimento da região foi registrada pelo novo município de Potim (5,12% a.), assim como o saldo migratório mais elevado (1.950 pessoas). (Tabela 15)

O município com o menor grau de urbanização da RG, Cunha (38%), durante a década de 70, foi o único a registrar um crescimento negativo (-0,51%a.a.); no período seguinte (1980/91), observou-se uma certa recuperação populacional, apresentando uma taxa de 1,06% a.a., porém entre 1991 e 1996, o ritmo de crescimento caiu novamente, passando para uma taxa negativa de -1,63% a.a. (Tabela 15)

Tabela 15 - Evolução e Crescimento Absoluto da População. Taxas Anuais de Crescimento Populacional. Saldos Vegetativo e Migratório. Grau de Urbanização de Guaratinguetá. Estado de São Paulo, 1970 a 1996.

RG	População Total				Crescimento Populacional			Taxa de Crescimento (% a.a.)		
	Guaratinguetá				Absoluto					
Municípios	1970	1980	1991	1996	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96
Aparecida	24.669	29.337	33.247	34.318	4.668	3.910	1.071	1,75	1,14	0,65
Cachocira Paulista	17.336	20.553	23.212	25.473	3.217	2.659	2.261	1,72	1,11	1,91
Cunha	21.952	20.866	23.462	21.641	-1.086	2.596	-1.821	-0,51	1,07	-1,63
Guaratinguetá	68.869	84.879	92.320	98.265	16.010	7.441	5.945	2,11	0,77	1,28
Lorena	46.463	57.373	73.146	76.344	10.910	15.773	3.198	2,13	2,23	0,87
Piquete	14.316	14.362	14.749	15.099	46	387	350	0,03	0,24	0,48
Potim (*)	-----	-----	9.752	12.463	-----	-----	2.711	-----	-----	5,12
Roseira	3.492	4.843	6.217	7.382	1.351	1.374	1.165	3,32	2,30	3,56
Total	197.097	232.213	276.105	290.985	35.116	43.892	14.880	1,65	1,59	1,07

RG	Saldo Vegetativo			Saldo Migratório			Grau de Urbanização (%)
	Guaratinguetá						
Municípios	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96	1991
Aparecida	4.932	5.884	2.154	-264	-1.974	-1.083	97,98
Cachocira Paulista	3.044	3.500	1.521	173	-841	740	80,64
Cunha	5.174	4.574	1.634	-6.260	-1.978	-3.455	38,21
Guaratinguetá	15.417	18.820	6.398	593	-11.379	-453	92,50
Lorena	10.181	13.555	5.053	729	2.218	-1.855	95,25
Piquete	2.607	2.692	850	-2.561	-2.305	-500	93,45
Potim	-----	-----	761	-----	-----	1.950	99,46
Roseira	1.323	1.278	505	28	96	660	80,64
Total	42.678	50.303	18.876	-7.562	-6.411	-3.996	88,07

Fonte: F. IBGE. Censos Demográficos 1970, 1980 e 1991, Contagem Populacional 1996 F. SEADE, 1993 e 1997.

(*) Distrito emancipado do município de Guaratinguetá em 1991

RG de São José dos Campos

A RG é composta por oito municípios, metade deles com menos de 20 mil habitantes, Santa Branca situa-se na faixa entre 20 e 50 mil, Caçapava na de 50 a 100 mil, e Jacareí e São José dos Campos têm mais de 100 mil habitantes.

O município-sede concentrava, em 1996, 63% da população da RG, registrando as maiores taxas de crescimento populacional durante as décadas de 70 e 80, embora em declínio. Assim, em 1970/80 cresceu a uma taxa de 6,84% a.a., que passou a 3,99% a.a. entre 1980 e 1991, e a 1,95% a.a. no período 1991/96. O município de São José dos Campos concentrou, ainda, 67% do saldo migratório regional durante a década de 70, com 83.824 pessoas, e 77% entre 1980 e 1991, com 59.841 pessoas. No período 1991/96, apresentou

também um dos saldos mais elevados, com 8.175 pessoas. Apesar dos maiores saldos da região, o componente migratório perdeu importância em seu crescimento populacional particular, caindo de um patamar de 60% durante a década de 70, para 38,6% no período 1980/91, e chegando a 18,5% entre 1991 e 1996. (Tabela 16)

O município de Jacareí também registrou elevados saldos migratórios e taxas de crescimento populacional, durante as décadas de 70 e 80. No primeiro período, sua taxa foi de 6,58% a.a., com um saldo de 34.289 pessoas, passando na década seguinte a um ritmo de crescimento de 3,21% a.a., e um saldo de 16.539 pessoas. No período entre 1991 e 1996, registrou uma grande queda em seu crescimento, passando a uma taxa de apenas 0,48% a.a., além de um saldo migratório negativo de -8.361 pessoas, o nível de perda mais acentuado da região. (Tabela 16)

O município de Caçapava apresentou praticamente o mesmo comportamento demográfico de Jacareí, mas em volumes mais reduzidos. Durante a década de 70, registrou um elevado crescimento, com a taxa de 5,27% a.a., diminuindo para 2,32% a.a. entre 1980 e 1991. Nesses dois períodos, seu saldo migratório foi o terceiro maior da região, com 10.919 e 1.664 pessoas respectivamente. Entre 1991 e 1996, passou a um saldo negativo, de -2.862 pessoas, e uma taxa de crescimento de 0,63% a.a.. (Tabela 16)

O município de Santa Branca destacou-se pela altíssima taxa de crescimento populacional, 14,49% a.a., registrada entre 1991 e 1996, resultado do mais elevado saldo migratório da região, 9.007 pessoas, o que corresponde a 92,5% do seu crescimento absoluto do período. Com isso, sua população dobrou; em 1991, possuía 10.306 habitantes, e em 1996, alcançou 20.047 pessoas. Nos anos anteriores, sua taxa de crescimento foi de 2,21% a.a. durante a década de 70, passando a 1,77% a.a. no período 1980/91, além de inexpressivos saldos migratórios de 132 e -79 pessoas respectivamente. (Tabela 16)

Os pequenos municípios da região registraram as menores taxas de crescimento, apresentando um aumento no período 1980/91, em relação à década anterior, acompanhando uma tendência geral de recuperação populacional das pequenas cidades. Destaca-se o município de Monteiro Lobato, que passou de uma taxa negativa de -1,65% a.a. na década de 70, para um ritmo de crescimento de 2,09% a.a. no período seguinte. Entretanto, tais municípios voltaram ao decréscimo populacional entre 1991 e 1996, com taxas negativas de

crescimento, exceto Jambeiro, que permaneceu com uma taxa em torno de 1% a.a.. A tendência de saldos migratórios negativos observada durante a década de 70, foi revertida no período seguinte, na maioria dos municípios; mas entre 1991 e 1996, novamente registraram saldos decrescentes. (Tabela 16)

Tabela 16 - Evolução e Crescimento Absoluto da População, Taxas Anuais de Crescimento Populacional, Saldos Vegetativo e Migratório, Grau de Urbanização
RG de São José dos Campos, Estado de São Paulo, 1970 a 1996.

RG S.J. dos Campos	População Total				Crescimento Populacional Absoluto			Taxa de Crescimento (% a.a.)		
	1970	1980	1991	1996	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96
Municípios										
Caçapava	30.712	51.347	66.058	68.117	20.635	14.711	2.059	5,27	2,32	0,63
Igaratá	3.686	4.371	6.292	6.067	685	1.921	-225	1,72	3,37	-0,74
Jacareí	61.216	115.732	163.869	167.751	54.516	48.137	3.882	6,58	3,21	0,48
Jambeiro	2.857	2.874	3.285	3.457	17	411	172	0,06	1,22	1,05
Monteiro Lobato	3.180	2.692	3.380	3.331	-488	688	-49	-1,65	2,09	-0,30
Paraibuna	13.845	14.127	14.891	14.179	282	764	-712	0,20	0,48	-0,99
Santa Branca	6.831	8.500	10.306	20.047	1.669	1.806	9.741	2,21	1,77	14,49
S.J. dos Campos	148.332	287.513	442.370	486.467	139.181	154.857	44.097	6,84	3,99	1,95
Total	270.659	487.156	710.451	769.416	216.497	223.295	58.965	6,05	3,49	1,63

RG S.J. dos Campos	Saldo Vegetativo			Saldo Migratório			Grau de Urbanização (%)
	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96	
Municípios							
Caçapava	9.716	13.047	4.921	10.919	1.664	-2.862	85,25
Igaratá	880	1.063	564	-195	858	-789	65,93
Jacareí	20.227	31.598	12.243	34.289	16.539	-8.361	95,82
Jambeiro	495	424	139	-478	-13	33	41,67
Monteiro Lobato	582	515	183	-1.070	173	-232	35,11
Paraibuna	3.025	2.277	1.069	-2.743	-1.513	-1.781	39,12
Santa Branca	1.537	1.885	734	132	-79	9.007	88,55
S.J. dos Campos	55.357	95.016	35.922	83.824	59.841	8.175	96,19
Total	91.819	145.825	55.775	124.678	77.470	3.190	93,25

Fonte: F.IBGE. Censos Demográficos 1970, 1980 e 1991, Contagem Populacional 1996; F.SEADE, 1993 e 1997.

RG de Taubaté

Essa RG é formada por dez municípios, o maior número da RA, havendo, em 1996, seis municípios com menos de 20 mil habitantes, Tremembé e Campos do Jordão na faixa entre 20 e 50 mil, e Pindamonhangaba e Taubaté com mais de 100 mil habitantes.

O município-sede apresentou, no decorrer do período, taxas declinantes de crescimento, passando de 4,35% a.a. na década de 70, para 1,84% a.a. no período 1980/91, e 1,27% a.a. entre 1991 e 1996. Durante a década de 70, registrou um elevado saldo migratório, 29.514 pessoas, o maior já alcançado em todo o período na região, mas a partir de 1980 passou a saldos negativos, -3.038 pessoas em 1980/91, e -809 pessoas em 1991/96. (Tabela 17)

O município de Tremembé registrou as maiores taxas de crescimento populacional da região durante todo o período, embora também em declínio, passando de 4,47% a.a. na década de 70, para 3,90% a.a. entre 1980 e 1991, e para 3,14% a.a. entre 1991 e 1996. Juntamente com Pindamonhangaba, que também apresentou elevadas taxas de crescimento (3,73% a.a em 1970/80, 3,55% a.a. em 1980/91, e 2,26% a.a. em 1991/96), foram os únicos municípios com saldos migratórios positivos durante todo o período. O município de Pindamonhangaba registrou os maiores saldos migratórios da região a partir da década de 80, com 13.269 pessoas entre 1980 e 1991, e 3.855 pessoas entre 1991 e 1996. (Tabela 17)

O município de Campos do Jordão destacou-se por apresentar, durante as décadas de 70 e 80, um ritmo de crescimento populacional acima da média regional (em torno de 3% a.a.); mas, no período entre 1991 e 1996, passou a uma taxa negativa (-0,62% a.a.), resultado de um saldo migratório negativo bastante acentuado (-4.777 pessoas). (Tabela 17)

A maior parte dos pequenos municípios da região apresentou, no decorrer do período, a tendência a uma certa recuperação populacional, passando de taxas negativas de crescimento durante a década de 70, para taxas positivas nos períodos seguintes, embora ainda bastante reduzidas. Os saldos migratórios, apesar de permanecerem negativos na maioria dos casos, passaram a números mais reduzidos. (Tabela 17)

Tabela 17 - Evolução e Crescimento Absoluto da População. Taxas Anuais de Crescimento Populacional, Saldos Vegetativo e Migratório. Grau de Urbanização RG de Taubaté. Estado de São Paulo, 1970 a 1996.

RG Taubaté	População Total				Crescimento Populacional			Taxa de Crescimento (% a.a.)		
	1970	1980	1991	1996	Absoluto			1970/80	1980/91	1991/96
Municípios					1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96
Campos do Jordão	18.706	26.107	37.135	36.016	7.401	11.028	-1.119	3,39	3,26	-0,62
Lagoinha	5.590	4.443	4.635	5.101	-1.147	192	466	-2,27	0,39	1,97
Natividade da Serra	9.957	6.889	6.458	6.764	-3.068	-431	306	-3,62	-0,60	0,95
Pindamonhangaba	48.222	69.562	102.063	113.937	21.340	32.501	11.874	3,73	3,55	2,26
Redenção da Serra	5.135	3.986	4.008	3.740	-1.149	22	-268	-2,50	0,05	-1,40
Sto Antônio do Pinhal	5.479	5.335	5.355	5.804	-144	20	449	-0,27	0,03	1,65
S.Bento do Sapucaí	9.365	9.319	8.695	9.194	-46	-624	499	-0,05	-0,63	1,14
S.Luís do Paraitinga	11.655	9.747	9.922	10.231	-1.908	175	309	-1,77	0,16	0,63
Taubaté	110.585	169.265	206.965	220.230	58.680	37.700	13.265	4,35	1,84	1,27
Tremembé	11.689	18.094	27.572	32.095	6.405	9.478	4.523	4,47	3,90	3,14
Total	236.383	322.747	412.808	443.112	86.364	90.061	30.304	3,16	2,26	1,45

RG Taubaté	Saldo Vegetativo			Saldo Migratório			Grau de Urbanização (%)
	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96	1991
Municípios							
Campos do Jordão	6.074	7.749	3.658	1.327	3.279	-4.777	98,90
Lagoinha	1.269	974	360	-2.416	-782	106	46,56
Natividade da Serra	1.383	848	242	-4.451	-1.279	64	35,04
Pindamonhangaba	12.421	19.232	8.019	8.919	13.269	3.855	93,67
Redenção da Serra	593	352	192	-1.742	-330	-460	41,87
Sto Antônio do Pinhal	1.064	904	407	-1.208	-884	42	45,13
S.Bento do Sapucaí	1.571	1.439	501	-1.617	-2.063	-2	47,90
S.Luís do Paraitinga	2.475	1.871	620	-4.383	-1.696	-311	51,21
Taubaté	29.166	40.738	14.074	29.514	-3.038	-809	95,56
Tremembé	2.591	3.302	1.494	3.814	6.176	3.029	88,17
Total	58.607	77.409	29.567	27.757	12.652	737	90,15

Fonte: F.IBGE. Censos Demográficos 1970, 1980 e 1991, Contagem Populacional 1996; F.SEADE, 1993 e 1997.

- Distribuição espacial da população - Sedes regionais e Municípios do Entorno

A década de 80, caracterizada por marcantes alterações no processo de redistribuição espacial da população brasileira, relacionadas, especialmente, ao menor ritmo de crescimento do conjunto das áreas metropolitanas e das grandes cidades, e à tendência de recuperação da perda populacional dos pequenos municípios, apresentou um panorama diferenciado em relação ao processo de metropolização e de concentração populacional, que caracterizaram a expansão urbana brasileira, até os anos 70.

No Estado de São Paulo, durante a década de 80, de um modo geral, as áreas próximas à região metropolitana registraram o crescimento mais significativo, apesar da

diminuição do ritmo de crescimento das maiores cidades. Os pequenos municípios, que até então, vinham apresentando uma tendência ao esvaziamento, tiveram um crescimento mais elevado do que em períodos anteriores, demonstrando maior capacidade de retenção da população.

Com isso, dentre as alterações observadas entre 1980 e 1991, no processo de distribuição espacial da população e nas dinâmicas urbanas regionais das cidades do Interior, pode-se destacar os indícios de um crescimento populacional menor dos municípios-sedes e um crescimento mais elevado dos municípios periféricos¹⁷ de algumas regiões, uma característica específica das áreas metropolitanas e de grandes aglomerados urbanos (Baeninger, R. 1994). No Interior paulista, algumas regiões vêm apresentando tal característica de forma semelhante, porém em magnitudes próprias, tornando necessário o entendimento da dinâmica urbana e espacial entre a sede regional e os municípios do entorno; "a grande cidade ou a cidade-sede tem que ser entendida levando-se em conta os nexos que estabelece com as cidades no entorno, alcançando às vezes outras regiões, que se traduzem em aglomerações regionais, uma vez que os complexos urbanos extravasam as cidades, conectando-se de maneira integralizada." (op.cit., 1996 : 29).

Por se tratar de uma região bastante heterogênea em termos populacionais, a RA de São José dos Campos apresenta tais mudanças e processos de forma diferenciada em cada RG.

Durante a década de 70, todas as sedes regionais da RA de São José dos Campos apresentaram taxas de crescimento populacionais ao ano e saldos migratórios mais elevados que os alcançados pelos municípios localizados no entorno de suas RGs, evidenciando um padrão de crescimento mais concentrado no núcleo das regiões. No mesmo sentido, as sedes regionais registraram, ainda, saldos migratórios positivos e maiores que os apresentados pelo entorno, mesmo nas regiões com saldos totais negativos (Cruzeiro e Guaratinguetá). (Tabela 18)

As áreas com as menores taxas de crescimento, como o entorno das RGs de Cruzeiro, Guaratinguetá e Taubaté, apresentaram, na década de 70, saldos migratórios

¹⁷ São considerados periféricos os municípios que compõem a RG, com exceção da sede regional

negativos. Nesse período, o município de São José dos Campos apresentou o maior saldo migratório dentre as sedes regionais, e um dos maiores do Estado de São Paulo.

No período 1980/1991, como já citado anteriormente, de um modo geral, observou-se no Estado de São Paulo a tendência de um crescimento menor das sedes regionais e uma elevação do crescimento dos municípios do entorno. Assim, as RGs de Caraguatatuba, Guaratinguetá e Taubaté passaram a apresentar taxas de crescimento populacionais ao ano maiores no entorno do que nas sedes, enquanto as RGs de Cruzeiro e São José dos Campos continuaram com o maior ritmo de crescimento dos municípios-sede. Tanto o núcleo quanto o entorno de todas as regiões que compõem a RA apresentaram taxas de crescimento positivas, entretanto, as sedes com tendência ao declínio, e as periferias à elevação (exceto o entorno da RG de São José dos Campos). (Tabela 18)

Dentre as RGs que registraram saldos migratórios positivos, Caraguatatuba e Taubaté tiveram valores mais elevados nos municípios do entorno (esta última região passou a apresentar saldo negativo em sua sede); e São José dos Campos, inversamente, continuou com o maior saldo migratório do município-sede.

As RGs de Cruzeiro e Guaratinguetá, como na década anterior, seguiram com saldos migratórios totais negativos, embora em níveis mais baixos. No entanto, Guaratinguetá tinha saldos positivos nos municípios do entorno, e Cruzeiro, diferentemente, apresentou saldos negativos ainda mais acentuados no entorno que em sua sede.

Tabela 18

Evolução e Crescimento Absoluto da População. Taxas Anuais de Crescimento Populacional. Saldos Vegetativo e Migratório

Sedes regionais e Municípios do Entorno, RA de São José dos Campos, Estado de São Paulo, 1970 a 1996

RGs	População Total				Crescimento Populacional			Taxa de Crescimento (% a.a.)		
	1970	1980	1991	1996	Absoluto			1970/80	1980/91	1991/96
Caraguatatuba										
Sede	15.073	33.799	52.878	67.398	18.726	19.079	14.520	8.41	4,15	5,06
Entorno	32.933	53.978	94.826	111.978	21.045	40.848	17.152	5,07	5,26	3,38
Cruzeiro										
Sede	45.672	57.999	68.643	72.155	12.327	10.644	3.512	2,42	1,54	1,02
Entorno	36.842	33.272	35.883	37.970	-3.570	2.611	2.087	-1,01	0,69	1,14
Guaratinguetá										
Sede	68.869	84.879	92.320	98.265	16.010	7.441	5.945	2,11	0,77	1,28
Entorno	128.228	147.334	183.785	192.720	19.106	36.451	8.935	1,40	2,03	0,95
S.J. dos Campos										
Sede	148.332	287.513	442.370	486.467	139.181	154.857	44.097	6,84	3,99	1,95
Entorno	122.327	199.643	268.081	282.949	77.316	68.438	14.868	5,02	2,72	1,09
Taubaté										
Sede	110.585	169.265	206.965	220.230	58.680	37.700	13.265	4,35	1,84	1,27
Entorno	125.798	153.482	205.843	222.882	27.684	52.361	17.039	2,01	2,70	1,60
Total										
Sede	388.531	633.455	863.176	944.515	244.924	229.721	81.339	5,01	2,85	1,82
Entorno	446.128	587.709	788.418	848.499	141.581	200.709	60.081	2,79	2,71	1,48

RGs	Saldo Vegetativo			Saldo Migratório		
	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96
Caraguatatuba						
Sede	5.917	10.710	4.719	12.809	8.369	9.801
Entorno	11.368	18.679	9.449	9.677	22.169	7.703
Cruzeiro						
Sede	10.912	12.635	4.625	1.415	-1.991	-1.113
Entorno	6.999	7.176	2.658	-10.569	-4.565	-571
Guaratinguetá						
Sede	15.417	18.820	6.398	593	-11.379	-453
Entorno	27.261	31.483	12.478	-8.155	4.968	-3.543
S.J. dos Campos						
Sede	55.357	95.016	35.922	83.824	59.841	8.175
Entorno	36.462	50.809	19.853	40.854	17.629	-4.985
Taubaté						
Sede	29.166	40.738	14.074	29.514	-3.038	-809
Entorno	29.441	36.671	15.493	-1.757	15.690	1.546
Total						
Sede	116.769	177.919	65.738	128.155	51.802	15.601
Entorno	111.531	144.818	59.931	30.050	55.891	150

Fonte: F.IBGE. Censos Demográficos 1970, 1980 e 1991, Contagem Populacional 1996 F.SEADE, 1993 e 1997.

Entre 1991 e 1996, observou-se a continuidade de um processo de diminuição dos diferenciais entre as taxas de crescimento do núcleo e da periferia das regiões, já iniciado nos anos 80 no Estado de São Paulo. Mas, diferentemente da década anterior, em que o ritmo de crescimento das sedes e do entorno possuíam tendências e sentido opostos, entre 1991 e 1996, as taxas de crescimento populacionais ao ano das RGs que compõem a RA de São José dos Campos, apresentaram uma queda geral, com exceção para o município-sede da RG de Caraguatatuba e para o entorno da RG de Cruzeiro. (Tabela 18)

O município de Caraguatatuba passou a ter, nesse período, o saldo migratório mais elevado das sedes regionais, seguido por São José dos Campos, que registrou um surpreendente saldo negativo em seu entorno. A RG de São José dos Campos continuou apresentando, assim, um crescimento maior em sua sede que nos municípios do entorno, e as RGs de Caraguatatuba e Guaratinguetá voltaram a esse mesmo comportamento.

A RG de Taubaté seguiu com o ritmo de crescimento e saldo migratório mais elevados no entorno que em sua sede; e as RGs de Cruzeiro e Guaratinguetá, ainda com saldos migratórios negativos, inverteram suas posições em relação ao período anterior, ou seja, Cruzeiro com nível mais baixo no entorno, e Guaratinguetá na sede.

Ao considerar todas as sedes regionais que compõem a RA de São José dos Campos, bem como o total dos municípios periféricos, pode-se observar que a taxa média anual de crescimento da população sofreu um decréscimo para os dois conjuntos considerados. O total das sedes apresentou maior intensidade na queda, passando de 5,01% a.a. durante a década de 70, para 2,85% a.a. entre 1980 e 1991, e chegando a 1,82% a.a. no período 1991/96; no entanto, manteve um ritmo de crescimento acima dos municípios do entorno, no decorrer de todo o período, embora o diferencial entre os dois conjuntos tenha diminuído bastante a partir da década de 80. As áreas do entorno, que registraram a taxa de 2,79% a.a. na década de 70, mantiveram praticamente o mesmo patamar de crescimento no período seguinte (2,71% a.a.), passando para 1,48% a.a. entre 1991 e 1996.

A participação do saldo migratório no crescimento diminuiu no decorrer do período para o conjunto das sedes. Na década de 70, era de 52,32%, passando a 22,55% entre 1980 e 1991, e a 19,18% no período entre 1991 e 1996. Para o total do entorno, essa participação apresentou um leve aumento entre as décadas de 70 e 80, passando de 21,22%

para 27,85%; no período entre 1991 e 1996 registrou apenas 0,25%, muito provavelmente devido ao saldo migratório negativo do entorno da RG de São José dos Campos.

Desse modo, em relação ao contexto geral do Estado de São Paulo, onde se observou uma tendência ao crescimento mais elevado dos municípios periféricos do que o das sedes regionais, a RA de São José dos Campos, como um todo, caracterizou-se pela acentuada diminuição do ritmo de crescimento das sedes regionais, e uma queda menos intensa do crescimento dos municípios do entorno, que entretanto, não ultrapassou o conjunto dos núcleos das regiões. Certamente, essa tendência foi fortemente influenciada pelo comportamento da RG de São José dos Campos, a de maior volume populacional da região, que manteve o crescimento mais elevado de sua sede durante todo o período.

A observação da dinâmica migratória regional evidencia, ainda mais, qual a relação estabelecida entre as sedes regionais e os municípios do entorno, em relação aos processos de concentração ou desconcentração populacional das regiões. A análise dos fluxos migratórios contribui para o melhor entendimento de tais processos, ao permitir dimensionar o volume e a direção dos deslocamentos. Dessa forma, os dados sobre os fluxos intra-regionais, inter-regionais e inter-estaduais, obtidos através de tabulações especiais do Censo Demográfico de 1991, possibilitam traçar um panorama geral dos movimentos migratórios de toda a região para a década de 80.

3.2. Fluxos Migratórios - Anos 80

- Fluxos Intra-Regionais

No contexto da migração intra-regional, observa-se que todas as RGs (exceto Taubaté) apresentaram, em suas sedes, volumes de imigração maiores do que de emigração em relação aos municípios do entorno, ou seja, nas trocas entre a sede e o entorno, os municípios-sede receberam mais população do que expulsaram. Isso indica que essas RGs apresentam um grau pouco acentuado de desconcentração regional da população, diferentemente das regiões metropolitanas, apesar do Vale do Paraíba se configurar num dos maiores aglomerados urbanos do Estado de São Paulo.

Na dinâmica migratória interna, os dados são indicativos de que apesar da configuração de alguns subcentros regionais, os municípios-sede da maioria das regiões ainda se constituem nos principais locais de destino dos fluxos de emigrantes intra-regionais, mesmo que, em termos de volumes populacionais ou de trocas migratórias, não representem os maiores receptores de migrantes. Assim, em relação à absorção de população pode-se apontar para alguns municípios do entorno, mas as sedes se estabeleceram como o principal local de destino da emigração da maioria das áreas do entorno no período 1981/91.

As RGs de Taubaté e São José dos Campos apresentaram os maiores volumes de fluxos intra-regionais de toda a RA (aproximadamente 15 mil pessoas em cada uma), seguidas da RG de Guaratinguetá (por volta de 10 mil pessoas); e as RGs de Caraguatatuba e Cruzeiro registraram volumes menos significativos (entre 2 e 3 mil pessoas). (Tabela 19)

Tabela 19

Fluxos Migratórios Intra-Regionais Região Administrativa do Vale do Paraíba - 1981/1991

RGs	No. Absol.	%
Caraguatatuba	2.724	6,11
Cruzeiro	2.007	4,50
Guaratinguetá	10.217	22,90
S.J. dos Campos	14.721	33,00
Taubaté	14.940	33,49
Total	44.609	100,00

F. IBGE. Censo Demográfico de 1991, Resultados da Amostra-microdados
Tabulações Especiais. NEPO/UNICAMP, 1996.

- RG de Caraguatatuba

As principais trocas migratórias intra-regionais foram observadas entre os municípios de Caraguatatuba, São Sebastião e Ubatuba. O município de Caraguatatuba foi o que apresentou o maior número de imigrantes (1.238 pessoas) e de emigrantes (937 pessoas); mais de 80% do fluxo de emigrantes de São Sebastião e Ubatuba dirigiram-se à Caraguatatuba, assim como a emigração desse último deu-se em direção aos dois primeiros. Os municípios de Ubatuba e Ilha Bela registraram um número maior de emigrantes do que imigrantes. (Tabelas 20 e 21)

Em relação às trocas líquidas, observa-se que Caraguatatuba foi o município com a maior absorção de migrantes, ou seja, na diferença entre imigrantes e emigrantes sofreu a menor perda populacional da região. (Mapa 6)

Tabela 20

Fluxos Migratórios Intra-Regionais Região de Governo de Caraguatatuba - Estado de São Paulo - 1981/1991
Valores Absolutos de Imigração e Emigração por Município

Município Atual	Município Anterior				Total
	Caraguatatuba	Ilha Bela	S.Sebastião	Ubatuba	
Caraguatatuba	0	162	552	524	1.238
Ilha Bela	60	0	92	4	156
S.Sebastião	449	308	0	105	862
Ubatuba	428	0	39	0	467
Total	937	470	683	633	2.723

Fonte: F.IBGE.Censo Demográfico de 1991.

Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1996.

Tabela 21

Fluxos Migratórios Intra-Regionais Região de Governo de Caraguatatuba - Estado de São Paulo - 1981/1991
Percentuais de Imigração e Emigração por Município

Município de Caraguatatuba	% Imigração	% Emigração	Município de Ilha Bela	% Imigração	% Emigração
Ilha Bela	13,09	6,40	Caraguatatuba	38,46	34,47
S.Sebastião	44,59	47,92	S.Sebastião	58,97	65,53
Ubatuba	42,33	45,68	Ubatuba	2,56	0,00
Total	100,00	100,00	Total	100,00	100,00

Município de S.Sebastião	% Imigração	% Emigração	Município de Ubatuba	% Imigração	% Emigração
Caraguatatuba	52,09	80,82	Caraguatatuba	91,65	82,78
Ilha Bela	35,73	13,47	Ilha Bela	0,00	0,63
Ubatuba	12,18	5,71	S.Sebastião	8,35	16,59
Total	100,00	100,00	Total	100,00	100,00

Fonte: F.IBGE.Censo Demográfico de 1991.

Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1996.

MAPA 6 - TROCAS MIGRATÓRIAS INTRA-REGIONAIS
REGIÃO DE GOVERNO DE CARAGUATATUBA - ESTADO DE SÃO PAULO - 1981/1991



- 1- Caraguatatuba
- 2- Ilha Bela
- 3- São Sebastião
- 4- Ubatuba

Tabela 23

Fluxos Migratórios Intra-Regionais Região de Governo de Cruzeiro - Estado de São Paulo - 1981/1991
 Percentuais de Imigração e Emigração por Município

Município de Areias	% Imigr.	% Emigr.	Município de Bananal	% Imigr.	% Emigr.	Município de Cruzeiro	% Imigr.	% Emigr.
Bananal	0,00	2,10	Areias	4,14	0,00	Areias	15,62	6,54
Cruzeiro	19,79	33,92	Cruzeiro	6,21	100,00	Bananal	14,33	1,55
Lavrinhas	1,04	30,77	Lavrinhas	0,00	0,00	Lavrinhas	31,88	79,00
Queluz	41,67	19,23	Queluz	16,55	0,00	Queluz	33,17	5,68
S.J. do Barreiro	28,65	6,99	S.J. do Barreiro	73,10	0,00	S.J. do Barreiro	1,61	0,86
Silveiras	8,85	6,99	Silveiras	0,00	0,00	Silveiras	3,38	6,37
Total	100,00	100,00	Total	100,00	100,00	Total	100,00	100,00

Município de Lavrinhas	% Imigr.	% Emigr.	Município de Queluz	% Imigr.	% Emigr.	Município de S.J. do Barreiro	% Imigr.	% Emigr.
Areias	12,39	0,78	Areias	41,35	16,74	Areias	68,97	24,89
Bananal	0,00	0,00	Bananal	0,00	5,02	Bananal	0,00	47,96
Cruzeiro	64,65	77,34	Cruzeiro	24,81	43,10	Cruzeiro	17,24	4,52
Queluz	19,44	3,52	Lavrinhas	6,77	28,87	Lavrinhas	0,00	0,00
S.J. do Barreiro	0,00	0,00	S.J. do Barreiro	3,76	0,84	Queluz	13,79	2,26
Silveiras	3,52	18,36	Silveiras	23,31	5,44	Silveiras	0,00	20,36
Total	100,00	100,00	Total	100,00	100,00	Total	100,00	100,00

Município de Silveiras	% Imigr.	% Emigr.
Areias	11,43	18,09
Bananal	0,00	0,00
Cruzeiro	21,14	22,34
Lavrinhas	26,86	26,60
Queluz	14,86	32,98
S.J. do Barreiro	25,71	0,00
Total	100,00	100,00

Fonte: F.IBGE. Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais.
 NEPO/UNICAMP, 1996.

- RG de Guaratinguetá

Os municípios de Aparecida, Guaratinguetá e Lorena destacaram-se pelas principais trocas migratórias da região. O município de Guaratinguetá registrou tanto o maior número de imigrantes (3.486 pessoas) quanto de emigrantes (3.108 pessoas), recebendo população principalmente de Aparecida (41%) e Lorena (27%), e expulsando para os mesmos municípios (39% e 43% respectivamente). Mas, enquanto Aparecida perdeu população para a sede, Lorena ganhou, apresentando o segundo maior volume de imigrantes (3.040 pessoas). Nessa região, apenas Guaratinguetá, Roseira e Lorena apresentaram mais imigrantes que emigrantes, sendo que o último foi o município com a absorção mais significativa de população, em relação às trocas líquidas, dividindo com a sede, no entanto, a recepção da maioria dos fluxos intra-regionais. (Tabelas 24 e 25, mapa 8)

Tabela 24

Fluxos Migratórios Intra-Regionais Região de Governo de Guaratinguetá - Estado de São Paulo - 1981/1991
Valores Absolutos de Imigração e Emigração por Município

Município Atual	Munic. Anterior							Total
	Aparecida	Cach. Paul.	Cunha	Guarating.	Lorena	Piquete	Roseira	
Aparecida	0	61	171	1.204	125	0	195	1.756
Cachoeira Paulista	17	0	89	90	240	43	0	479
Cunha	26	7	0	190	17	0	0	240
Guaratinguetá	1.443	146	660	0	949	233	55	3.486
Lorena	100	610	388	1.345	0	597	0	3.040
Piquete	0	69	0	122	394	0	0	585
Roseira	336	0	74	157	65	0	0	632
Total	1.922	893	1.382	3.108	1.790	873	250	10.218

Fonte: F.IBGE. Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1996.

Tabela 25

Fluxos Migratórios Intra-Regionais Região de Governo de Guaratinguetá - Estado de São Paulo - 1981/1991
 Percentuais de Imigração e Emigração por Município

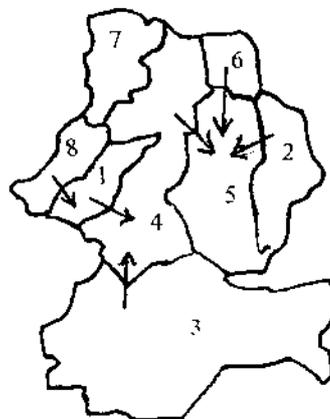
Município de	%	%	Município de	%	%	Município de	%	%
Aparecida	Imigr.	Emigr.	Cach. Paul.	Imigr.	Emigr.	Cunha	Imigr.	Emigr.
Cach. Paul.	3,47	0,88	Aparecida	3,55	6,83	Aparecida	10,83	12,37
Cunha	9,74	1,35	Cunha	18,58	0,78	Cach. Paul.	2,92	6,44
Guarating.	68,56	75,08	Guarating.	18,79	16,35	Guarating.	79,17	47,76
Lorena	7,12	5,20	Lorena	50,10	68,31	Lorena	7,08	28,08
Piquete	0,00	0,00	Piquete	8,98	7,73	Piquete	0,00	0,00
Roseira	11,10	17,48	Roseira	0,00	0,00	Roseira	0,00	5,35
Total	100,00	100,00	Total	100,00	100,00	Total	100,00	100,00

Município de	%	%	Município de	%	%	Município de	%	%
Guarating.	Imigr.	Emigr.	Lorena	Imigr.	Emigr.	Piquete	Imigr.	Emigr.
Aparecida	41,39	38,74	Aparecida	3,29	6,98	Aparecida	0,00	0,00
Cach. Paul.	4,19	2,90	Cach. Paul.	20,07	13,41	Cach. Paul.	11,79	4,93
Cunha	18,93	6,11	Cunha	12,76	0,95	Cunha	0,00	0,00
Lorena	27,22	43,28	Guarating.	44,24	53,02	Guarating.	20,85	26,69
Piquete	6,68	3,93	Piquete	19,64	22,01	Lorena	67,35	68,38
Roseira	1,58	5,05	Roseira	0,00	3,63	Roseira	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	Total	100,00	100,00	Total	100,00	100,00

Município de	%	%
Roseira	Imigr.	Emigr.
Aparecida	53,16	78,00
Cach. Paul.	0,00	0,00
Cunha	11,71	0,00
Guarating.	24,84	22,00
Lorena	10,28	0,00
Piquete	0,00	0,00
Total	100,00	100,00

Fonte: F. IBGE. Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1996.

MAPA 8 - TROCAS MIGRATÓRIAS INTRA-REGIONAIS
 REGIÃO DE GOVERNO DE GUARATINGUETÁ - ESTADO DE SÃO PAULO - 1981/1991



- 1- Aparecida
- 2- Cachoeira Paulista
- 3- Cunha
- 4- Guaratinguetá
- 5- Lorena
- 6- Piquete
- 7- Potim
- 8- Roseira

- RG de São José dos Campos

O município-sede concentrou a maior parte dos fluxos internos da região, constituindo-se no principal destino dos emigrantes dos demais municípios (a maioria mais de 70%), com exceção de Santa Branca, que apresentou o maior fluxo em direção à Jacareí (59%).

O maior volume de trocas migratórias foi observado entre os municípios de São José dos Campos e Jacareí. O primeiro apresentou o maior número de imigrantes (6.493 pessoas) e de emigrantes (6.095 pessoas), registrando 55% de ambos os fluxos para Jacareí, que apesar do segundo maior volume (4.124 imigrantes e 4.447 emigrantes) perdeu população para São José dos Campos. Assim, em relação às trocas líquidas a sede regional absorveu o maior número de migrantes, já que, dentre os demais municípios, apenas Igaratá, Monteiro Lobato e Santa Branca registraram mais entrada do que saída de população. (Tabelas 26 e 27, mapa 9)

Tabela 26

Fluxos Migratórios Intra-Regionais Região de Governo de São José dos Campos - Estado de São Paulo - 1981/1991
Valores Absolutos de Imigração e Emigração por Município

Município Atual	Munic. Anterior								Total
	Caçapava	Igaratá	Jacareí	Jambeiro	Monteiro Lobato	Paraibuna	Santa Branca	S.J. dos Campos	
Caçapava	0	0	180	39	36	17	27	996	1.295
Igaratá	0	0	203	0	0	14	0	159	376
Jacareí	130	39	0	83	10	227	274	3.361	4.124
Jambeiro	25	2	51	0	0	118	0	128	324
Monteiro Lobato	3	0	0	7	0	19	9	536	574
Paraibuna	32	0	87	78	0	0	21	863	1.081
Santa Branca	0	0	339	0	23	37	0	52	451
S.J. dos Campos	1.129	142	3.587	166	284	1.053	132	0	6.493
Total	1.319	183	4.447	373	353	1.485	463	6.095	14.718

Fonte: F. IBGE. Censo Demográfico de 1991.
Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1996.

Tabela 27

Fluxos Migratórios Intra-Regionais Região de Governo de São José dos Campos - Estado de São Paulo - 1981/1991
 Percentuais de Imigração e Emigração por Município

Município de	%	%	Município de	%	%	Município de	%	%
Caçapava	Imigr.	Emigr.	Igaratá	Imigr.	Emigr.	Jacareí	Imigr.	Emigr.
Igaratá	0,00	0,00	Caçapava	0,00	0,00	Caçapava	3,15	4,05
Jacareí	13,90	9,86	Jacareí	53,99	21,31	Igaratá	0,95	4,56
Jambeiro	3,01	1,90	Jambeiro	0,00	1,09	Jambeiro	2,01	1,15
Monteiro Lobato	2,78	0,23	Monteiro Lobato	0,00	0,00	Monteiro Lobato	0,24	0,00
Paraibuna	1,31	2,43	Paraibuna	3,72	0,00	Paraibuna	5,50	1,96
Santa Branca	2,08	0,00	Santa Branca	0,00	0,00	Santa Branca	6,64	7,62
S.J. dos Campos	76,91	85,60	S.J. dos Campos	42,29	77,60	S.J. dos Campos	81,50	80,66
Total	100,00	100,00	Total	100,00	100,00	Total	100,00	100,00

Município de	%	%	Município de	%	%	Município de	%	%
Jambeiro	Imigr.	Emigr.	Monteiro Lobato	Imigr.	Emigr.	Paraibuna	Imigr.	Emigr.
Caçapava	7,72	10,46	Caçapava	0,52	10,20	Caçapava	2,96	1,14
Igaratá	0,62	0,00	Igaratá	0,00	0,00	Igaratá	0,00	0,94
Jacareí	15,74	22,25	Jacareí	0,00	2,83	Jacareí	8,05	15,29
Monteiro Lobato	0,00	1,88	Jambeiro	1,22	0,00	Jambeiro	7,22	7,95
Paraibuna	36,42	20,91	Paraibuna	3,31	0,00	Monteiro Lobato	0,00	1,28
Santa Branca	0,00	0,00	Santa Branca	1,57	6,52	Santa Branca	1,94	2,49
S.J. dos Campos	39,51	44,50	S.J. dos Campos	93,38	80,45	S.J. dos Campos	79,83	70,91
Total	100,00	100,00	Total	100,00	100,00	Total	100,00	100,00

Município de	%	%	Município de	%	%
Santa Branca	Imigr.	Emigr.	S.J. dos Campos	Imigr.	Emigr.
Caçapava	0,00	5,83	Caçapava	17,39	16,34
Igaratá	0,00	0,00	Igaratá	2,19	2,61
Jacareí	75,17	59,18	Jacareí	55,24	55,14
Jambeiro	0,00	0,00	Jambeiro	2,56	2,10
Monteiro Lobato	5,10	1,94	Monteiro Lobato	4,37	8,79
Paraibuna	8,20	4,54	Paraibuna	16,22	14,16
S.J. dos Campos	11,53	28,51	Santa Branca	2,03	0,85
Total	100,00	100,00	Total	100,00	100,00

Fonte: F.IBGE. Censo Demográfico de 1991.
 Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1996.

MAPA 9 - TROCAS MIGRATÓRIAS INTRA-REGIONAIS
 REGIÃO DE GOVERNO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - ESTADO DE SÃO PAULO - 1981/1991



- 1- Caçapava
- 2- Igaratá
- 3- Jacareí
- 4- Jambeiro
- 5- Monteiro Lobato
- 6- Paraibuna
- 7- Santa Branca
- 8- São José dos Campos

- RG de Taubaté

As principais trocas migratórias internas foram observadas entre os municípios de Taubaté, Pindamonhangaba e Tremembé. Esse último registrou o maior fluxo de imigrantes da região (4.940 pessoas), provenientes quase que completamente de Taubaté (91%), que, por sua vez, apresentou o segundo maior volume de imigração (4.205 pessoas), oriunda dos municípios de São Luís do Paraitinga (23%), Tremembé (21%) e Pindamonhangaba (21%), além de concentrar o fluxo mais importante de emigrantes (7.831 pessoas). O município de Pindamonhangaba também recebeu um fluxo significativo de imigrantes (3.243 pessoas), principalmente de Taubaté (66%). (Tabelas 28 e 29)

Apenas Campos do Jordão, Redenção da Serra, Pindamonhangaba e Tremembé apresentaram um volume maior de imigrantes do que emigrantes, sendo que os dois últimos absorveram mais população. Apesar disso, a sede regional foi o principal local de destino dos emigrantes dos demais municípios, concentrando a recepção de grande parte dos fluxos. (Mapa 10)

MAPA 10 - TROCAS MIGRATÓRIAS INTRA-REGIONAIS
REGIÃO DE GOVERNO DE TAUBATÉ - ESTADO DE SÃO PAULO - 1981/1991



Fonte: F.BGE. Censo Demográfico 1991; Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP. 1996.

Tabela 28

Fluxos Migratórios Intra-Regionais Região de Governo de Taubaté - Estado de São Paulo - 1981/1991
Valores Absolutos de Imigração e Emigração por Município

Município Atual	Munic. Anterior						
	C. do Jordão	Lagoinha	Nativ. da Serra	Pindam.	Red. da Serra	Sto Ant. do Pinhal	S. B. do Sapucaí
Campos do Jordão	0	0	0	123	0	94	370
Lagoinha	0	0	0	60	0	0	0
Natividade da Serra	0	16	0	7	12	0	7
Pindamonhangaba	414	231	69	0	12	71	9
Redenção da Serra	0	0	112	25	0	0	0
Sto Antonio do Pinhal	100	0	11	57	0	0	4
S.Bento do Sapucaí	18	0	0	20	0	0	0
S.Luís do Paraitinga	0	26	49	32	22	5	0
Taubaté	184	184	376	867	542	153	65
Tremembé	14	13	0	345	0	11	0
Total	730	470	617	1.536	588	334	455

Município Atual	Munic. Anterior			
	S. L. do Paraitinga	Taubaté	Tremembé	Total
Campos do Jordão	0	137	10	734
Lagoinha	31	80	0	171
Natividade da Serra	96	167	9	314
Pindamonhangaba	57	2.152	228	3.243
Redenção da Serra	43	461	0	641
Sto Antonio do Pinhal	0	70	0	242
S.Bento do Sapucaí	0	92	0	130
S.Luís do Paraitinga	0	158	26	318
Taubaté	949	0	885	4.205
Tremembé	43	4.514	0	4.940
Total	1.219	7.831	1.158	14.938

Fonte: F. IBGE. Censo Demográfico de 1991.

Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1996.

Tabela 29 - Fluxos Migratórios Intra-Regionais Região de Governo de Taubaté - Estado de São Paulo - 1981/1991
 Percentuais de Imigração e Emigração por Município

Município de C. do Jordão	% Imigr.	% Emigr.	Município de Lagoinha	% Imigr.	% Emigr.	Município de Nativ.da Serra	% Imigr.	% Emigr.
Lagoinha	0,00	0,00	C. do Jordão	0,00	0,00	C. do Jordão	0,00	0,00
Nativ.da Serra	0,00	0,00	Nativ.da Serra	0,00	3,40	Lagoinha	5,10	0,00
Pindam.	16,76	56,71	Pindam.	35,09	49,15	Pindam.	2,23	11,18
Red.da Serra	0,00	0,00	Red.da Serra	0,00	0,00	Red.da Serra	3,82	18,15
Sto.Ant.do Pinhal	12,81	13,70	Sto.Ant.do Pinhal	0,00	0,00	Sto.Ant.do Pinhal	0,00	1,78
S.B.do Sapucaí	50,41	2,47	S.B.do Sapucaí	0,00	0,00	S.B.do Sapucaí	2,23	0,00
S.L.do Paraitinga	0,00	0,00	S.L.do Paraitinga	18,13	5,53	S.L.do Paraitinga	30,57	7,94
Taubaté	18,66	25,21	Taubaté	46,78	39,15	Taubaté	53,18	60,94
Tremembé	1,36	1,92	Tremembé	0,00	2,77	Tremembé	2,87	0,00
Total	100,00	100,00	Total	100,00	100,00	Total	100,00	100,00

Município de Pindam.	% Imigr.	% Emigr.	Município de Red.da Serra	% Imigr.	% Emigr.	Município de Sto.Ant.do Pinhal	% Imigr.	% Emigr.
C. do Jordão	12,77	8,01	C. do Jordão	0,00	0,00	C. do Jordão	41,32	28,14
Lagoinha	7,12	3,91	Lagoinha	0,00	0,00	Lagoinha	0,00	0,00
Nativ.da Serra	2,13	0,46	Nativ.da Serra	17,47	2,04	Nativ.da Serra	4,55	0,00
Red.da Serra	0,37	1,63	Pindam.	3,90	2,04	Pindam.	23,55	21,26
Sto.Ant.do Pinhal	2,19	3,71	Sto.Ant.do Pinhal	0,00	0,00	Red.da Serra	0,00	0,00
S.B.do Sapucaí	0,28	1,30	S.B.do Sapucaí	0,00	0,00	S.B.do Sapucaí	1,65	0,00
S.L.do Paraitinga	1,76	2,08	S.L.do Paraitinga	6,71	3,74	S.L.do Paraitinga	0,00	1,50
Taubaté	66,36	56,45	Taubaté	71,92	92,18	Taubaté	28,93	45,81
Tremembé	7,03	22,46	Tremembé	0,00	0,00	Tremembé	0,00	3,29
Total	100,00	100,00	Total	100,00	100,00	Total	100,00	100,00

Município de S.B.do Sapucaí	% Imigr.	% Emigr.	Município de S.L.do Paraitinga	% Imigr.	% Emigr.	Município de Taubaté	% Imigr.	% Emigr.
C. do Jordão	13,85	81,32	C. do Jordão	0,00	0,00	C. do Jordão	4,38	1,75
Lagoinha	0,00	0,00	Lagoinha	8,18	2,54	Lagoinha	4,38	1,02
Nativ.da Serra	0,00	1,54	Nativ.da Serra	15,41	7,88	Nativ.da Serra	8,94	2,13
Pindam.	15,38	1,98	Pindam.	10,06	4,68	Pindam.	20,62	27,48
Red.da Serra	0,00	0,00	Red.da Serra	6,92	3,53	Red.da Serra	12,89	5,89
Sto.Ant.do Pinhal	0,00	0,88	Sto.Ant.do Pinhal	1,57	0,00	Sto.Ant.do Pinhal	3,64	0,89
S.L.do Paraitinga	0,00	0,00	S.B.do Sapucaí	0,00	0,00	S.B.do Sapucaí	1,55	1,17
Taubaté	70,77	14,29	Taubaté	49,69	77,85	S.L.do Paraitinga	22,57	2,02
Tremembé	0,00	0,00	Tremembé	8,18	3,53	Tremembé	21,05	57,64
Total	100,00	100,00	Total	100,00	100,00	Total	100,00	100,00

Município de Tremembé	% Imigr.	% Emigr.
C. do Jordão	0,28	0,86
Lagoinha	0,26	0,00
Nativ.da Serra	0,00	0,78
Pindam.	6,98	19,69
Red.da Serra	0,00	0,00
Sto.Ant.do Pinhal	0,22	0,00
S.B.do Sapucaí	0,00	0,00
S.L.do Paraitinga	0,87	2,25
Taubaté	91,38	76,42
Total	100,00	100,00

Fonte: F. IBGE. Censo Demográfico de 1991. Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1996.

Fluxos Inter-Regionais

O aspecto que mais se destaca na dinâmica migratória da RA de São José dos Campos é que, de um modo geral, no contexto dos deslocamentos intra-estaduais, todas as RGs apresentaram fluxos significativos de imigração e emigração entre suas próprias RGs (inter-regionais), evidenciando um grande volume de trocas no interior da própria RA.

Entretanto, em relação à imigração, a RM de São Paulo representou o maior fluxo de entrada para todas as RGs, correspondendo a quase 50% do fluxo imigratório inter-regional, no caso das RGs de Caraguatatuba e São José dos Campos; (Tabelas 31 e 34) a aproximadamente 45% na RG de Taubaté, (Tabela 35) e entre 30% e 40% nas RGs de Cruzeiro e Guaratinguetá. (Tabelas 32 e 33) Assim, os resultados do Censo de 1991 indicaram que o maior volume de imigração para a RG de São José dos Campos continuou sendo proveniente da RMSP, assim como na década anterior, com 33.400 pessoas, seguida da RG de Taubaté (16.938 pessoas), Caraguatatuba (14.206 pessoas), Guaratinguetá (5.401 pessoas), e Cruzeiro (1.811 pessoas). (Tabela 34)

Em relação à emigração, os fluxos apresentaram uma forma menos concentrada, mas ainda variando em direção às RGs que compõem a RA, e à RMSP. O principal fluxo de saída das RGs de Caraguatatuba e Taubaté foram, principalmente, em direção à RG de São José dos Campos, representando em torno de 30% do movimento (2.884 e 6.945 pessoas respectivamente). (Tabelas 31 e 35) O maior fluxo de saída da RG de Cruzeiro foi para a de Guaratinguetá (25,5% do fluxo, com 2.085 pessoas); e desta última, foi para a de Taubaté (26,8% do fluxo, com 4.893 pessoas). (Tabela 32) E, finalmente, a RG de São José dos Campos registrou a maior saída em direção à RMSP, correspondendo a 31,2% do fluxo e 8.834 pessoas; representando o maior volume de troca líquida de toda a RA (24.566 pessoas). (Tabela 34)

Através do total das trocas líquidas de cada região pode-se perceber o volume de ganho ou perda populacional, em relação ao fluxo migratório inter-regional. Assim, as RGs de São José dos Campos, Caraguatatuba e Taubaté ganharam população, e as RGs de Cruzeiro e Guaratinguetá perderam população para as demais regiões do Estado. Ao observar apenas as trocas entre as RGs que compõem a RA, verifica-se que todas as regiões

apresentaram um fluxo maior de emigração do que de imigração para a RG de São José dos Campos, caracterizando-a como a maior receptora dos fluxos oriundos das demais regiões da RA; e destacando-se ainda, como a única região a receber fluxos significativos de outras regiões do Interior, como Campinas e Santos (aproximadamente 1.500 pessoas). Em relação à RMSP, apenas a RG de Cruzeiro apresentou um fluxo maior de saída do que de entrada dessa região. (Mapa 11)

Tabela 30 - Fluxos Migratórios Inter-Regionais Região Administrativa do Vale do Paraíba - 1981/1991 (exclui a migração intra-regional)

RGs	Imigração	%	Emigração	%	Troca Líquida
Caraguatatuba	28.415	18,28	9.416	10,94	18.999
Cruzeiro	5.726	3,68	8.187	9,51	-2.461
Guaratinguetá	14.113	9,08	18.236	21,19	-4.123
S. José dos Campos	69.026	44,40	28.316	32,91	40.710
Taubaté	38.194	24,57	21.898	25,45	16.296
Total	155.474	100,00	86.053	100,00	69.421

F. IBGE. Censo Demográfico de 1991, Resultados da Amostra-microdados Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1996.

**MAPA 11 - TROCAS MIGRATÓRIAS INTER-REGIONAIS
REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - ESTADO DE SÃO PAULO - 1981/1991**



Fonte: F. IBGE. Censo Demográfico 1991; Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP, 1996

Tabela 31 - Fluxos Migratórios Inter-Regionais Região de Governo de Caraguatatuba - 1981/1991
(exclui a migração intra-regional)

RGs	Imigração	%	Emigração	%	Troca Líquida
Adamantina	147	0,52	----	----	147
Andradina	18	0,06	66	0,70	-48
Araçatuba	143	0,50	20	0,21	123
Araraquara	11	0,04	39	0,41	-28
Assis	21	0,07	46	0,49	-25
Avaré	55	0,19	3	0,03	52
Barretos	75	0,26	54	0,57	21
Bauru	72	0,25	58	0,62	14
Botucatu	57	0,20	38	0,40	19
Bragança Paulista	266	0,94	107	1,14	159
Campinas	461	1,62	573	6,09	-112
Catanduva	95	0,33	45	0,48	50
Cruzeiro	413	1,45	131	1,39	282
Dracena	52	0,18	25	0,27	27
Fernandópolis	14	0,05	----	----	14
Franca	----	----	76	0,81	-76
Guaratinguetá	938	3,30	183	1,94	755
Itapetininga	46	0,16	35	0,37	11
Itapeva	163	0,57	8	0,08	155
Jales	9	0,03	15	0,16	-6
Jaú	7	0,02	8	0,08	-1
Jundiaí	160	0,56	62	0,66	98
Limeira	76	0,27	107	1,14	-31
Lins	21	0,07	----	----	21
Marília	171	0,60	14	0,15	157
Ourinhos	31	0,11	8	0,08	23
Presidente Prudente	139	0,49	156	1,66	-17
Piracicaba	----	----	78	0,83	-78
Registro	347	1,22	55	0,58	292
Ribeirão Preto	86	0,30	62	0,66	24
RM São Paulo	14.206	49,99	2.075	22,04	12.131
Rio Claro	----	----	58	0,62	-58
Santos	1.885	6,63	967	10,27	918
S. Carlos	75	0,26	27	0,29	48
S. João da Boa Vista	139	0,49	32	0,34	107
S. Joaquim da Barra	36	0,13	----	----	36
S. José dos Campos	2.875	10,12	2.884	30,63	-9
S. José do Rio Preto	120	0,42	54	0,57	66
Sorocaba	225	0,79	170	1,81	55
Taubaté	2.659	9,36	1.077	11,44	1.582
Tupã	184	0,65	----	----	184
Votuporanga	22	0,08	----	----	22
Sem Especificação	1.895	6,67	----	----	1.895
Total	28.415	100,00	9.416	100,00	18.999

F. IBGE. Censo Demográfico de 1991, Resultados da Amostra-microdados
Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1996.

Tabela 32 - Fluxos Migratórios Inter-Regionais Região de Governo de Cruzeiro - 1981/1991
(exclui a migração intra-regional)

RGs	Imigração	%	Emigração	%	Troca Líquida
Adamantina	----	----	----	----	----
Andradina	30	0,52	----	----	30
Araçatuba	27	0,47	----	----	27
Araraquara	----	----	----	----	----
Assis	5	0,09	23	0,28	-18
Avaré	6	0,10	17	0,21	-11
Barretos	----	----	----	----	----
Bauru	----	----	10	0,12	-10
Botucatu	----	----	----	----	----
Bragança Paulista	----	----	24	0,29	-24
Campinas	73	1,27	139	1,70	-66
Caraguatatuba	131	2,29	413	5,04	-282
Catanduva	35	0,61	----	----	35
Dracena	----	----	----	----	----
Fernandópolis	----	----	----	----	----
Franca	----	----	15	0,18	-15
Guaratinguetá	1.326	23,16	2.085	25,47	-759
Itapetininga	4	0,07	----	----	4
Itapeva	----	----	90	1,10	-90
Jales	----	----	98	1,20	-98
Jaú	----	----	----	----	----
Jundiaí	9	0,16	135	1,65	-126
Limeira	4	0,07	26	0,32	-22
Lins	----	----	----	----	----
Marília	5	0,09	37	0,45	-32
Ourinhos	----	----	7	0,09	-7
Presidente Prudente	13	0,23	13	0,16	0
Piracicaba	----	----	105	1,28	-105
Registro	3	0,05	----	----	3
Ribeirão Preto	----	----	26	0,32	-26
RM São Paulo	1.811	31,63	2.017	24,64	-206
Rio Claro	56	0,98	7	0,09	49
Santos	117	2,04	83	1,01	34
S. Carlos	----	----	----	----	----
S. João da Boa Vista	10	0,17	----	----	10
S. Joaquim da Barra	----	----	----	----	----
S. José dos Campos	570	9,95	1.769	21,61	-1.199
S. José do Rio Preto	----	----	----	----	----
Sorocaba	54	0,94	101	1,23	-47
Taubaté	758	13,24	947	11,57	-189
Tupã	----	----	----	----	----
Votuporanga	90	1,57	----	----	90
Sem Especificação	589	10,29	----	----	589
Total	5.726	100,00	8.187	100,00	-2.461

F. IBGE. Censo Demográfico de 1991, Resultados da Amostra-microdados
Tabulações Especiais. NEPO/UNICAMP, 1996.

Tabela 33 - Fluxos Migratórios Inter-Regionais Região de Governo de Guaratinguetá - 1981/1991
(exclui a migração intra-regional)

RGs	Imigração	%	Emigração	%	Troca Líquida
Adamantina	----	----	----	----	----
Andradina	40	0,28	5	0,03	35
Araçatuba	13	0,09	102	0,56	-89
Araraquara	56	0,40	86	0,47	-30
Assis	26	0,18	38	0,21	-12
Avaré	35	0,25	7	0,04	28
Barretos	11	0,08	----	----	11
Bauru	11	0,08	61	0,33	-50
Botucatu	----	----	24	0,13	-24
Bragança Paulista	99	0,70	49	0,27	50
Campinas	138	0,98	505	2,77	-367
Caraguatatuba	183	1,30	938	5,14	-755
Catanduva	----	----	----	----	----
Cruzeiro	2.085	14,77	1.326	7,27	759
Dracena	----	----	42	0,23	-42
Fernandópolis	13	0,09	4	0,02	9
Franca	25	0,18	27	0,15	-2
Itapetininga	18	0,13	60	0,33	-42
Itapeva	25	0,18	19	0,10	6
Jales	33	0,23	12	0,07	21
Jau	18	0,13	53	0,29	-35
Jundiá	11	0,08	53	0,29	-42
Limeira	136	0,96	263	1,44	-127
Lins	6	0,04	45	0,25	-39
Marília	11	0,08	22	0,12	-11
Ourinhos	8	0,06	13	0,07	-5
Presidente Prudente	98	0,69	51	0,28	47
Piracicaba	----	----	13	0,07	-13
Registro	----	----	16	0,09	-16
Ribeirão Preto	58	0,41	175	0,96	-117
RM São Paulo	5.401	38,27	4.233	23,21	1.168
Rio Claro	31	0,22	----	----	31
Santos	351	2,49	239	1,31	112
S. Carlos	15	0,11	24	0,13	-9
S.João da Boa Vista	23	0,16	95	0,52	-72
S.Joaquim da Barra	----	----	----	----	----
S.José dos Campos	1.482	10,50	4.523	24,80	-3.041
S.José do Rio Preto	128	0,91	37	0,20	91
Sorocaba	180	1,28	179	0,98	1
Taubaté	2.182	15,46	4.893	26,83	-2.711
Tupã	11	0,08	4	0,02	7
Votuporanga	----	----	----	----	----
Sem Especificação	1.152	8,16	----	----	1.152
Total	14.113	100,00	18.236	100	-4.123

F. IBGE. Censo Demográfico de 1991, Resultados da Amostra-microdados
Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1996.

Tabela 34 - Fluxos Migratórios Inter-Regionais Região de Governo de São José dos Campos - 1981/1991
(exclui a migração intra-regional)

RGs	Imigração	%	Emigração	%	Troca Líquida
Adamantina	132	0,19	----	----	122
Andradina	136	0,20	56	0,20	80
Araçatuba	877	1,27	201	0,71	676
Araraquara	258	0,37	184	0,65	74
Assis	254	0,37	80	0,28	174
Avaré	161	0,23	17	0,06	144
Barretos	106	0,15	41	0,14	65
Bauru	458	0,66	393	1,39	65
Botucatu	102	0,15	118	0,42	-16
Bragança Paulista	822	1,19	573	2,02	249
Campinas	1.482	2,15	2.213	7,82	-731
Caraguatatuba	2.884	4,18	2.875	10,15	9
Catanduva	123	0,18	26	0,09	97
Cruzeiro	1.769	2,56	570	2,01	1.199
Dracena	217	0,31	62	0,22	155
Fernandópolis	16	0,02	12	0,04	4
Franca	144	0,21	292	1,03	-148
Guaratinguetá	4.523	6,55	1.482	5,23	3.041
Itapetininga	295	0,43	114	0,40	181
Itapeva	118	0,17	46	0,16	72
Jales	92	0,13	103	0,36	-11
Jaú	92	0,13	57	0,20	35
Jundiaí	290	0,42	463	1,64	-173
Limeira	554	0,80	370	1,31	184
Lins	60	0,09	11	0,04	49
Marília	206	0,30	21	0,07	185
Ourinhos	178	0,26	27	0,10	151
Presidente Prudente	361	0,52	194	0,69	167
Piracicaba	443	0,64	113	0,40	330
Registro	225	0,33	75	0,26	150
Ribeirão Preto	339	0,49	322	1,14	17
RM São Paulo	33.400	48,39	8.834	31,20	24.566
Rio Claro	139	0,20	47	0,17	92
Santos	1.490	2,16	997	3,52	493
S. Carlos	198	0,29	185	0,65	13
S.João da Boa Vista	93	0,13	85	0,30	8
S.Joaquim da Barra	68	0,10	----	----	68
S.José do Rio Preto	296	0,43	155	0,55	141
Sorocaba	400	0,58	793	2,80	-393
Taubaté	6.945	10,06	5.951	21,02	994
Tupã	166	0,24	67	0,24	99
Votuporanga	36	0,05	91	0,32	-55
Sem Especificação	8.078	11,70	----	----	8.078
Total	69.026	100,00	28.316	100,00	40.700

F. IBGE. Censo Demográfico de 1991. Resultados da Amostra-microdados
Tabulações Especiais. NEPO/UNICAMP, 1996.

Tabela 35 - Fluxos Migratórios Inter-Regionais Região de Governo de Taubaté - 1981/1991
(exclui a migração intra-regional)

RGs	Imigração	%	Emigração	%	Troca Líquida
Adamantina	69	0,18	-----	-----	69
Andradina	21	0,05	9	0,04	12
Araçatuba	7	0,02	100	0,46	-93
Araraquara	55	0,14	301	1,37	-246
Assis	7	0,02	25	0,11	-18
Avaré	73	0,19	73	0,33	0
Barretos	97	0,25	46	0,21	51
Bauru	238	0,62	199	0,91	39
Botucatu	53	0,14	53	0,24	0
Bragança Paulista	259	0,68	195	0,89	64
Campinas	695	1,82	785	3,58	-90
Caraguatatuba	1.077	2,82	2.659	12,14	-1.582
Catanduva	-----	-----	38	0,17	-38
Cruzeiro	947	2,48	758	3,46	189
Dracena	84	0,22	-----	-----	84
Fernandópolis	50	0,13	57	0,26	-7
Franca	140	0,37	66	0,30	74
Guaratinguetá	4.893	12,81	2.182	9,96	2.711
Itapetininga	69	0,18	43	0,20	26
Itapeva	172	0,45	75	0,34	97
Jales	16	0,04	8	0,04	8
Jaú	87	0,23	5	0,02	82
Jundiá	185	0,48	142	0,65	43
Limeira	91	0,24	183	0,84	-92
Lins	18	0,05	6	0,03	12
Marília	64	0,17	50	0,23	14
Ourinhos	165	0,43	14	0,06	151
Presidente Prudente	171	0,45	-----	-----	171
Piracicaba	167	0,44	62	0,28	105
Registro	105	0,27	43	0,20	62
Ribeirão Preto	180	0,47	53	0,24	127
RM São Paulo	16,938	44,35	5.518	25,20	11,420
Rio Claro	51	0,13	163	0,74	-112
Santos	962	2,52	630	2,88	332
S. Carlos	47	0,12	45	0,21	2
S.João da Boa Vista	252	0,66	66	0,30	186
S.Joaquim da Barra	-----	-----	-----	-----	-----
S.José dos Campos	5,951	15,58	6,945	31,72	-994
S.José do Rio Preto	147	0,38	63	0,29	84
Sorocaba	332	0,87	211	0,96	121
Tupã	34	0,09	7	0,03	27
Votuporanga	8	0,02	20	0,09	-12
Sem Especificação	3,217	8,42	-----	-----	3,217
Total	38,194	100,00	21.898	100,00	16,296

F. IBGE. Censo Demográfico de 1991, Resultados da Amostra-microdados
Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP, 1996.

-Fluxos Inter Estaduais

O fluxo migratório mais importante da RA de São José dos Campos foi proveniente do próprio Estado de São Paulo, com 200.088 pessoas, correspondendo a 67,52% do total da migração inter-estadual (296.346 pessoas), seguido de Minas Gerais (12,21%), Rio de Janeiro (5,61%), e Paraná (3,8%). (Tabela 36 e 37)

As RGs de Taubaté e Guaratinguetá receberam as maiores proporções de imigrantes do próprio Estado, 78,49% e 76,01% respectivamente, do total de seus fluxos. E, inversamente, a RG de São José dos Campos configurou-se como a maior receptora de migrantes inter-estaduais, demonstrando sua importância na dinâmica migratória da RA, em relação à absorção de fluxos de mais longa distância. Assim, recebeu o maior contingente populacional de outras regiões do Brasil e de outros países, correspondendo a mais da metade do total de cada um desses fluxos dirigidos à RA. Sem dúvida, caracteriza-se como a região mais importante na recepção dos fluxos migratórios da RA, com o maior volume total de migrantes (139.841 pessoas).

Tabela 36 - Principais Fluxos Migratórios Inter-Estaduais - 1981/1991
Região Administrativa do Vale do Paraíba - Estado de São Paulo
Valores Absolutos de Imigração por Regiões de Governo

UF anterior	Região de Governo Atual					
	Caraguatatuba	Cruzeiro	Guaratinguetá	S.J. dos Campos	Taubaté	Total
Piauí	148	7	61	1.503	480	2.199
Ceará	585	112	93	1.309	358	2.457
R.Grande do Norte	250	4	22	665	315	1.256
Paraíba	478	0	153	2.036	270	2.937
Pernambuco	857	0	209	3.759	388	5.213
Alagoas	510	0	89	623	151	1.373
Bahia	1.538	74	141	2.820	973	5.546
Minas Gerais	5.322	1.624	2.672	21.276	5.276	36.170
Rio de Janeiro	1.558	1.775	2.426	7.744	3.116	16.619
São Paulo	31.140	7.733	24.331	83.749	53.135	200.088
Paraná	1.072	148	533	8.012	1.493	11.258
Santa Catarina	388	0	123	440	137	1.088
R.Grande do Sul	39	5	197	690	288	1.219
Outros Estados	1.128	56	835	4.346	1.233	7.598
S/especif. Brasil	32	0	0	15	0	47
Outro País	210	0	127	858	83	1.278
Total	45.255	11.538	32.012	139.845	67.696	296.346

Fonte: F.IBGE. Censo Demográfico de 1991;
Tabulações Especiais. NEPO/UNICAMP, 1996.

Tabela 37 - Principais Fluxos Migratórios Inter-Estaduais - 1981/1991
 Região Administrativa do Vale do Paraíba - Estado de São Paulo
 Percentuais de Imigração por Regiões de Governo

UF anterior	Região de Governo Atual					
	Caraguatatuba	Cruzeiro	Guaratingueta	S.J. dos Campos	Taubaté	Total
Piauí	0,33	0,06	0,19	1,07	0,71	0,74
Ceará	1,29	0,97	0,29	0,94	0,53	0,83
R. Grande do Norte	0,55	0,03	0,07	0,48	0,47	0,42
Paraíba	1,06	0,00	0,48	1,46	0,40	0,99
Pernambuco	1,89	0,00	0,65	2,69	0,57	1,76
Alagoas	1,13	0,00	0,28	0,45	0,22	0,46
Bahia	3,40	0,64	0,44	2,02	1,44	1,87
Minas Gerais	11,76	14,08	8,35	15,21	7,79	12,21
Rio de Janeiro	3,44	15,38	7,58	5,54	4,60	5,61
São Paulo	68,81	67,02	76,01	59,89	78,49	67,52
Paraná	2,37	1,28	1,67	5,73	2,21	3,80
Santa Catarina	0,86	0,00	0,38	0,31	0,20	0,37
R. Grande do Sul	0,09	0,04	0,62	0,49	0,43	0,41
Outros Estados	2,49	0,49	2,61	3,11	1,82	2,56
S/ especific. Brasil	0,07	0,00	0,00	0,01	0,00	0,02
Outro País	0,46	0,00	0,40	0,61	0,12	0,43
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: F. IBGE. Censo Demográfico de 1991;
 Tabulações Especiais. NEPO/UNICAMP, 1996.

CAPÍTULO 4

PERFIL DO MIGRANTE, MOTIVOS E TRAJETÓRIAS MIGRATÓRIAS

O presente capítulo apresenta alguns resultados da pesquisa "Migrações, Emprego e Projeções Demográficas para o Estado de São Paulo: Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar" (PRAD). A partir de levantamento amostral¹⁸, realizado em 12.320 domicílios distribuídos em 147 municípios do Estado, a pesquisa, aplicada em 1993, constituiu-se numa importante contribuição para um diagnóstico das tendências migratórias no Estado de São Paulo, durante a década de 80 e início dos anos 90.

Destacando a importância dos diversos contextos regionais na configuração do processo de distribuição espacial da população do Estado, foi elaborada no âmbito da pesquisa uma regionalização, constituída pelo agrupamento de Regiões de Governo (RGs), considerando estudos anteriores¹⁹ e dinâmicas sócio-econômicas e demográficas similares.

A regionalização utilizada pela pesquisa, conforme ilustra o mapa 12, contempla as regiões metropolitanas (RMs de São Paulo, Campinas e Santos), as 41 sedes regionais do interior, e 40 pequenos municípios (localidades com menos de 20 mil habitantes). As sedes regionais do interior foram agrupadas da seguinte maneira:

Região 1 - Sorocaba, Itapetininga, Botucatu, Avaré, Itapeva e Registro.

Região 2 - Campinas²⁰, Jundiaí, Piracicaba, Bragança Paulista, Limeira, Rio Claro e São João da Boa Vista.

Região 3 - Ribeirão Preto, Franca, Barretos, São Joaquim da Barra, São Carlos e Araraquara.

Região 4 - São José do Rio Preto, Catanduva, Fernandópolis, Jales, Votuporanga, Araçatuba e Andradina.

¹⁸ As informações técnicas, aqui contidas, acerca dos procedimentos metodológicos da PRAD estão baseadas no Relatório Final das Atividades do Projeto Temático de Equipe "Migrações, Emprego e Projeções Demográficas para o Estado de São Paulo: Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar", NEPO-NESUR/UNICAMP, dezembro de 1995.

¹⁹ Veja-se a Série Migração em São Paulo, TEXTOS NEPO-UNICAMP.

²⁰ O município de Campinas é o único que aparece duas vezes nas análises da pesquisa pelo fato de estar inserido em duas dinâmicas sócio-espaciais distintas. Assim, além de ser sede da RM de Campinas, ele também polariza uma vasta região que não deve ser estudada desconectadamente do pólo regional. Por esse motivo a pesquisa optou por um procedimento metodológico que contempla o estudo da RM de Campinas, através da análise de todos os municípios a ela pertencentes, e o estudo da Região de Campinas, que contempla a sede e um pequeno município de todas as RGs que compõem a Região.

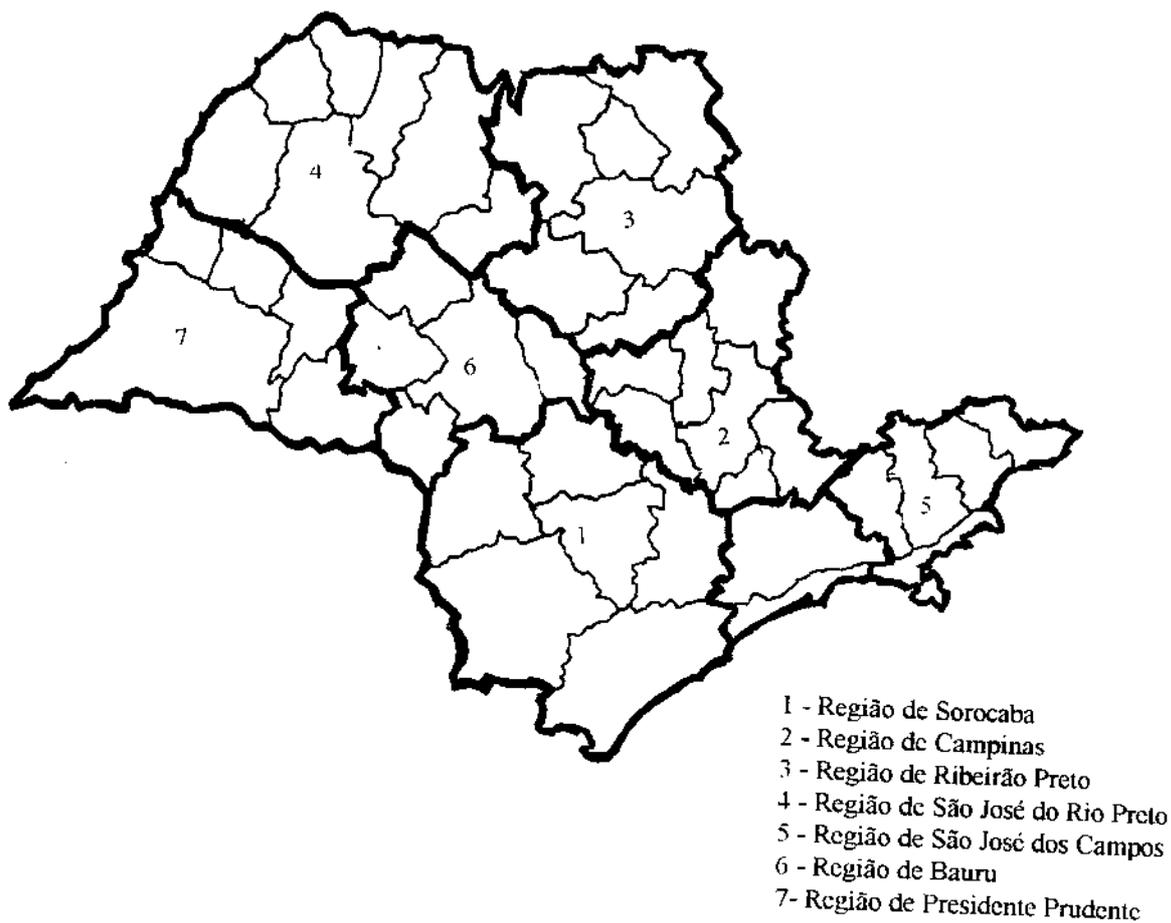
Região 5 - São José dos Campos, Cruzeiro, Guaratinguetá, Taubaté e Caraguatatuba.

Região 6 - Bauru, Jaú, Lins, Marília e Ourinhos.

Região 7 - Presidente Prudente, Dracena, Adamantina, Tupã e Assis.

Além dessas regiões, foi selecionado um pequeno município em cada Região de Governo, compondo o grupo dos pequenos municípios.

MAPA 12 - REGIONALIZAÇÃO
PESQUISA MIGRAÇÃO, EMPREGO E PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS - 1993



Fonte: PRAD, 1993
FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP.

Obedecendo a essa divisão regionalizada, o presente estudo dispôs, principalmente, dos dados referentes à Região 5, que corresponde à Região do Vale do Paraíba.

Através das informações obtidas, foi possível observar características de dois grupos: chefes migrantes e chefes não-migrantes (considerando-se migrante o chefe com até treze anos de residência no município atual). A análise comparativa, sistematicamente realizada na grande maioria das variáveis analisadas, permitiu visualizar a existência de diferenciais tanto no que diz respeito às condições da moradia e infra-estrutura básica, quanto ao perfil individual dos chefes de domicílios. Assim, os dados a seguir, podem ser divididos em três partes: a primeira trazendo informações sobre as características da moradia, do entorno, condições de infra-estrutura urbana e acesso a serviços dos chefes de domicílios; a segunda, utilizada para traçar o perfil do chefe de domicílio residente na região, considerou variáveis como classificação sócio-econômica, idade, cor, escolaridade, ocupação, movimentos intra-municipais e pendulares; e a terceira, apenas para os chefes migrantes, as trajetórias migratórias, o número e o período das mudanças, além dos motivos declarados para as mudanças de município.

Com isso, procurou-se elaborar um diagnóstico sobre as tendências migratórias da região, enfatizando aspectos não contemplados pelos dados censitários, além de buscar indícios de uma certa seletividade migratória, através das características comparadas entre chefes de domicílios migrantes e não migrantes.

Como toda a análise contemplará o recorte migrantes e não migrantes, é importante destacar, desde já, que de acordo com os dados obtidos pela PRAD, em 1993, a região do Vale do Paraíba possuía 23,22% de chefes de domicílios migrantes²¹, um percentual acima da média estadual (19,16%), e do conjunto das sedes regionais (22,62%) paulistas.

²¹ O chefe migrante foi definido, na pesquisa, como a pessoa que realizou alguma mudança de residência de um município para outro, no período de 1980 a 1993.

4.1. Características da Moradia e do Entorno, Condições de Infra-Estrutura e Acesso a Serviços

A instalação e manutenção de um sistema de infra-estrutura urbana básica ainda se constitui num dos principais problemas vivenciados por parte da população, ainda que residente em áreas com acentuados níveis de urbanização e concentração econômica. Quando observada isoladamente, a cobertura dos sistemas de saneamento e abastecimento básicos atinge quase o total da demanda na maior parte das regiões do Estado de São Paulo, e no entanto, isto não se constitui a garantia de uma distribuição homogênea destes serviços, principalmente em áreas periféricas. Ao mesmo tempo em que se verifica uma ampliação significativa no atendimento dos serviços públicos básicos de infra-estrutura, pode-se constatar uma diferenciação na oferta e um certo grau de precariedade, evidenciando que este atendimento se dá de forma distinta. Neste sentido, a análise dos componentes da infra-estrutura urbana deve levar em conta a atuação do Estado como agente formulador e implementador de políticas urbanas (Bógus, 1997); a omissão do poder público e a precariedade na implantação dos serviços públicos básicos, muitas vezes, comprometem a qualidade de vida urbana.

Moradia e Entorno

Observando os dados referentes às características da moradia dos chefes de domicílios residentes na região do Vale do Paraíba, segundo a condição migratória, pode-se perceber que os não migrantes registraram percentuais mais favoráveis do que os migrantes, apesar da pequena diferenciação entre os dois grupos. Assim, foi registrado uma proporção maior de chefes não migrantes residindo em domicílios permanentes, localizados em condomínios ou isolados, e construídos em tijolo ou bloco com revestimento. Apenas o grupo dos chefes migrantes apresentou uma participação de moradores (0,31%) residindo em domicílios coletivos, além de um percentual maior (1,57%) que os não migrantes morando em cortiços. (Tabelas 38,39 e 40)

Tabela 38 - Distribuição relativa de domicílios particulares segundo o tipo de domicílio e status migratório do chefe

Região do Vale do Paraíba - 1993

Tipo de domicílio	Chefes de domicílios		Total
	Migrantes	Não-migrantes	
Permanente	99,69	100,00	99,93
Coletivo	0,31	0,00	0,07
Improvizado	----	----	----
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: PRAD, 1993

FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP.

Tabela 39 - Distribuição relativa de domicílios particulares segundo a localização e status migratório do chefe.

Região do Vale do Paraíba - 1993

Localização do domicílio	Chefes de domicílios		Total
	Migrantes	Não-migrantes	
Isolado/Condomínio	98,01	99,60	99,23
Conj. resid. Popular	----	----	----
Favela	----	----	----
Cortiço	1,57	0,19	0,51
Outro	0,42	0,21	0,26
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: PRAD, 1993

FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP.

Tabela 40 - Distribuição relativa de domicílios particulares segundo o tipo de construção e status migratório do chefe

Região do Vale do Paraíba - 1993

Tipo de construção	Chefes de domicílios		Total
	Migrantes	Não-migrantes	
Tijolo/Bloco c/ revestimento	91,14	92,24	91,98
Tijolo/Bloco s/ revestimento	5,40	4,71	4,87
Tijolo/Bloco parc. Revestido	2,46	2,51	2,50
Madeira (casa pré-fabricada)	1,00	0,13	0,33
Zinco	----	----	----
Conglomerado de madeira	----	----	----
Papelão	----	----	----
Taipa	0,00	0,19	0,15
Material misto	0,00	0,22	0,17
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: PRAD, 1993

FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP.

Em relação às características do entorno dos domicílios dos chefes residentes na região, os não migrantes também registraram melhores condições. A maior diferenciação entre os dois grupos foi encontrada em relação à presença de guias e sarjetas; 79,03% dos chefes não migrantes e 76,98% dos migrantes possuíam essa característica no entorno de seu

domicílio. Para a presença de pavimentação, a distribuição foi de 78,63% dos não migrantes, e 78,02% dos migrantes; e para o transporte coletivo, foi de 94,59% e 93,32% respectivamente. Somente em relação à iluminação pública, os chefes migrantes registraram um percentual maior, com 95,03%, contra os 94,82% dos não migrantes. (Tabelas 41 e 42)

Tabela 41 - Distribuição relativa de domicílios particulares segundo características do entorno e status migratório do chefe.
Região do Vale do Paraíba - 1993

Características do entorno	Chefes de domicílios				Total	
	Migrantes		Não-migrantes			
	Tem	Não tem	Tem	Não tem	Tem	Não tem
Guias e sarjetas	76,98	23,02	79,03	20,97	78,55	21,45
Pavimentação	78,02	21,98	78,63	21,37	78,49	21,51
Iluminação Pública	95,03	4,97	94,82	5,18	94,87	5,13

Fonte: PRAD, 1993
FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP.

Tabela 42 - Distribuição relativa de domicílios particulares segundo características do entorno e status migratório do chefe.
Região do Vale do Paraíba - 1993

Característica do entorno:	Chefes de domicílios		Total
	Migrantes	Não Migrantes	
Transporte coletivo			
Perto da residência	93,32	94,59	94,30
Longe da residência	6,68	5,19	5,54
Não tem	0,00	0,22	0,16
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: PRAD, 1993
FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP.

Pode-se constatar, desse modo, que as condições de moradia e do entorno do domicílio dos chefes migrantes apresentaram-se mais precárias do que as verificadas para os não migrantes.

É importante ressaltar que em todas as características do entorno acima citadas, a região do Vale do Paraíba apresentou totais abaixo da presença registrada para o total do Estado de São Paulo, com os maiores diferenciais em relação à guias e sarjetas, e pavimentação (86,99% e 84,5%, respectivamente, em todo o Estado). (Tabelas 41 e 42)

Infra-Estrutura e Acesso a Serviços

Diferentemente das características da moradia e do entorno, em relação à infra-estrutura, o grupo dos chefes migrantes apresentou condições mais favoráveis. Registrou, assim, percentuais maiores que os não migrantes de lixo coletado na porta do domicílio, depositado em caçamba ou levado a um ponto de coleta, de iluminação elétrica no domicílio, de abastecimento de água através de rede geral com canalização interna, e de esgoto ligado à rede geral ou fossa séptica. (Tabelas 43,44,45 e 46)

Tabela 43 - Distribuição relativa de domicílios particulares segundo infra-estrutura e status migratório do chefe Região do Vale do Paraíba - 1993

Infra-estrutura: coleta de lixo	Chefes de domicílios		Total
	Migrantes	Não-migrantes	
Coletado na porta	95,27	94,58	94,74
Caçamba/lev. a um pto de coleta	1,87	0,79	1,02
Enterrado	1,46	0,42	0,67
Queimado	0,70	2,25	1,89
Jogado em terreno baldio	0,00	0,76	0,59
Jogado na rua, riacho, córrego ou mar	0,00	0,57	0,44
Outros	0,70	0,19	0,31
Não sabe	0,00	0,44	0,34
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: PRAD, 1993
FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP.

Tabela 44 - Distribuição relativa de domicílios particulares segundo infra-estrutura e status migratório do chefe Região do Vale do Paraíba - 1993

Infra-estrutura: forma de iluminação	Chefes de domicílios		Total
	Migrantes	Não-migrantes	
Elétrica	100,00	99,65	99,73
Óleo ou querosene	0,00	0,13	0,10
Gás de botijão	-----	-----	-----
Elétrica a gerador	-----	-----	-----
Outra	0,00	0,22	0,17
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: PRAD, 1993
FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP.

Tabela 45 - Distribuição relativa de domicílios particulares segundo infra-estrutura e status migratório do chefe Região do Vale do Paraíba - 1993

Infra-estrutura: abastecimento de água	Chefes de domicílios		Total
	Migrantes	Não-migrantes	
Rede geral com canalização interna	94,64	93,94	94,10
Rede geral sem canalização interna	0,71	0,60	0,63
Poço ou nascente c/ canaliz. Interna	2,70	4,53	4,10
Poço ou nascente s/ canaliz. Interna	1,95	0,74	1,02
Outros	0,00	0,19	0,15
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: PRAD, 1993
FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP.

Tabela 46 - Distribuição relativa de domicílios particulares segundo infra-estrutura e status migratório do chefe Região do Vale do Paraíba - 1993

Infra-estrutura: esgoto sanitário	Chefes de domicílios		Total
	Migrantes	Não-migrantes	
Rede geral	84,89	86,65	86,24
Fossa séptica	13,76	10,04	10,90
Fossa negra	0,73	1,48	1,31
A céu aberto	0,31	0,31	0,31
Em rio, riacho, córrego ou represa	0,00	1,30	1,00
Não tem	-----	-----	-----
Não sabe	0,31	0,22	0,24
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: PRAD, 1993
FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP.

Considerando a média estadual referente às condições de infra-estrutura adequadas, a região do Vale do Paraíba apresentou percentuais mais baixos nos aspectos referentes à coleta de lixo e abastecimento de água, mas com diferenciais bastante reduzidos.

Em relação à questão de acesso a serviços, foram observados alguns dados em relação à presença e uso de equipamentos de educação, saúde, lazer e abastecimento no bairro de residência dos chefes de domicílios da região. Verificou-se que os maiores percentuais de oferta foram aqueles ligados aos equipamentos de abastecimento, seguidos de educação, e saúde; a área mais deficitária da região foi a de lazer, que provavelmente, deve sofrer os impactos da proximidade com a Capital do Estado, limitando os investimentos nesse setor.

Os chefes migrantes declararam um número maior de equipamentos sociais ausentes em seus bairros; e uma proporção mais acentuada de uso no caso da presença dos equipamentos. Entretanto, tais dados devem ser olhados com certo cuidado, já que a ausência

de um determinado serviço de uso coletivo em um bairro não significa necessariamente um maior grau de precariedade. As perguntas referentes aos equipamentos procuraram detectar sua existência no bairro, mas não é possível conhecer a realidade municipal de oferta e demanda daqueles serviços (Caiado, 1997). (Tabela 47)

Tabela 47 - Distribuição relativa de domicílios particulares segundo acesso a serviços e status migratório do chefe
Região do Vale do Paraíba - 1993

Acesso a serviços	Chefes de domicílios											
	Migrantes				Não-migrantes				Total			
	Têm e Usam	Têm e Não usam	Não têm	Não sabe	Têm e Usam	Têm e Não usam	Não têm	Não sabe	Têm e Usam	Têm e Não usam	Não têm	Não sabe
Escola de 1o.gr. pública	26,16	47,34	21,02	5,48	31,13	47,67	19,32	1,88	29,98	47,59	19,72	2,71
Escola de 1o.gr. particular	3,51	22,83	66,86	6,80	2,33	23,55	69,23	4,90	2,60	23,38	68,68	5,34
Escola de 2o.gr. pública	5,67	36,35	49,78	8,20	4,92	41,74	47,42	5,92	5,10	40,49	47,97	6,45
Escola de 2o.gr. particular	0,73	13,94	74,52	10,80	0,95	17,22	75,00	6,83	0,90	16,46	74,89	7,76
Esc.de educ.infantil públ.	4,56	61,47	28,96	5,00	7,81	59,22	28,38	4,59	7,06	59,74	28,52	4,68
Esc.de educ.infantil part.	2,53	37,30	48,47	11,70	1,28	42,98	50,52	5,22	1,57	41,66	50,04	6,72
Creche pública	0,70	39,24	47,15	12,91	0,52	38,38	54,70	6,40	0,56	38,58	52,95	7,91
Creche particular	1,43	22,06	58,80	17,70	0,43	18,52	68,41	12,64	0,67	19,34	66,18	13,81
Posto de Saúde	45,35	15,89	35,92	2,84	37,20	19,75	42,02	1,03	39,09	18,86	40,61	1,45
Banco	5,89	5,15	88,96	0,00	13,44	3,56	83,00	0,00	11,68	3,93	84,38	0,00
Cinema	1,36	0,00	98,64	0,00	3,15	3,58	93,27	0,00	2,73	2,75	94,52	0,00
Teatro	0,00	0,73	99,27	0,00	1,53	1,35	96,81	0,31	1,17	1,21	97,38	0,24
Danceteria	7,37	12,20	79,73	0,70	3,73	9,76	85,21	1,30	4,58	10,32	83,93	1,16
Restaurante	16,09	21,35	60,03	2,53	14,88	23,98	60,59	0,55	15,16	23,37	60,46	1,01
Farmácia	65,15	6,36	28,49	0,00	65,43	9,37	24,99	0,22	65,36	8,67	25,80	0,17
Padaria	79,60	0,93	18,74	0,73	81,60	2,54	15,67	0,19	81,14	2,17	16,38	0,32
Supermercado	54,92	4,30	40,79	0,00	54,83	6,78	38,39	0,00	54,85	6,21	38,94	0,00
Feira livre/sacolão	55,83	2,87	41,30	0,00	50,30	5,75	43,73	0,22	51,59	5,08	43,16	0,17
Mercadinho	77,42	5,63	16,95	0,00	72,26	9,31	18,43	0,00	73,46	8,46	18,08	0,00

Fonte: PRAD, 1993

FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP.

4.2. Algumas características dos chefes de domicílios

Dando continuidade à análise comparativa entre os grupos de migrantes e não migrantes, as informações a seguir fornecem subsídios para traçar, de maneira geral, um perfil dos chefes de domicílios residentes na região do Vale do Paraíba.

Classificação sócio-econômica

Os dados referentes à classificação sócio-econômica foram obtidos a partir de informações sobre a disponibilidade de bens de consumo no domicílio e do grau de instrução do chefe (ABIPEME). Verificou-se que dentre as regiões do interior do Estado de São Paulo, a do Vale do Paraíba apresentou a maior participação de chefes de domicílios nas classes A e B (16,58%). Na comparação entre chefes migrantes e não migrantes, registrou 18,39% de migrantes nas mesmas classes e 16,02% de não migrantes. Esse percentual mais elevado de migrantes nesses grupos não corresponde à tendência geral observada para o total do Estado, que apresentou 12,97% de chefes migrantes e 16,24% de não migrantes nas classes A e B. Do mesmo modo, em relação à distribuição de migrantes e não migrantes nas classes mais baixas (D e E), a região não acompanha o quadro verificado para o Estado como um todo, registrando 54,19% de migrantes e 55,94% de não migrantes. Para o Estado, esse percentual ficou em 65,11% e 54,87%, respectivamente. (Tabela 48)

Tabela 48 - Distribuição relativa dos chefes de domicílio segundo a classificação sócio-econômica e status migratório
Região do Vale do Paraíba - 1993

Classificação sócio-econômica	Chefes de domicílios		Total
	Migrantes	Não-migrantes	
Classe A	3,52	0,42	1,15
Classe B	14,87	15,60	15,43
Classe C	27,42	28,04	27,89
Classe D	30,69	30,40	30,47
Classe E	23,50	25,54	25,06
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: PRAD, 1993

FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP.

Idade

Em relação à idade dos chefes de domicílios residentes na região do Vale do Paraíba, observou-se que o grupo dos migrantes concentrou-se entre as idades de 25 a 44 anos, registrando 54,19% nessa faixa etária; e os não migrantes apresentaram uma estrutura etária mais envelhecida, com percentuais acima de 25% nos últimos três grupos etários (35 a

44 anos, 45 a 54 anos e mais de 55 anos). Essa distribuição acompanha a tendência geral observada para o Estado como um todo, em que os migrantes apresentaram maiores concentrações em idades mais jovens que os não migrantes. (Tabela 49)

Tabela 49 - Distribuição relativa dos chefes de domicílio segundo a idade e status migratório
Região do Vale do Paraíba - 1993

Grupos de Idade	Chefes de domicílios		Total
	Migrantes	Não-migrantes	
15 a 24 anos	7,34	2,95	3,97
25 a 34 anos	26,25	16,47	18,74
35 a 44 anos	27,94	26,10	26,53
45 a 54 anos	18,11	25,17	23,53
55 anos e mais	20,36	29,31	27,23
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: PRAD, 1993
FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP.

Raça/Cor

Outra característica observada refere-se à cor dos chefes de domicílios residentes na região do Vale do Paraíba, verificando-se que os migrantes registraram um percentual maior de brancos (83,35%) que os não migrantes (80,91%), e entre os não migrantes, havia uma participação maior de pardos e negros, 17,38% contra 14,61% de migrantes. Ao contrário do Estado, que registra tendência inversa, com maior proporção de chefes não migrantes de cor branca.

Tabela 50 - Distribuição relativa dos chefes de domicílio segundo a raça/cor e status migratório
Região do Vale do Paraíba - 1993

Cor	Chefes de domicílios		Total
	Migrantes	Não-migrantes	
Branca	83,35	80,91	81,48
Parda	11,49	13,55	13,07
Negra	3,12	3,83	3,67
Amarela	2,04	1,71	1,78
Indígena	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: PRAD, 1993
FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP.

Escolaridade

Os dados sobre escolaridade dos chefes residentes na região do Vale do Paraíba indicam um percentual de analfabetos (5,75%) menor do que o encontrado para todo o Estado (6,90%), como também para o conjunto das sedes regionais (7,88%). Na comparação entre os grupos de migrantes e não migrantes da região, os primeiros apresentaram uma proporção mais elevada (6,57%) de analfabetos que os outros chefes (5,50%).

Os chefes migrantes residentes na região com o 1º grau completo também registraram uma participação maior (11,59%) que os não migrantes (10,95%), embora o diferencial seja bastante reduzido. Considerando, comparativamente, os chefes com o 1º grau incompleto, a tendência torna-se diferenciada, com 43,08% de migrantes e 52,46% de não migrantes. Assim, em relação ao total do 1º grau (completo e incompleto), o grupo dos chefes de domicílios não migrantes apresentaram um percentual mais elevado.

De forma diversa, observando os dados referentes ao total do 2º grau (completo e incompleto), verifica-se uma participação maior de migrantes do que de não migrantes, 16,51% e 15,21% respectivamente, com o 2º grau completo, e 2,77% e 3,37% respectivamente, com o 2º grau incompleto.

Seguindo a mesma tendência, 18,15% dos chefes migrantes possuíam o 3º grau completo ou incompleto, enquanto 11,65% dos chefes não migrantes declararam o mesmo nível de escolaridade. E do mesmo modo, em relação à pós-graduação, os migrantes apresentaram um percentual mais elevado (1,33%) que os não migrantes (0,64%).(Tabela 51)

Tabela 51 - Distribuição relativa dos chefes de domicílio segundo a escolaridade e status migratório Região do Vale do Paraíba - 1993

Escolaridade	Chefes de domicílios		Total
	Migrantes	Não-migrantes	
Analfabeto	6,57	5,50	5,75
1o.gr.completo	11,59	10,95	11,10
1o.gr.incompleto	43,08	52,46	50,28
2o.gr.completo	16,51	15,21	15,52
2o.gr.incompleto	2,77	3,37	3,23
3o.gr.completo	14,34	8,05	9,51
3o.gr.incompleto	3,81	3,60	3,65
Pós-Graduação	1,33	0,64	0,80
S/ especificação	0,00	0,22	0,16
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: PRAD, 1993. FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP.

A região do Vale do Paraíba registrou percentuais mais elevados de chefes de domicílios com 2º e 3º graus (completo e incompleto) do que o total do Estado, assim como em relação ao conjunto das sedes regionais do interior paulista. Enquanto o Estado apresentou 15,43% de chefes com 2º grau e 10,52% com 3º grau, e as sedes 14,94% e 9,83% respectivamente, a região possuía 18,75% e 13,16% de chefes com os mesmos níveis de escolaridade.

Ocupação

A análise referente à ocupação dos chefes de domicílios residentes na região do Vale do Paraíba foi feita através da utilização de um agrupamento das diversas ocupações coletadas, realizado no âmbito da pesquisa (Jannuzzi, 1997), visando construir um critério para análise de segmentação sócioeconômica. Assim, resultou em cinco grupos ocupacionais: ocupações manuais não qualificadas, ocupações manuais qualificadas, ocupações não manuais não qualificadas, ocupações não manuais qualificadas, e ocupações não manuais altamente qualificadas²².

Dentre os grupos ocupacionais observados, a maior concentração de chefes de domicílios ocupados da região do Vale do Paraíba foi verificada nas ocupações manuais não qualificadas (30,16%); esse percentual, entretanto, ficou abaixo da média estadual (32,80%). Nesse grupo ocupacional, os chefes não migrantes apresentaram uma participação um pouco mais elevada (30,35%) que os migrantes (29,62%); assim como no grupo de ocupações manuais qualificadas (25% e 13,89% respectivamente), e não manuais não qualificadas (19,72% e 18,49% respectivamente).

²² Ocupações manuais não qualificadas correspondem àquelas ligadas a trabalhos domésticos, de baixa qualificação na construção civil, em atividades autônomas e na agropecuária em geral. As ocupações manuais qualificadas compreendem, em geral, as posições da indústria de transformação, e atividades ligadas a serviços pessoais. As ocupações não manuais não qualificadas envolvem sobretudo aquelas do comércio e prestação de serviços de baixa escolaridade. As ocupações não manuais qualificadas compreendem aquelas de cargo de gerência, professores de 1o.e 2o. graus, atividades técnicas de nível médio. As ocupações não manuais altamente qualificadas correspondem às ocupadas por técnicos de nível superior, em postos de direção, profissionais liberais. Nesta análise, foram excluídos os chefes de domicílios inativos. Na PRAD, chefes desocupados correspondem àqueles que, embora economicamente ativos, não tinham trabalho ou emprego no mês de referência da pesquisa.

Mas, em relação às ocupações mais qualificadas, os chefes migrantes registraram proporções mais altas que os não migrantes. Assim, 22,06% de migrantes e 16,02% de não migrantes trabalhavam em ocupações não manuais qualificadas, e 15,94% e 8,91% respectivamente, em ocupações não manuais altamente qualificadas. Essa tendência não acompanha o quadro geral verificado para o total do Estado, que apresentou percentuais mais elevados entre os chefes migrantes em grupos ocupacionais menos qualificados. (Tabela 52)

Tabela 52 - Distribuição relativa dos chefes de domicílio segundo grupos ocupacionais e status migratório Região do Vale do Paraíba - 1993

Grupos Ocupacionais	Chefes de domicílios		Total
	Migrantes	Não-migrantes	
Manual não qualificado	29,62	30,35	30,16
Manual qualificado	13,89	25,00	22,16
Não manual não qualificado	18,49	19,72	19,41
Não manual qualificado	22,06	16,02	17,56
Não manual mais qualificado	15,94	8,91	10,71
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: PRAD, 1993
FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP.

A região do Vale do Paraíba apresentou, por ocasião da pesquisa, 7,02% de chefes de domicílios desocupados, um percentual acima da média estadual que foi de 6,60%. Na comparação entre migrantes e não migrantes, a distribuição na região foi de 7,12% e 6,99% respectivamente, correspondendo à tendência registrada no total do Estado, mais migrantes desocupados (8,30%) do que não migrantes (6,12%).

Considerando a situação ocupacional do total da população amostrada com mais de 10 anos da região do Vale do Paraíba, a proporção de desocupados passa a 11,99%, a maior registrada dentre todas as regiões do Estado pesquisadas. (Tabela 53)

Tabela 53 - Distribuição relativa dos chefes de domicílio segundo situação ocupacional e status migratório
Região do Vale do Paraíba - 1993

Situação Ocupacional	Chefes de domicílios		Total
	Migrantes	Não-migrantes	
Ocupados	92,88	93,01	92,98
Desocupados	7,12	6,99	7,02
Total	100,00	100,00	100,00
Ativos	78,46	68,59	70,86
Inativos	21,54	31,41	29,14
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: PRAD, 1993

FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP.

Mais da metade dos chefes de domicílios residentes na região exerciam suas atividades ocupacionais como empregados, 49,55% do setor privado, e 14,41% do setor público e estatal. Dentre as demais posições, 19,78% dos chefes estavam na categoria de autônomos, 10,88% na de empregadores, 3,97% eram trabalhadores agrícolas, e 1,16%, trabalhadores domésticos.

Na comparação entre chefes migrantes e não migrantes, verificou-se maiores percentuais de migrantes nas posições de empregados do setor privado, autônomos independentes, e trabalhadores domésticos. Em contrapartida, os não migrantes tiveram participações mais elevadas como empregados do setor público e estatal, empregadores, e trabalhadores agrícolas. (Tabelas 54)

Tabela 54 - Distribuição relativa dos chefes de domicílios segundo status migratório e posição na ocupação
Região do Vale do Paraíba - 1993

Posição na ocupação	Chefes de domicílios		Total
	Migrantes	Não-migrantes	
Empregado do setor privado	51,43	48,89	49,55
Empregado do setor público	9,09	9,70	9,54
Empregado de empresa estatal	3,82	5,23	4,87
Autônomo dependente	1,86	2,74	2,51
Autônomo independente	21,73	15,72	17,27
Empregador	7,37	12,10	10,88
Trabalhador agrícola volante	0,00	0,67	0,49
Trabalhador agrícola permanente	1,89	3,56	3,13
Parceiro ou meeiro	0,00	0,47	0,35
Trabalhador doméstico assalariado	2,36	0,59	1,04
Trabalhador doméstico por conta própria	0,45	0,00	0,12
Sem remuneração	0,00	0,00	0,00
S/informação	0,00	0,33	0,25
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: PRAD, 1993

FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP.

Em 1993, o setor que mais concentrava as atividades ocupacionais da região era o de comércio e serviços, registrando 53,43% do total de chefes de domicílios ocupados. Nesse setor, observou-se uma participação maior de chefes migrantes (56,35%) do que não migrantes (52,41%). Inversamente, no setor industrial, a distribuição foi de 40,80% de migrantes e 42,08% de não migrantes; e na agricultura, apenas 1,89% e 5,35% respectivamente. (Tabela 55)

Tabela 55 - Distribuição relativa dos chefes de domicílios segundo status migratório e setor de atividade Região do Vale do Paraíba - 1993

Setor de Atividade	Chefes de domicílios		Total
	Migrantes	Não-migrantes	
Agricultura	1,89	5,35	4,46
Indústria	40,80	42,08	41,75
Comércio e Serviços	56,35	52,41	53,43
S/informação	0,96	0,16	0,36
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: PRAD, 1993
FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP.

Procurando resgatar alguns aspectos do perfil dos chefes de domicílios residentes na região do Vale do Paraíba, o que mais se destaca na comparação entre migrantes e não migrantes, é a disparidade existente entre os diferenciais encontrados para o total do Estado, e em alguns casos, para o conjunto das sedes regionais do interior, e a região estudada. Enquanto os dados, no conjunto estadual, indicaram características menos favoráveis aos migrantes, nessa região, parece haver uma tendência à melhores condições. Assim, os chefes migrantes da região apresentaram, em relação aos não migrantes, maiores proporções nos grupos pertencentes às classes A e B, à cor branca, além dos melhores níveis de escolaridade e ocupação. Isso não quer dizer que haja mais migrantes nessas condições do que naquelas menos favorecidas; a maior parte dos chefes de domicílios concentrou-se nos grupos sócioeconômicos mais baixos, com os menores graus de escolaridade, e em ocupações pouco qualificadas. Entretanto, quando se compara os grupos de migrantes e não migrantes, na parcela mais favorecida, os migrantes registraram percentuais mais elevados, indicando uma especificidade dessa região no contexto do Estado, de uma certa tendência a atrair um contingente com um maior grau de especialização.

4.3. Tendências Migratórias

Motivos da Migração

Através dos dados da PRAD, referentes aos motivos²³ das mudanças declarados pelos chefes migrantes residentes na região do Vale do Paraíba, foi possível identificar alguns elementos importantes interagindo na decisão de migrar, além da indicação de tendências da estrutura de escolha do migrante.

Observando os resultados relacionados aos motivos da última mudança, realizada entre 1980 e 1993, verificou-se que a grande maioria refere-se aos fatores profissionais e familiares, representando 41,59% e 25,42%, respectivamente, do total dos motivos declarados. Em relação ao conjunto do Estado, os dois motivos mantiveram-se um pouco acima da média estadual, que foi de 40,6% e 25,1% respectivamente. É importante ressaltar que os motivos relacionados à moradia, registrados na região, ficaram bem abaixo do resultado estadual. Para o total do Estado, esse motivo foi o terceiro mais importante, com 12,8%; enquanto na região, com 9,17%, tornou-se o quarto motivo em ordem de importância, atrás do motivo de conhecimento anterior do local (9,33%). Em seguida, apresentam-se na região, os motivos relacionados ao maior acesso à infra-estrutura e serviços (6,1%), e à segurança e qualidade de vida (3,85%), ambos um pouco acima da média estadual (4,7% e 3% respectivamente). (Tabela 56)

²³ O agrupamento dos motivos das mudanças dos chefes migrantes foi posterior à realização de uma listagem de todas as respostas surgidas. Foram considerados motivos profissionais aqueles relacionados à procura por um emprego melhor, ao desemprego, à transferências, à proximidade do trabalho, e à montagem de um negócio próprio. Em motivos familiares, considerou-se o fato da família já se encontrar no local de destino, casamento e problemas familiares (desentendimentos, divórcio). No motivo relacionado à moradia, foram considerados a aquisição de imóvel e o pagamento de aluguel mais baixo. O motivo de conhecimento anterior do local foi considerado pelo nascimento, residência anterior e passeio. Em infra-estrutura e serviços, considerou-se a facilidade de acesso aos equipamentos de saúde, transporte, saneamento, educação e comércio. No motivo de segurança e qualidade de vida, foram considerados fatores relacionados à maior tranquilidade, clima melhor, além de menores índices de violência, trânsito e poluição.

Tabela 56 - Distribuição relativa dos chefes migrantes segundo os motivos declarados para a última mudança Região do Vale do Paraíba - 1980/1993

Motivos	Chefes Migrantes
Profissionais	41,59
Familiares	25,42
Moradia	9,17
Conhecimento anterior do local	9,33
Acesso à infra-estrutura e serviços	6,10
Segurança e qualidade de vida	3,85
Custo de vida mais baixo	0,42
Outros	4,12
Total	100,00

Fonte: PRAD, 1993

FAPESP, NEPO-NESUR/UNICAMP, PUC/SP.

Considerando os motivos declarados e alguns intervalos de tempo durante o período estudado (1980-1993), quatro momentos foram selecionados a partir de variações da economia: entre 1980 e 1983, uma época de grave crise e estagnação da economia brasileira, devido às políticas de ajustamento à crise internacional do final da década anterior; entre 1984 e 1986, um período de crescimento, quando a economia se beneficiou da recuperação iniciada pelas exportações e pelos efeitos do Plano Cruzado; entre 1987 e 1989, período de estagnação econômica; e nova retração no início dos anos 90, com uma recuperação em 1993 (Negri e Pacheco, 1993).

De acordo com esses períodos, a última mudança dos chefes migrantes entrevistados ocorreu, principalmente, no início dos anos 90 (33,45%). No decorrer da década de 80, 13,23% dos migrantes mudaram entre 1980 e 1983, 23,63% o fizeram entre 1984 e 1986, e 29,69% realizaram a última mudança entre 1987 e 1989.(Tabela 57)

Tabela 57 - Distribuição relativa dos chefes migrantes segundo o período da última mudança Região do Vale do Paraíba - 1980/1993

Períodos	Chefes Migrantes
1980/83	13,23
1984/86	23,63
1987/89	29,69
1990/93	33,45
Total	100,00

Fonte: PRAD, 1993

FAPESP, NEPO-NESUR/UNICAMP, PUC/SP.

É interessante acompanhar o comportamento inverso dos dois principais motivos declarados pelos chefes migrantes para o último movimento migratório. Foram observadas oscilações dos motivos profissionais no decorrer do período, com maiores participações entre 1984 e 1986, e 1990 e 1993, atingindo 50% do total dos motivos declarados. De modo contrário, os motivos familiares tiveram percentuais mais altos no início e ao fim da década de 80 (entre 30% e 40%). Observa-se assim, na região, que houve uma certa tendência dos motivos profissionais ganharem maior importância nos momentos de recuperação econômica, enquanto os motivos familiares tiveram as maiores proporções nos períodos de crise e estagnação. (Tabela 58)

Tabela 58 - Distribuição relativa dos chefes migrantes segundo os motivos declarados e o período da última mudança
Região do Vale do Paraíba - 1980/1993

Motivos	Períodos			
	1980/83	1984/86	1987/89	1990/93
Profissionais	35,72	50,73	27,17	50,27
Familiares	40,23	16,46	32,26	19,81
Moradia	13,35	10,89	9,62	5,88
Conhecimento anterior do local	5,35	4,32	16,08	8,46
Acesso à infra-estrutura e serviços	0,00	11,49	6,91	3,99
Segurança e qualidade de vida	5,35	2,99	3,44	4,23
Custo de vida mais baixo	0,00	1,79	0,00	0,00
Outros	0,00	1,33	4,52	7,36
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: PRAD, 1993

FAPESP, NEPO-NESUR/UNICAMP, PUC/SP.

No decorrer do período estudado, observou-se, segundo a quantidade de migrações realizadas pelos chefes migrantes, um aumento na declaração de motivos profissionais, quando se considera mais de uma mudança, chegando a representar mais de 50% dos motivos que levaram à mais de um movimento migratório. Comparando-se, ainda, a distribuição relativa dos motivos declarados para a última mudança com a declaração para todos os movimentos, os motivos profissionais aumentam sua participação de 41,59% para 46,19%, respectivamente. Esses dados reforçam, de certa forma, as hipóteses que indicam que os migrantes com melhores oportunidades têm mais chances de permanecer no local de destino, e os outros são levados a uma nova migração, apontando para uma seletividade no processo migratório (Martine, 1980).

Os motivos familiares, ao contrário, apresentaram uma queda, quando considerados mais de um movimento migratório, passando de 31,35% em uma mudança, para 20,86% em duas, e 13,12% em três ou mais mudanças. (Tabela 59)

Tabela 59 - Distribuição relativa dos chefes migrantes segundo os motivos declarados para as mudanças e a quantidade de movimentos migratórios
Região do Vale do Paraíba - 1980/1993

Motivos	Chefes Migrantes com:			Total
	Uma mudança	Duas mudanças	Três e + mudanças	
Profissionais	35,73	59,01	51,65	46,19
Familiares	31,35	20,86	13,12	22,84
Moradia	10,32	4,95	12,33	9,86
Conhecimento anterior do local	7,45	3,17	16,93	9,79
Acesso à infra-estrutura e serviços	6,44	4,95	2,11	4,63
Segurança e qualidade de vida	5,58	0,00	1,32	2,92
Custo de vida mais baixo	0,61	2,11	0,00	0,72
Outros	2,51	4,95	2,54	3,04
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: PRAD, 1993
FAPESP, NEPO-NESUR/UNICAMP, PUC/SP.

Trajetórias Migratórias

A grande maioria dos chefes migrantes residentes no Vale do Paraíba, segundo os dados da PRAD, nasceram no próprio Estado de São Paulo (82,36 %). Em seguida, com menores participações, vêm os Estados de Minas Gerais (9,29%), Rio de Janeiro (2,11%) e Paraná (1,88%). (Tabela 60)

Tabela 60 - Chefes migrantes residentes na região do Vale do Paraíba segundo o local de nascimento
Estado de São Paulo - 1993

UFs	%
São Paulo	82,36
Minas Gerais	9,29
Rio de Janeiro	2,11
Paraná	1,88
Sergipe	1,46
Mato Grosso	1,26
R. Grande do Norte	0,70
Goiás	0,63
R. Grande do Sul	0,31
Total	100,00

Fonte: PRAD, 1993
FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP

Mais da metade desses migrantes realizaram apenas uma mudança entre 1980 e 1993 (69,19%); um percentual acima da média estadual, que foi de 61,8%. Somente 16,97% fizeram duas mudanças, e 13,85% mudaram três vezes ou mais.(Tabela 61)

Tabela 61 - Chefes migrantes residentes na região do Vale do Paraíba segundo o número de mudanças Estado de São Paulo - 1993

No. de mudanças	%
Uma	69,19
Duas	16,97
Três	6,89
Quatro	2,89
Cinco	2,04
Seis e +	2,03
Total	100,00

Fonte: PRAD, 1993
 FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP

A maior parte dos movimentos migratórios observados foi do tipo intra-estadual, principalmente na própria região do Vale do Paraíba, e em direção à RM de São Paulo.

Entre os chefes migrantes que fizeram uma mudança, 80,61% nasceram no Estado de São Paulo. Em 1980, 32,24% deles estavam na RM de São Paulo, 16,57% na região Sudeste (exceto SP), e 15,19% no Vale do Paraíba; o restante distribuiu-se em outras regiões do Brasil e do Estado de São Paulo em percentuais abaixo de 7%. Os migrantes que nasceram em Minas Gerais (11,5%) dirigiram-se, principalmente, para as mesmas regiões que aqueles que nasceram em São Paulo, encontrando-se, em 1980, 55,86% na RM de São Paulo, e o mesmo percentual de 17,66% na região Sudeste (exceto SP) e no Vale do Paraíba. (Tabela 62)

Tabela 62 - Trajetórias Migratórias dos chefes migrantes residentes na região do Vale do Paraíba Estado de São Paulo - 1980/1993

Chefes migrantes que fizeram uma mudança

UF de Nascimento	1980	%	1993
São Paulo 80,61%	Regiões do Brasil		Vale do Paraíba
	Norte	1,26	
	Nordeste	4,99	
	Centro-Oeste	1,26	
	Sudeste (exc. SP)	16,57	
	Sul	3,78	
	Regiões do Est. de SP		
	Bauru	1,26	
	Campinas	3,65	
	Presidente Prudente	1,26	
	RM de São Paulo	32,24	
	Ribeirão Preto	0,56	
	Santos	4,08	
	S.J. do Rio Preto	3,78	
	Sorocaba	2,52	
	Vale do Paraíba	15,19	
	S/ Especificação	7,61	
	Total	100,00	
	Minas Gerais 11,50%	Região Nordeste	
Reg. Sudeste (exc. SP)		17,66	
RM de São Paulo		55,86	
Vale do Paraíba		17,66	
Total		100,00	
Rio de Janeiro 2,03%	Presidente Prudente	50,00	Vale do Paraíba
	RM de São Paulo	50,00	
	Total	100,00	
Sergipe 2,11%	RM de São Paulo	50,00	Vale do Paraíba
	Vale do Paraíba	50,00	
	Total	100,00	
R. Grande do Norte 1,01%	RM de São Paulo	100,00	Vale do Paraíba
Paraná 0,91%	SP sem especific.	100,00	Vale do Paraíba
Mato Grosso 0,91%	Sudeste (exceto SP)	100,00	Vale do Paraíba
Goiás 0,91%	Vale do Paraíba	100,00	Vale do Paraíba

Fonte: PRAD, 1993

Os migrantes que fizeram duas mudanças e nasceram no Estado de São Paulo (82,87%) residiam, em 1980, principalmente, no Vale do Paraíba (57,24%), seguido das regiões Sudeste (exceto SP, 20,38%) e Sul (10,19%), da RM de São Paulo (4,99%) e da região de Bauru (2,21%). A primeira mudança ocorreu, para a maioria deles, na própria região do Vale (28,87%), na região Sudeste (exceto SP, 17,59%) e na RM de São Paulo (15,18%).

Os migrantes, com nascimento nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso, apresentaram trajetórias predominantemente internas ao Vale do Paraíba. (Tabela 63)

Tabela 63 - Trajetórias Migratórias dos chefes migrantes residentes na região do Vale do Paraíba Estado de São Paulo - 1980/1993

Chefes migrantes que fizeram duas mudanças

UF de Nascimento	1980	%	1.a.mudança	%	1993
São Paulo 82,87%	Vale do Paraíba	57,24	Regiões do Brasil		Vale do Paraíba
			Centro-Oeste	4,99	
			Sudeste (exc. SP)	2,21	
			Regiões do Est.de SP		
			Campinas	2,99	
			RM de São Paulo	10,19	
			S.J. do Rio Preto	4,99	
			Sorocaba	4,99	
			Vale do Paraíba	18,89	
			S/Especificação	2,99	
			Total	57,24	
	Reg. Sudeste (exc. SP)	20,38	Reg.Sudeste (exc. SP)	15,38	Vale do Paraíba
			RM de S. Paulo	4,99	
			Total	20,38	
	Região Sul	10,19	Região Norte	5,20	Vale do Paraíba
			Região Sul	4,99	
			Total	10,19	
	RM de São Paulo	4,99	Vale do Paraíba	4,99	Vale do Paraíba
	S/ Especificação	4,99	Vale do Paraíba	4,99	Vale do Paraíba
	Bauru	2,21	Campinas	2,21	Vale do Paraíba
	Total	100,00	Total	100,00	
Rio de Janeiro 4,14%	Vale do Paraíba	100,00	Campinas	100,00	Vale do Paraíba
Minas Gerais 3,72%	Vale do Paraíba	100,00	Vale do Paraíba	100,00	Vale do Paraíba
Paraná 3,72%	Vale do Paraíba	100,00	Vale do Paraíba	100,00	Vale do Paraíba
Mato Grosso 3,72%	Vale do Paraíba	100,00	SP s/especif.	100,00	Vale do Paraíba
R.Grande do Sul 1,83%	RM de S. Paulo	100,00	Sudeste (exc. SP)	100,00	Vale do Paraíba

Fonte: PRAD, 1993

FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP

A trajetória mais comum entre os migrantes com três mudanças foi a de nascimento no Estado de São Paulo, residência na RM de São Paulo em 1980, primeira mudança para a região Sudeste, segunda e terceira mudanças no Vale do Paraíba. Esse movimento representou 22,41% das trajetórias dos migrantes com nascimento no Estado de São Paulo. É interessante observar que no caso dos migrantes que nasceram no Paraná, outras regiões do interior do Estado de São Paulo (Campinas e Sorocaba) foram incluídas em suas

trajetórias. Observando a segunda mudança dos migrantes que realizaram três movimentos, verificou-se que 50,22% a fizeram na própria região do Vale do Paraíba.(Tabela 64)

Tabela 64 - Trajetórias Migratórias dos chefes migrantes residentes na região do Vale do Paraíba Estado de São Paulo - 1980/1993

Chefes migrantes que fizeram três mudanças

UF de Nascimento	1980	%	1a.mudança	%	2a.mudança	%	1993
São Paulo 95,49%	RM de S.Paulo	33,61	Sudeste (exc.SP)	22,41	Vale do Paraíba	22,41	Vale do Paraíba
			Bauru	11,20	Região Norte	11,20	
			Total	33,61	Total	33,61	
	Sudeste (exc.SP)	27,36	Sudeste (exc.SP)	11,20	Sudeste (exc.SP)	11,20	Vale do Paraíba
			Vale do Paraíba	4,95	Vale do Paraíba	4,95	
			Campinas	11,20	Vale do Paraíba	11,20	
			Total	27,36	Total	27,36	
Vale do Paraíba	11,66	Vale do Paraíba	4,95	Vale do Paraíba	11,66	Vale do Paraíba	
		RM de S.Paulo	6,70				
		Total	11,66				
Bauru	11,20	Bauru	11,20	Bauru	11,20	Vale do Paraíba	
Região Sul	11,20	Região Sul	11,20	Região Sul	11,20	Vale do Paraíba	
Região Nordeste	4,95	Sorocaba	4,95	Região Nordeste	4,95	Vale do Paraíba	
Total	100,00	Total	100,00	Total	100,00		
Paraná	Sorocaba	100,00	Campinas	100,00	Sorocaba	100,00	Vale do Paraíba
4,51%							

Fonte: PRAD, 1993

FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP

Entre os migrantes que fizeram quatro ou mais mudanças, as trajetórias apresentaram características semelhantes em relação aos diversos movimentos sucessivos entre os locais de origem e destino, ou seja, idas e vindas, envolvendo principalmente mudanças internas no Vale do Paraíba, a RM de São Paulo, e outras regiões do interior do Estado.(Tabelas 65,66 e 67)

Tabela 65 - Trajetórias Migratórias dos chefes migrantes residentes na região do Vale do Paraíba
Estado de São Paulo - 1980/1993

Chefes migrantes que fizeram quatro mudanças

UF de Nascimento	1980	%	1a.mudança	%	2a.mudança	%	3a.mudança	%	1993
São Paulo 89,27%	Vale do Paraíba	55,46	Vale do Paraíba Campinas	28,28 27,18	Vale do Paraíba	55,46	Vale do Paraíba RM de S. Paulo	28,28 27,18	Vale do Paraíba
			Total	55,46			Total	55,46	
	Reg.Sudeste (exc.SP)	28,28	Outro País	28,28	Reg.Sudeste (exc.SP)	28,28	Reg.Sudeste (exc.SP)	28,28	Vale do Paraíba
	Nordeste	16,26	Campinas	16,26	Vale do Paraíba	16,26	SP s/especif.	16,26	Vale do Paraíba
	Total	100,00	Total	100,00	Total	100,00	Total	100,00	
Paraná 10,73%	RM de S. Paulo	100,00	Campinas	100,00	Campinas	100,00	Região Sul	100,00	Vale do Paraíba

Fonte: PRAD, 1993

FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP

Tabela 66 - Trajetórias Migratórias dos chefes migrantes residentes na região do Vale do Paraíba Estado de São Paulo - 1980/1993
 Chefes migrantes que fizeram cinco mudanças

UF de Nascimento	1980	%	1a. mudança	%	2a. mudança	%	3a. mudança	%	4a. mudança	%	1993
São Paulo 100,00%	Região Sul	34,50	Centro-Oeste	34,50	Outro País	34,50	Ribeirão Preto	34,50	Bauru	34,50	Vale do Paraíba
	S/Specific.	34,50	Vale do Paraíba	34,50							
	RM de S. Paulo	31,00	RM de S. Paulo	31,00	Vale do Paraíba	31,00	Vale do Paraíba	31,00	RM de S. Paulo	31,00	
	Total	100,00	Total	100,00	Total	100,00	Total	100,00	Total	100,00	

Fonte: PRAD, 1993
 FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP

Tabela 67 - Trajetórias Migratórias dos chefes migrantes residentes na região do Vale do Paraíba Estado de São Paulo - 1980/1993
 Chefes migrantes que fizeram seis ou mais mudanças

UF de Nascimento	1980	%	1a. mudança	%	2a. mudança	%	3a. mudança	%	4a. mudança	%	5a. mudança	%	1993
São Paulo 65,33%	Vale do Paraíba	53,07	Campinas	53,07	Vale do Paraíba	53,067	Santos	53,07	Santos	53,07	RM de S. Paulo	53,07	Vale do Paraíba
	Nordeste	23,47	RM de S. Paulo	23,47	Nordeste	23,47	RM de S. Paulo	23,47	Ribeirão Preto	23,47	Ribeirão Preto	23,47	
	Centro-Oeste	23,47	Sudeste (exc. SP)	23,47	Vale do Paraíba	23,466	Vale do Paraíba	23,47	Outro País	23,47	Sudeste (exc. S. P)	23,466	
	Total	100,00	Total	100,00	Total	100,00	Total	100,00	Total	100,00	Total	100,00	
Minas Gerais	Vale do Paraíba	100,00	Sudeste (exc. SP)	100,00	Vale do Paraíba	100,00	RM de S. Paulo	100,00	Vale do Paraíba	100,00	Vale do Paraíba	100,00	Vale do Paraíba

Fonte: PRAD, 1993
 FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP

De acordo com os dados referentes ao número de mudanças e residência anterior, observou-se que conforme o maior número de mudanças, aumentaram as trocas internas na região do Vale do Paraíba. Assim, enquanto 16,24% dos migrantes que fizeram uma mudança, tiveram como residência anterior a própria região; 31,37% dos que realizaram dois movimentos, e 38,16% com três ou mais mudanças, apresentaram como último movimento o intra-regional. A região parece configurar-se, portanto, na principal opção do migrante num grande número de mudanças.

A região metropolitana de São Paulo, apesar de apresentar um elevado índice de trocas com o Vale do Paraíba, registrou em relação à residência anterior, percentuais reduzidos em mais de um movimento migratório. Dessa forma, 35,5% dos migrantes com uma mudança moravam anteriormente na região metropolitana; e somente 12,58% dos que fizeram duas mudanças e 14,71% com três ou mais, residiam nessa mesma região. (Tabela 68)

Tabela 68 - Chefes migrantes residentes na região do Vale do Paraíba segundo o local de residência anterior e o número de mudanças
Estado de São Paulo - 1993

Regiões do Brasil	1 mudança	2 mudanças	3 e + mudanças
Norte	1,02	4,31	5,07
Nordeste	5,04	0	2,24
Centro-Oeste	1,02	4,14	0
Sudeste (exceto SP)	16,30	16,41	12,59
Sul	3,04	4,14	7,32
Regiões do Est.de SP			
Bauru	1,02	0	12,39
Campinas	2,94	8,44	0
Presidente Prudente	2,03	0	0
RM de São Paulo	35,5	12,58	14,71
Ribeirão Preto	0,45	0	2,24
Santos	3,29	0	0
S.José do Rio Preto	3,04	4,14	0
Sorocaba	2,03	4,14	2,24
Vale do Paraíba	16,24	31,37	38,16
Sem Especificação	7,04	6,19	3,04
Outro País	0	4,14	0
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: PRAD, 1993

FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP

Entretanto, ao se observar o total de migrantes, sem considerar o número de movimentos, a RM de São Paulo apresentou o maior percentual (28,73%) como local de residência anterior, seguida do Vale do Paraíba (21,85%) e da região Sudeste (exceto a UF de SP, 15,81%).(Tabela 69)

Tabela 69 - Chefes migrantes residentes na região do Vale do Paraíba segundo o local de residência anterior Estado de São Paulo - 1993

Regiões do Brasil	%
Norte	2,13
Nordeste	3,80
Centro-Oeste	1,40
Sudeste (exceto SP)	15,81
Sul	3,82
Regiões do Est.de SP	
Bauru	2,42
Campinas	3,47
Presidente Prudente	1,40
RM de São Paulo	28,73
Ribeirão Preto	0,62
Santos	2,28
S.José do Rio Preto	2,81
Sorocaba	2,42
Vale do Paraíba	21,85
Sem Especificação	6,34
Outro País	0,70
Total	100,00

Fonte: PRAD, 1993

FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP

Apesar dos dados da PRAD não se destinarem a dimensionar o volume populacional dos fluxos migratórios como o Censo Demográfico, devido ao seu alcance amostral, percebe-se que as tendências em relação aos principais movimentos encontrados na região foram captadas, como a importância dos deslocamentos no interior da própria região, e o fluxo estabelecido entre a região e a RM de São Paulo. Além disso, as informações da PRAD acrescentaram relevantes aspectos e variações dos deslocamentos de acordo o número de mudanças realizado pelos migrantes residentes na região do Vale do Paraíba.

Movimentos intra-municipais

Durante a década de 80, marcada pela consolidação da tendência de movimentos do tipo urbano-urbano, algumas regiões do interior paulista ainda assistiram, embora em níveis muito baixos, deslocamentos de população do meio rural para o urbano. Embora se tenha clareza que essas transferências populacionais marcaram as décadas de 50, 60 e parte da de 70, resultando no intenso processo de urbanização do Estado, torna-se relevante indicar tendências sobre a importância de tais movimentos, ainda que no âmbito intra-municipal, nos anos 80.

Através da PRAD foi possível detectar que apenas 1,63% dos chefes de domicílio residentes nas sedes regionais do Vale do Paraíba realizaram algum tipo de movimento intra-municipal. Dentre as regiões do interior pesquisadas, esse foi um dos mais baixos percentuais encontrados, ficando as maiores proporções por conta das áreas menos urbanizadas. Do total dos deslocamentos intra-municipais da região, 80,32% teve origem em áreas rurais com destino à áreas urbanas; destaca-se que o movimento em sentido oposto, urbano-rural, foi realizado somente por chefes não migrantes. (Tabela 70)

Tabela 70 - Distribuição relativa dos chefes de domicílios segundo status migratório e movimentos intra-municipais (última mudança)
Região do Vale do Paraíba - 1993

Movimentos intra-municipais	Chefes de domicílios		Total
	Migrantes	Não-migrantes	
Campo-Cidade	100,00	75,50	80,32
Cidade-Campo	0,00	24,50	19,68
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: PRAD, 1993

FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP.

Movimentos Pendulares

Outra modalidade de deslocamento espacial da população, os movimentos pendulares²⁴, que nos anos 70 já ganhavam importância, foram certamente intensificados durante a década de 80. A dinâmica econômico-populacional das distintas regiões do interior paulista vem

²⁴ O movimento pendular refere-se ao deslocamento diário do município de residência para o município em que se trabalha.

norteando a consolidação de novas formas de redistribuição e de organização espacial da população, e os dados sobre deslocamentos pendulares refletem a maior integração regional de determinadas áreas. Um exemplo disso é que, na PRAD, as regiões metropolitanas apresentaram os maiores percentuais de movimentos pendulares. Por outro lado, deve-se considerar que o desenho da amostra nas regiões do interior contemplou somente as sedes regionais, e no caso das áreas metropolitanas, todos os municípios foram incluídos. Portanto, dado que a predominância do movimento pendular ocorre da periferia para o núcleo, este movimento não foi totalmente captado em suas múltiplas formas nas regiões do interior. Mas é possível identificar as regiões onde a pendularidade da população constitui um elemento importante para o planejamento urbano e regional (Baeninger, 1995).

Na região do Vale do Paraíba, segundo os dados da PRAD, o movimento pendular era realizado, em 1993, por aproximadamente 12% da população amostrada, e 15% dos chefes de domicílios. Foram registradas maiores proporções pelos chefes migrantes (19%) do que não migrantes (13%).

Intenção de Migrar

Dentre os chefes de domicílios residentes na região do Vale do Paraíba, apenas 6,04% declararam intenção de migrar, sendo que os chefes migrantes registraram maior participação. Enquanto dentre os primeiros, 10,23% declararam ter planos de mudar, dentre os chefes não migrantes, 4,77% o fizeram. (Tabela 71)

**Tabela 71 - Distribuição relativa dos chefes de domicílios segundo status migratório e intenção de mudar
Região do Vale do Paraíba - 1993**

Planos de mudar	Chefes de domicílios		Total
	Migrantes	Não-migrantes	
Sim	10,23	4,77	6,04
Não	89,77	95,23	93,96
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: PRAD, 1993

FAPESP, NESUR-NEPO/UNICAMP, PUC/SP.

Percebe-se, assim, que os chefes de domicílio apresentaram, em 1993, uma reduzida propensão a mudar de município, acompanhando a tendência geral observada para todo o Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como citado anteriormente, a região do Vale do Paraíba experimentou, já no século passado, momentos de expressivo crescimento populacional e econômico, em função da expansão do café escravista. A queda desta atividade agrícola, na região, trouxe novas feições à área, marcada pela decadência de suas tradicionais cidades.

Depois de passar por um longo período de baixo desenvolvimento econômico e demográfico, a inauguração da via Dutra, na década de 50, intensificou a localização privilegiada da região na articulação dos principais centros metropolitanos do país, constituindo-se em um espaço estratégico para a expansão do setor industrial, além de influenciar significativamente a aceleração do processo de urbanização dos municípios situados nesse eixo. Observa-se que apenas alguns municípios da região apresentaram um grande desenvolvimento industrial, em especial, aqueles localizados próximos à RM de São Paulo e ao longo da via Dutra, enquanto os demais passaram por um processo de estagnação. Conseqüentemente, o crescimento populacional da região ocorreu de forma diferenciada, assim como o seu processo de industrialização, consolidado nos anos 70. Nesse período, o Interior do Estado de São Paulo beneficiou-se de um processo de desconcentração econômica e populacional da RM de São Paulo, dinamizando várias regiões, e configurando novas tendências de redistribuição espacial da população para o Estado como um todo.

Na região do Vale do Paraíba, em especial, os municípios situados ao longo da via Dutra, constituíram-se em um dos eixos de desconcentração industrial da RM de São Paulo. A ocupação industrial levou alguns municípios, como São José dos Campos, Jacareí, Caçapava e Taubaté a atingirem elevados graus de urbanização e a responderem por expressiva parcela do contingente populacional da área, formando, atualmente, um dos maiores aglomerados urbanos do Estado de São Paulo.

O município de São José dos Campos destaca-se como o núcleo urbano e econômico mais dinâmico, centralizando a maior parte dos movimentos migratórios. Sua configuração como principal centro urbano do Vale do Paraíba foi decorrente do

crescimento industrial iniciado em 1950. Nesse sentido, ao herdar uma influência restrita do passado cafeeiro na formação de sua rede urbana, seu processo de urbanização caracteriza-se pelo desenvolvimento recente.

A importância do crescimento da atividade industrial em São José dos Campos, marcado pela instalação de grandes empresas às margens da via Dutra, expressa-se na própria configuração física da rede urbana da cidade, que segue basicamente o eixo da rodovia. A expansão desse tipo de ocupação do espaço urbano reflete as características de adensamento e articulação dos principais municípios da região, situados ao longo da estrada, com um processo crescente de conurbação territorial.

Conforme Pacheco (1992), "as articulações que se estabelecem entre as cidades situam-se além da conurbação física imediata. Na realidade, são reflexo da natureza da indústria que se localiza na via Dutra. Mas, curiosamente, não determinam por si um processo de metropolização. Ao contrário, as sedes municipais mantêm um conjunto relativamente independente de atividades. E, além do mais, o núcleo central de São José dos Campos, preso a uma base econômica eminentemente industrial, ainda não diferenciou seu terciário, a ponto de centralizar definitivamente os estímulos urbanos da economia do Vale do Paraíba." (p. 211)

As inter-relações estabelecidas entre os centros e sub-centros regionais puderam ser melhor compreendidas, no presente estudo, pela observação de diversos movimentos populacionais no período 1981/91, além de indicar a inserção diferenciada de cada município na dinâmica urbana e migratória regional. Verificou-se, assim, a existência de contrastes entre os municípios, refletidos nas suas diferentes taxas de crescimento populacional, e nos diferenciados níveis de urbanização. Em geral, aqueles situados fora do eixo da via Dutra apresentaram reduzidos contingentes populacionais, menores graus de urbanização, e baixa absorção de migrantes ou mesmo perda de população.

A dinâmica populacional das cidades da região foi enfatizada pelo comportamento diferenciado, de acordo com a faixa de tamanho da população. Assim, os pequenos municípios (até 20 mil habitantes) apresentaram o menor ritmo de crescimento, destacando-se que as taxas mais elevadas no período 1980/91, voltaram a cair entre

1991/96, devido ao acentuado saldo migratório negativo dos últimos cinco anos, colocando em questão a tendência anterior de uma certa recuperação populacional.

Já os municípios que possuíam entre 20 e 50 mil habitantes registraram o comportamento mais singular da região, como os únicos a apresentarem um aumento da participação do componente migratório em seu crescimento; diferentemente dos municípios com uma população mais elevada, que caracterizaram-se pela acentuada perda de importância da migração no crescimento.

Em relação às regiões que compõem a RA de São José dos Campos, observou-se que as RGs de Taubaté e São José dos Campos formam o eixo econômico e populacional mais dinâmico da região do Vale do Paraíba. Entretanto, essa última destaca-se ainda mais, pela maior concentração industrial e maior volume de população; e apesar das taxas de crescimento populacional declinantes, apresentou um aumento de sua participação na população estadual e regional, além do maior volume total de imigrantes da RA, nas décadas de 70 e 80.

A RG de Caraguatatuba também vem configurando-se como uma área de crescente dinamismo, diferenciado das demais regiões, pelo elevado ritmo de crescimento populacional, e pelo aumento da participação do componente migratório em seu crescimento.

As RGs de Guaratinguetá e Cruzeiro formam a área menos dinâmica, registrando os menores graus de urbanização, reduzidas taxas de crescimento, e saldos migratórios negativos.

De um modo geral, o comportamento populacional interno de cada região foi enfatizado tanto pela abordagem da divisão entre sedes regionais e municípios do entorno, quanto pela análise mais detalhada por municípios. Vale destacar, aqui, na dinâmica mais geral, observada pelo ritmo de crescimento dos núcleos e do entorno, que em todo o período (1970/96), o total das sedes manteve um ritmo de crescimento acima do entorno, embora o diferencial tenha diminuído. Tal tendência foi certamente influenciada pelo comportamento da RG de São José dos Campos, que no mesmo período, apresentou

taxas maiores em seu município-sede. Além disso, seu entorno registrou, entre 1991/96, um saldo migratório negativo, bastante vinculado aos saldos de Jacarei e Caçapava.

A análise dos deslocamentos populacionais da região do Vale do Paraíba permitiu aprofundar o conhecimento das relações estabelecidas entre os municípios de cada RG, entre as RGs do Vale e as demais RGs do Estado, e entre as RGs e outros Estados.

Assim, de um modo geral, na análise dos fluxos migratórios intra-regionais, vale resgatar que as sedes regionais receberam mais população do que perderam (exceto Taubaté), constituindo-se no principal local de destino dos fluxos de emigrantes intra-regionais. As RGs de São José dos Campos e Taubaté apresentaram os maiores volumes desse tipo de movimento, caracterizando-se, assim, pelo acentuado dinamismo interno.

As RGs que compõem a RA de São José dos Campos apresentaram um grande volume de trocas no interior da própria RA, evidenciando uma interligação, em que a RG de São José dos Campos caracterizou-se como a maior receptora dos fluxos estabelecidos entre essas RGs. O maior fluxo de imigrantes, entretanto, para todas as RGs, foi proveniente da RM de São Paulo, revelando, em certa medida, que o Vale do Paraíba continuou beneficiando-se do processo de desconcentração populacional iniciado nos anos 70.

A RG de São José dos Campos também destacou-se pela maior recepção de fluxos migratórios oriundos de outros estados, caracterizando-se, assim, como a região mais importante na absorção dos mais significativos contingentes populacionais de todo o Vale do Paraíba.

O estudo da dinâmica migratória regional foi acompanhado pela exploração de informações qualitativas referentes à motivações e trajetórias de chefes de domicílios migrantes residentes na região do Vale do Paraíba. Tais dados, obtidos em levantamento de campo amostral (PRAD), permitiram uma ampliação do enfoque, até então voltado à dimensionar o volume e a direção dos deslocamentos populacionais.

Desse modo, as trajetórias migratórias analisadas indicaram a importância dos movimentos realizados, principalmente, na própria região do Vale do Paraíba, e com a RM de São Paulo, sendo que as trajetórias mais longas foram marcadas por diversos

movimentos sucessivos entre os locais de origem e destino. As trajetórias envolvendo um grande número de mudanças foram pequenas, já que mais da metade dos migrantes amostrados na região realizou apenas uma mudança.

Considerando os motivos da migração declarados pelos chefes migrantes residentes na região, observou-se que a grande maioria referiu-se a aspectos profissionais e familiares. Entretanto, vale destacar que mais da metade das razões para migrar diziam respeito a tipos de motivos não relacionados ao emprego. No atual contexto de distribuição espacial da população, marcado por movimentos migratórios diversos, outras dimensões, além da econômica, passam a ter um significativo papel na decisão de migrar, tornando mais complexas as explicações e análises das migrações.

Atualmente, os clássicos estudos sobre os fatores de expulsão ou de atração de uma determinada localidade, na análise dos movimentos migratórios, parecem não mais comportar sozinhos as explicações dos deslocamentos populacionais. Em décadas anteriores, foram utilizados para a análise dos deslocamentos massivos, em que a maioria das pessoas migrava por razões econômicas, tornando central a relação entre migração e pobreza. Mais recentemente, as questões ligadas às migrações vêm adquirindo maior complexidade, na medida em que os movimentos e o perfil dos migrantes se diversificam.

Nesse sentido, os movimentos pendulares, caracterizados como um tipo de mobilidade intra-urbana, intensos em áreas de maior concentração populacional, tornam-se uma dimensão importante a ser considerada na dinâmica urbana regional, como também para a decisão de migrar.

A diversidade de elementos presentes no espaço urbano, que vêm permeando e diferenciando os movimentos migratórios, apontam para a participação de migrantes distintos nesses deslocamentos. Daí a importância das indicações, aqui realizadas, sobre o perfil de chefes de domicílio migrantes residentes na área do Vale do Paraíba. E com a comparação com o grupo de não-migrantes, através de algumas características selecionadas, procurou-se observar especificidades e diferenciais entre os dois grupos, destacando-se a disparidade existente entre os resultados encontrados para o total do Estado, e em alguns casos, para o conjunto das sedes regionais do Interior, e a região

estudada. Enquanto os dados, no conjunto estadual, indicaram características menos favoráveis aos migrantes, nessa região, parece haver uma tendência à melhores condições. Os chefes migrantes apresentaram, em relação aos não migrantes, maiores proporções nos grupos pertencentes às classes A e B, à cor branca, melhores níveis de escolaridade e ocupação.

Tais dados apontam para indícios de um movimento migratório seletivo específico e diferenciado em direção a essa região. Algumas questões podem ser levantadas num esforço de compreender o sentido fornecido por esses dados. Um dos aspectos a serem considerados refere-se ao fato do principal município da região caracterizar-se pela concentração de empresas de base tecnológica, além de institutos de pesquisa e ensino, estimulando a formação de um pólo tecnológico.

A formação institucional da Fundação PóloVale, assim como nos casos dos municípios de Campinas e São Carlos (também considerados pólos tecnológicos no Interior do Estado), ainda que diferenciada em cada área, está relacionada à difusão da 3ª. revolução industrial, combinada com condições favoráveis de infra-estrutura, criando impactos sobre a reordenação da dinâmica industrial regional (Cano, 1994). Pode-se indagar, nesse contexto, sobre o impacto dessa concentração espacial de tecnologia no processo migratório dessas áreas, pela possibilidade de se constituírem em áreas de atração de mão de obra especializada. Nesse sentido, o processo de reestruturação produtiva, com mudanças nas formas de inserção no mercado de trabalho, torna-se também um dos elementos fundamentais para o entendimento da configuração espacial da migração e da urbanização, e das inter-relações entre as dinâmicas regionais.

Assim, ressalta-se a discussão sobre a emergência de novos sistemas de produção marcados por modificações nos processos e mercados de trabalho, que de um modo global, vêm ocorrendo desde as últimas duas décadas, e caminham no sentido de uma alteração do rígido regime fordista para sistemas mais flexíveis, através de inovações técnicas e organizacionais. Segundo Harvey (1993), pode-se falar num regime de "acumulação flexível", que vem reestruturando o mercado de trabalho, com regimes e contratos mais flexíveis em função da grande quantidade de mão-de-obra excedente e do

enfraquecimento do poder sindical. Assim, há uma "aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado" (p. 143). E nesse sentido, o capitalismo está criando uma nova força de trabalho, com uma nítida diminuição do trabalho manual, combinada com esta tendência de uso de "trabalhadores flexíveis", e com o crescente processo de terceirização do trabalho. Este último vem revelar também mudanças na organização industrial, permitindo a subcontratação organizada de serviços especializados.

O estudo sobre os deslocamentos populacionais ocorridos na região do Vale do Paraíba suscitou tais questões, envolvendo a relação entre o perfil do migrante e a área de destino. A compreensão de tal aspecto necessita de um maior aprofundamento sobre a questão da seletividade migratória, assim como a busca de elementos que permitam visualizar as formas de acomodação econômica adotadas pelos municípios, o que se constitui num provável desdobramento da presente dissertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDUNATE, A. "Algumas reflexões sobre as relações entre industrialização e reprodução da população: o caso de São José dos Campos" In: **Série Estudos de População da Pesquisa Nacional de Reprodução Humana**. São Paulo, CEBRAP. 1978.

ANTICO, C. e LEAL, J.L. "Região de Governo de São José dos Campos" In: **Textos NEPO n.26**. Núcleo de Estudos de População, UNICAMP, Campinas, 1993.

ANTICO, C. "Por que migrar?" In: PATARRA, N.L., BAENINGER, R., BÓGUS, L.M.M., JANUZZI, P. (coord.). **Migração, Condições de Vida e Dinâmica Urbana**. (no prelo) 1997.

AZZONI, C.R. "Á Lógica da Dispersão da Indústria no Estado de São Paulo" In: **Estudos Económicos**. FIPE, 16, 1986

BANINGER, R., BÓGUS, L.M.M., MONTALI, L. "Processos Migratórios no Estado de São Paulo: Resultados de Pesquisa" In: **Anais VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP**. v.1, Caxambu, 1990.

BAENINGER, R. "Homogeneização de Tendências Populacionais em São Paulo: O Papel dos Pólos Regionais no Processo de Urbanização e de Redistribuição Espacial da População" In: **Anais IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP**. v.1, Caxambu, 1994.

BAENINGER, R. "Redistribuição Espacial da População: Características e Tendências do Caso Brasileiro" In: **Documentos Docentes**. CELADE, Santiago de Chile, 1996.

BAENINGER, R. **Espaço e Tempo em Campinas: Migrantes e a Expansão do pólo industrial paulista**. Coleção Campiniana, Centro de Memória, UNICAMP, Campinas, 1996 (a).

BAENINGER, R. "Deslocamentos Populacionais, Urbanização e Regionalização" (mimeo), **I Encontro Nacional sobre Migração**. ABEP/GT Migração, IPARDES, Curitiba, 1997.

BAENINGER, R. "Movimentos Migratórios em São Paulo: a consolidação dos pólos regionais no Interior Paulista" In: PATARRA, N.L., BAENINGER, R., BÓGUS, L.M.M., JANUZZI, P. (coord.). **Migração, Condições de Vida e Dinâmica Urbana: São Paulo 1980-1993**. UNICAMP, 1997, (no prelo).

BALÁN, J. "Migrações e Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio de Interpretação Histórico-Comparativa" In: **Estudos CEBRAP**. n.5, São Paulo, 1973.

BERQUÓ, E. "Algumas considerações sobre a dinâmica populacional de São José dos Campos" In: **Série Estudos de População da Pesquisa Nacional de Reprodução Humana**, São Paulo, CEBRAP, 1978.

BÓGUS, L.M.M. **Vila do Encontro: a cidade chega à periferia**. Cadernos de Estudos e Pesquisas, PRODEUR 4, FAU-USP-FUPAM, São Paulo, 1981.

BÓGUS, L.M.M. e TASCHNER, S.P. "Mobilidade Espacial da População Brasileira: Aspectos e Tendências". In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. ABEP, vol.3, n.2, São Paulo, 1986.

BÓGUS, L.M.M. e BAENINGER, R. "Migração Interna no Estado de São Paulo: regionalização econômica e redistribuição populacional" In: **Conjuntura Demográfica**. F. SEADE, São Paulo, 1990.

BÓGUS, L.M.M. "Condições de Vida e Acesso a Serviços no contexto das Metrôpoles Paulistas" In: PATARRA, N.L., BAENINGER, R., BÓGUS, L.M.M., JANUZZI, P. (coord.). **Migração, Condições de Vida e Dinâmica Urbana: São Paulo 1980-1993**. UNICAMP, 1997, (no prelo).

CAIADO, A.S.C. "Metrôpoles, Cidades Médias e Pequenos Municípios Paulistas: estudo comparado da qualidade de vida e dinâmica sócio-espacial" In: PATARRA, N.L., BAENINGER, R., BÓGUS, L.M.M., JANUZZI, P. (coord.). **Migração, Condições de Vida e Dinâmica Urbana: São Paulo 1980-1993**. UNICAMP, 1997, (no prelo).

CAMARGO, A.B.M., ORTIZ, L.P. "Região do Vale do Paraíba: Mudanças recentes em uma área de povoamento antigo. In: **Análise Demográfica Regional**. F.SEADE, São Paulo, 1985.

CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial no Estado de São Paulo**. 2a. ed. São Paulo, Difel, 1977.

CANO, W. **O Processo de Interiorização da Indústria Paulista - 1920/1980**. Coleção Economia Paulista, F.SEADE, São Paulo, 1988.

CANO, W. (coord.) **Projeto A Nova Realidade da Indústria Paulista: Subsídios para a Política de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo**. Conv. F.SEADE/FECAMP, 1994.

CANO, W. "Concentração e Desconcentração Econômica Regional no Brasil: 1970/95" In: **Revista Economia e Sociedade**. (8), jun, Campinas, 1997.

CARDOSO, F.H. "População e Crescimento Econômico: Notas sobre a estrutura sócio-econômica de São José dos Campos" In: **Série Estudos de População da Pesquisa Nacional de Reprodução Humana**, São Paulo, CEBRAP, 1978.

CARVALHO, J.A.M., MACHADO, C.C. "Quesitos sobre Migrações no Censo Demográfico de 1991" In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. ABEP, Campinas, v.9, n.1, jan/jul, 1992.

CUNHA, J.M.P. "A Migração nas RAs do Estado de São Paulo segundo o Censo de 1980" In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. ABEP, Campinas, v.4, n.2, jul/dez, 1987.

CUNHA, J.M.P., RODRIGUES, I. "Processos Migratórios: uma perspectiva regional" In: **Revista São Paulo em Perspectiva**. F.SEADE, São Paulo, vol.3, n.3, 1989.

CUNHA, J.M.P. **Mobilidade Espacial e Expansão Urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1994.

DINIZ, C.C. **Dinâmica Regional da Indústria no Brasil: Início de Desconcentração, Risco de Concentração**. Tese de Prof. Titular, Departamento de Ciências Econômicas, UFMG, Belo Horizonte, 1991.

ELIAS, C.M.C. **Migração no Interior do Estado de São Paulo: Região de Governo de São José dos Campos**. Relatório de Bolsista de Aperfeiçoamento (CNPq). São Paulo, F.SEADE, jul. 1991 (mimeo).

FARIA, V. "Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Emprego: a experiência brasileira nos últimos 30 anos" In: **Sociedade e Política no Brasil Pós 64**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

FARIA, V. "Cinquenta Anos de Urbanização no Brasil" In: **Novos Estudos CEBRAP**. n.29, São Paulo, 1991.

FUNDAÇÃO SEADE. **Migração no Estado de São Paulo**. Informe Demográfico 23, São Paulo, 1990.

FUNDAÇÃO SEADE/SEPLAN. **São Paulo no Limiar do Século XXI**. São Paulo, 1992.

FUNDAÇÃO SEADE. **O Novo Retrato de São Paulo**. São Paulo, 1993.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo, Edusp, 1993.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Ed. Loyola, 2a. edição, 1989.

IBGE. **Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991**. Rio de Janeiro.

IBGE. **Contagem Populacional de 1996**. Rio de Janeiro, 1997.

JANNUZZI, P. **A Importância das Variáveis Sócio-Demográficas no Estudo do Comportamento do Consumidor: uma contribuição empírica a partir da análise de pesquisa de orçamento familiar**. Trabalho apresentado na XXI ENANPAD, Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração, Angra dos Reis, 1997.

LAMOUNIER, B. "Industrialização, Imigração e Comportamento Reprodutivo: Notas para um modelo de uma situação de mudança" In: **Série Estudos de População da Pesquisa Nacional de Reprodução Humana**, São Paulo, CEBRAP, 1978.

LOPES, J.R.B. "Desenvolvimento e Migrações: Uma Abordagem Histórico-Estrutural" In: **Estudos CEBRAP**. n.6, São Paulo, 1973.

LOPES, J.R.B. e PATARRA, N.L. "Redistribuição regional e rural-urbana da população brasileira" In: **Cadernos CEBRAP** n.20, 1975.

MARTINE, G. "Adaptação dos Migrantes ou Sobrevivência dos Mais Fortes?" In: MOURA, H.M. (coord.) **Migrações Internas: Textos Selecionados**. Fortaleza, BNB, 1980.

MARTINE, G., CAMARGO, J.L. "Crescimento e Distribuição da População Brasileira: tendências recentes" In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. ABEP, Campinas, v.1, n.3, 1984.

MARTINE, G. Migração e Metropolização. **Revista São Paulo em Perspectiva**. F.SEADE, São Paulo, 1987.

MARTINE, G. "A Natureza e os Impactos das Políticas Públicas sobre a Distribuição Espacial da População no Brasil" In: **Revista São Paulo em Perspectiva**. F.SEADE, São Paulo, 1989.

MARTINE, G. "As Migrações de Origem Rural no Brasil: uma perspectiva histórica" In: **ABEP, História e População**. São Paulo, ABEP, 1990.

MARTINE, G. "Processos Recentes de Concentração e Desconcentração Urbana no Brasil: determinantes e implicações" In: **Documento de Trabalho 11**. Brasília, Instituto Sociedade, População e Natureza, 1992.

MARTINE, G. "A Redistribuição Espacial da População Brasileira durante a Década de 80". **Texto para discussão 329**, IPEA, Brasília, 1994.

NEGRI, B. **Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990)**. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 1994.

NEGRI, B., PACHECO, C.A. "Mudança Tecnológica e Desenvolvimento Regional nos Anos 90: da Interiorização do Desenvolvimento à Nova Dimensão Espacial da Indústria Paulista" In: SUZIGAN, W. , COUTINHO, L. (coord.). **Projeto Desenvolvimento Tecnológico e Competitividade da Indústria Brasileira**. SCTDE/FECAMP/UNICAMP-IE, Campinas, 1993.

OLIVEIRA, O. e STERN, C. "Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos" In: MOURA, H.M. (coord.) **Migrações Internas: Textos Selecionados**. Fortaleza, BNB, 1980.

PACHECO, C.A. **Explosão Urbana Regional e Demandas Sociais no Estado de São Paulo 1970-1985: São José dos Campos**. Campinas: UNICAMP, jan. 1988 (mimeo).

PACHECO, C.A. "A Região Administrativa do Vale do Paraíba" In: **Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI: Cenários da Urbanização Paulista**. v.8, F. SEADE, São Paulo, 1992.

PACHECO, C.A. **A Questão Regional Brasileira pós 1980: desconcentração econômica nacional**. Tese de Doutorado, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 1996.

PATARRA, N.L. e BAENINGER, R. "Movimentos Migratórios: Novas Características, Novas Indagações" **III Encontro Nacional da ANPUR**. Águas de São Pedro, 1989.

PATARRA, N.L. (coord.) "Tendências Demográficas Recentes e Perspectivas para a Próxima Década" In: **Políticas Sociais no Brasil: avaliação e propostas para os anos 90**. FUNDAP, vol.11, São Paulo, 1991.

PATARRA, N.L. e BÓGUS, L.M.M. "Migração, Urbanização e Emprego no Estado de São Paulo: Balanço de Pesquisas Recentes - Texto Preliminar para Discussão" **VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP**. Brasília, 1992 (mimeo).

PATARRA, N.L. (coord.) **Série Migração em São Paulo**. Textos NEPO 24, 25, 26, 28, Núcleo de Estudos de População, UNICAMP, Campinas, 1993 e 1994.

PATARRA, N.L. (coord.) Projeto Temático **Migração, Emprego e Projeções Demográficas para o Estado de São Paulo: Pesquisa Regional por Amostra Domiciliar**. Relatório Final, NESUR/NEPO-UNICAMP, São Paulo, 1995.

PATARRA, N.L., PACHECO, C.A. "Movimentos Migratórios Anos 80: novos padrões?" In: PATARRA, N.L., BAENTINGER, R., BÓGUS, L.M.M., JANUZZI, P. (coord.). **Migração, Condições de Vida e Dinâmica Urbana: São Paulo 1980-1993**. UNICAMP, 1997, (no prelo).

SANTOS, M. **Por uma Economia Política da Cidade**. São Paulo, Ed.HUCITEC, 1994.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO-SEP/CAR. **Diagnóstico da 3a. Região Administrativa: Vale do Paraíba**. São Paulo: Secretaria de Economia e Planejamento-SEPLAN/CAR. jan, 1973.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO-SEP/CAR. **O Interior pelo Interior: Diagnóstico regional de São José dos Campos**. Coordenadoria de Ação Regional, São Paulo, 1991.

SINGER, P. "Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo" In: **Economia Política da Urbanização**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1973.

SINGER, P. "O Caráter Histórico das Migrações Internas no Brasil" In: **Economia Política da Urbanização**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1973(a).

TAPIA, J.R.B. "Os Pólos Tecnológicos no Estado de São Paulo: uma avaliação crítica" In: CANO, W. (coord.) **Projeto A Nova Realidade da Indústria Paulista: subsídios para a política de desenvolvimento regional do Estado de São Paulo**. F.SEADE/FECAMP, Campinas, 1993.

ANEXOS

1. PESQUISA DE CAMPO

A RG de São José dos Campos, situada no Vale do Paraíba, área extremo oriental do Estado de São Paulo, limita-se ao norte com o Estado de Minas Gerais, ao sul com a RG de Caraguatatuba, a leste com a RG de Bragança Paulista e a Região Metropolitana de São Paulo.

Recebendo a expansão industrial da Grande São Paulo, destaca-se pelo alto grau de desenvolvimento do seu setor secundário e terciário, além da presença em seu município-sede, de importantes institutos, que desenvolvem pesquisas no setor espacial, meteorológico e de sistemas bélicos, como o ITA (Instituto Técnico Aeroespacial), o IEA (Instituto de Estudos Avançados), o CTA (Centro Técnico Aeroespacial), e o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Além destes, que são vinculados a órgãos da administração federal, as grandes empresas da região também mantêm seus próprios centros de pesquisa técnico-científica, desenvolvendo projetos como a automação industrial.

Com relação ao setor primário, a maior contribuição para a economia regional se dá, principalmente, através da pecuária leiteira, presente em todos os municípios da RG. Desde a década de 70, vem ocorrendo com frequência, a substituição dos pastos pela atividade de reflorestamento, onde o plantio de eucaliptos vem ocupando grandes áreas, principalmente dos municípios de Jambeiro, Paraibuna e Santa Branca.

No que se refere à agricultura, o seu desenvolvimento é prejudicado pela topografia da região, situada nas proximidades das Serras do Mar e da Mantiqueira. Mas na várzea do rio Paraíba do Sul, o principal rio da região, há o cultivo significativo de arroz.

Com um grande potencial hídrico, a RG possui três represas situadas nos municípios de Igaratá, Paraibuna e Santa Branca, formadas pelos rios Jaguari, Paraibuna e Paraíba do Sul, respectivamente.

Possuindo um grande sistema viário regional, há facilidade na interligação tanto com outras regiões e Estados, como entre os seus próprios municípios. Suas principais rodovias são:

- BR-116: Rodovia Presidente Dutra (SP a RJ)
- SP-50: Rodovia Monteiro Lobato (São José dos Campos a Campos do Jordão, via Monteiro Lobato)
- SP-66: Estrada Velha Rio-São Paulo
- SP-65: Rodovia D. Pedro I (Jacareí a Campinas, via Igaratá)
- SP-77: Rodovia Nilo Máximo (Jacareí a Salesópolis, via Santa Branca)
- SP-88: Rodovia Pitas - Salesópolis (Paraibuna a Salesópolis)
- SP-99: Rodovia dos Tamoios (São José dos Campos a Caraguatatuba)
- SP-103: Rodovia João Amaral Gurgel (Caçapava a SP-99, via Jambeiro)

Atualmente, encontra-se em construção a Rodovia Carvalho Pinto (Guararema a Taubaté), além da duplicação da Rodovia D. Pedro I.

Desde que foi inaugurada, na década de 50, a Rodovia Presidente Dutra traçou um eixo normativo de desenvolvimento para os municípios que se encontram às suas margens. Na RG de São José dos Campos, esta rodovia atravessa os municípios de Jacareí, São José dos Campos e Caçapava, transformando-os em centros urbanos dinâmicos e polarizadores de região.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

De acordo com o Diagnóstico Regional da RG, publicado pelo antigo ERP (Escritório Regional do Planejamento) e atual ERI (Escritório Regional Integrado) em 1991, esta RG divide-se em 2 sub-regiões, que apresentam características econômicas, demográficas e sociais diferenciadas. A 1a delas, composta pelos municípios de São José dos Campos, Jacareí, Caçapava e Santa Branca, possui uma economia dinâmica e os maiores índices de crescimento da região. A 2a formada pelos municípios de Monteiro

Lobato, Igaratá, Jambuí e Paraibuna, é caracterizada, por uma economia pouco dinâmica baseada na pecuária leiteira, além de baixos indicadores de urbanização.

Esta composição evidencia a existência de núcleos polarizados e de núcleos polarizadores, hierarquizados em centros urbanos de 1ª ordem (São José dos Campos e Jacareí), centros urbanos de 2ª ordem (Santa Branca e Caçapava) e centros urbanos de 3ª ordem (Igaratá, Paraibuna, Jambuí e Monteiro Lobato). Tal hierarquia demonstra "uma relação de dependência entre os municípios desta RG", (L. T. assistente técnica de obras do ERI), sendo que os municípios de São José dos Campos e Jacareí polarizam os demais, por apresentarem um comércio mais sofisticado e diversificado, assim como lazer e prestação de serviços. Caçapava caracteriza-se como um município intermediário, que ainda busca muitos serviços tanto em São José dos Campos como em Taubaté, mas que apresenta uma boa infra-estrutura na área de saúde pública, o que leva a população de Jambuí a buscar ali este serviço. Os municípios de Monteiro Lobato, Paraibuna e Jambuí dependem de São José dos Campos e os municípios de Santa Branca e Igaratá de Jacareí. No caso de Igaratá, também há a procura de serviços em Santa Isabel, município situado na RMSP.

O grande peso no movimento migratório da RG de São José dos Campos está no deslocamento de sua própria população interna, já que os seus principais municípios são conurbados (São José dos Campos, Jacareí, e Caçapava), possuindo um sistema de transporte por ônibus circulares, intensificando o movimento pendular.

Baseada nesta configuração regional, é que foi realizada a escolha dos municípios a serem visitados durante o trabalho de campo. Foram realizadas entrevistas institucionais e domiciliares nos seguintes municípios: São José dos Campos, Jacareí e Caçapava, que se situam ao longo da via Dutra e representam os municípios mais desenvolvidos da região; além de Santa Branca, pela indicação de que vem sofrendo uma alteração em sua base econômica, nos últimos anos, tendendo a se industrializar; e Monteiro Lobato, situado no grupo de municípios que têm sua economia baseada no setor primário, apresentando porém, um certo aumento de população, apesar das projeções demográficas terem indicado o seu decréscimo.

Em anexo, encontra-se a relação das instituições entrevistadas.

Município de São José dos Campos

Município-sede da RG, São José dos Campos destaca-se no contexto regional, principalmente, pela presença de grandes indústrias nacionais e multinacionais e de importantes institutos de pesquisa técnico-científica em seu território, além de um alto desenvolvimento de seu setor terciário.

Seu parque industrial abriga grandes empresas de material elétrico-eletrônico e de comunicação, de transporte, químico, metalúrgico e mecânico, concentrando-se principalmente ao longo da via Dutra e na Região Sul do município. Suas principais indústrias São: Engesa, Petrobrás (refinaria), Embraer, Alpargatas, Kodak, General Motors, Ericsson, Jonhson e Jonhson, National-Panasonic, Philips, Hitachi, Bundy entre outras. Dentre elas, estão as mais importantes indústrias nacionais de material bélico, que atualmente passam por graves crises financeiras, atingindo diretamente a mão-de-obra empregada. Os exemplos são nacionalmente conhecidos como o caso da Avibrás e mais recentemente o da Embraer.

A preocupação com o destino destas grandes empresas, que vêm demitindo um alto contingente de trabalhadores, qualificados ou não, atravessa os mais variados setores da sociedade. Em diversas entrevistas institucionais realizadas, inclusive em municípios vizinhos, destacou-se a importância do impacto da situação recessiva do país nesta região, induzindo à revisão orçamentária, da produção e à drástica redução da mão-de-obra empregada, como consequência da retração do mercado consumidor. Em decorrência disto, o nível de desemprego é muito elevado, sendo estimado em 60.000 desempregados pelo Sindicato dos Metalúrgicos, em São José dos Campos, que não vê perspectivas, a curto prazo, de absorção de toda a mão-de-obra disponível no Vale do Paraíba.

Atingindo tanto os grandes como os pequenos salários das indústrias, esta crise de desemprego vem colocando na rua um alto contingente de mão-de-obra especializada, característica do parque industrial da região. Acredita-se que esta população esteja entrando no mercado de micro e pequenas empresas, já existentes em grande número

no município, com elevado grau de flutuação. Segundo informações fornecidas, a Prefeitura vem procurando incentivar tais empresas em todos os ramos da economia, através do lançamento de dois manuais para pequenas e médias empresas, pelo Fórum de Desenvolvimento (E.C. vereador PST; ERI).

De acordo com informações fornecidas pela Prefeitura Municipal, das 628 indústrias existentes em São José dos Campos em 1990, 405 caracterizavam-se como micro empresas, 178 como pequenas, 24 como médias e 21 como grandes.

O setor terciário, conseqüentemente, também vem sendo duramente atingido pela crise econômica, encontrando muitas dificuldades para a manutenção de seus negócios. Apesar disto, um grande empreendimento vem realizado no município; é a construção do Carrefour, situado entre Jacareí e São José dos Campos, ao longo da via Dutra e próximo ao Ciro Atacadista (cerealista). Esta construção vem absorvendo uma parcela de mão-de-obra da construção civil da região. Um outro supermercado também será inaugurado num shopping da cidade, o Si Supermercados, no espaço que era ocupado pela Loja Muricy.

Outro shopping do município é o Center Vale Shopping, localizado ao lado da via Dutra e inaugurado em 1987. Com grandes magazines como a Mesbla, Lojas Americanas, C&A e a lanchonete MacDonalds, exerce uma forte atração regional, sendo o segundo maior shopping center do Interior do Estado de São Paulo.

São José dos Campos tem um comércio varejista bastante diversificado, com uma grande quantidade de estabelecimentos, que atendem toda a região. O mesmo ocorre com o seu comércio atacadista, que atende todo o Vale do Paraíba e Litoral Norte, conforme cita o Diagnóstico Regional do ERI, apresentando estabelecimentos de grande porte como o já citado Ciro, o Makro, e o depósito Uemura no ramo da construção civil.

Segundo informações obtidas na Divisão de Pesquisa e Teoria (Secretaria de Planejamento Urbano), até 1990, a maioria da população trabalhava na indústria (35,36%), porém se juntarmos comércio e prestação de serviços, o índice será mais elevado. Deste pessoal ocupado nas indústrias, 25% residia em outro município, principalmente, Jacareí, Caçapava e Taubaté, demonstrando um índice significativo de migração pendular, devido a facilidade de comunicação entre tais municípios.

O grande crescimento populacional de São José dos Campos "se deu na década de 70, quando o município recebeu muitos migrantes. Esses migrantes antigos são pessoas vindas do sul de Minas Gerais, instalando-se com frequência no bairro de Santana, situado ao norte do município. Este é um bairro já bastante consolidado, habitado por uma população de classe média, não havendo muitos migrantes recentes.

"(...) eu morava em Taubaté e trabalhava em São José. Agora continuo trabalhando aqui na Petrobrás e moro aqui com a família da minha esposa. Eles são do sul de Minas,,," (M.S., eletricitista, migrante vindo de Taubaté)

O município de São José dos Campos vem crescendo em direção à região Sul, através de construções, nessa área, de conjuntos habitacionais.

"(...) como a população do município não aumentou tanto, supõe-se que haja uma mobilidade interna na cidade".(Divisão de Pesquisa e Teoria/Secretaria de Planejamento Urbano)

Entre eles, estão o conjunto Helmano Ferreira Veloso, o conjunto Ema (criados há mais de 10 anos), e mais recentemente o Campo dos Alemães; todos habitados por uma população de baixa renda.

O chamado Campo dos Alemães se constitui num grande bairro novo com um número de unidades habitacionais, que chegará a 7.000. Vem sendo construído através de um convênio entre Prefeitura e Governo do Estado. É composto por 3 conjuntos: o Campo dos Alemães, onde a família recebe o terreno e constrói a sua casa, de acordo com a planta fornecida pela Prefeitura; e os conjuntos D. Pedro I e D. Pedro II, onde a casa é entregue pronta com 2 cômodos, e depois o proprietário a amplia.

"(...) apesar de ser distante do centro da cidade, está localizado num setor onde existem muitas fábricas, comércio, serviços, assistência médica. Por isso, não se criou problemas bruscos em se levar a população para a periferia".(ERI/SEP).

Através das pesquisas domiciliares realizadas nos bairros, percebeu-se que os seus moradores apresentam baixa renda, tendo, geralmente, como procedência outros bairros do próprio município de São José dos Campos. Ou seja, há uma migração intra-urbana bastante acentuada.

"(...) até que enfim, eu acho que vou ter um teto." (M.I.M., migrante vindo do Paraná)

"(...) agora, eu mudei pra minha casa, agora eu gosto mais porque é minha casa" (I.M., migrante vindo de Paraibuna)

"(...) não dá pra gente morar sempre no que é dos outros, aqui pelo menos é meu." (B.F.S., migrante vindo de Campinas)

Nenhum dos entrevistados tem a intenção de sair do município de São José dos Campos.

Segundo informações obtidas na Câmara Municipal, São José dos Campos apresenta um déficit habitacional de 20.000 unidades residenciais. Verifica-se, com isso, um aumento da população favelada no município, constituída de pessoas sem qualificação profissional.

"Esta população é formada basicamente por migrantes, que vieram fomentados pela fama da cidade de ser uma cidade que oferece empregos". (Vereador da oposição)

De acordo com o Diagnóstico Regional do ERI, em 1988, havia 15 favelas em São José dos Campos com 1031 barracos, localizados tanto nas áreas centrais como nas periferias de grandes bairros.

"(...) a Prefeitura vem investindo muito pouco na infra-estrutura da cidade, havendo bairros inteiros sem serviço de esgoto, por exemplo." (Vereador da oposição)

Há, no entanto, posições diferenciadas sobre os investimentos realizados no município.

"(...) a Prefeitura fez um grande investimento na área social, construiu 7.000 casas no Campo dos Alemães (...) investimentos no anel viário da cidade, em escolas, saúde, saneamento básico, que é o mais importante hoje (...)" (Vereador da situação)

A administração municipal enfrenta hoje sérios problemas com habitação e emprego, sendo que ainda é bastante grande o volume populacional que chega ao município em busca de emprego e melhores condições de vida.

É basicamente esta população que é atendida pelo Sistema CETREN - Migrante (Centro de Triagem e Encaminhamento), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social de São José dos Campos. É composto por 3 unidades:

1) a Casa do Migrante, que se constitui num albergue, onde é fornecido alojamento e alimentação durante um determinado prazo (3 ou 4 dias, dependendo do caso), enquanto se procura um emprego. No caso de se conseguir um emprego sem alojamento, pode-se permanecer no albergue até o primeiro pagamento. São atendidos migrantes e munícipes carentes (considera-se munícipe a pessoa que possui 6 meses de residência); 2) CECOR (Centro de Convivência Rural): tem objetivo de atender usuários considerados "casos críticos", como alcoólatras e mendigos, que são encaminhados à chacara para um trabalho de reintegração à sociedade, através de atividades como fabricação de blocos, artesanato e horta, dentre outras; 3) COM (Centro de Orientação ao Migrante): funciona na Rodoviária do município e tem por objetivo atender aos migrantes que chegam a São José dos Campos, através de orientação e encaminhamento aos recursos de apoio fornecidos pela Prefeitura. Além disso, faz uma caracterização deste fluxo migratório, através de uma estatística mensal.

De acordo com dados fornecidos pelo CETREN, o número de atendimentos em 1990 foi maior do que em 1991, caindo de 400.220 pessoas para 227.400 pessoas. A maior parte das pessoas atendidas não têm a intenção de permanecer na cidade, devido a grande dificuldade em se encontrar um emprego. O prosseguimento da viagem se dá, na maioria das vezes, para outros municípios do interior do Estado de São Paulo, vindo em seguida a Capital. Estes dados coincidem com os dados relativos à procedência destes migrantes. Já com relação à naturalidade, verifica-se que a maior parte também é natural de outro município do interior do Estado de São Paulo, mas em seguida, vem a Região Norte/Nordeste, Minas Gerais, São Paulo-Capital e Rio de Janeiro. Acredita-se que grande parte destes migrantes esteja circulando pelo Estado de São Paulo; são as chamadas "pessoas em trânsito" ou "trecheiros". A maioria tem entre 18 e 30 anos, são do sexo masculino e estão em busca de emprego e moradia.

O Sistema CETREN - Migrante também mantém um serviço de auxílio na procura de empregos, mantendo contato com agências e encaminhando os usuários. Como a maioria destas pessoas não apresenta qualificação profissional, com frequência, encontra empregos no ramo da construção civil.

"(...) Onde tem construção civil e o preço é bom eu vou." (A.L., migrante vindo de Taubaté)

Com relação ao fornecimento de passagens, a pessoa que solicita precisa participar do Projeto Capina, que se constitui na limpeza de lotes, onde o dinheiro é revertido para aquisição da passagem; ou ainda, participar da fabricação de blocos do CECOR.

"(...) o Projeto Capina procura fazer com que a pessoa contribua e valorize a passagem que está ganhando. Mas muitas vezes, as pessoas se recusam a participar deste tipo de atividade."(CETREN)

"(...) eu vim prá qui pra mim ir prá São Paulo procurar os documentos que estão faltando pra mim (...) eles falaram pra eu trabalhar até o meio-dia que à tarde eles dão passagem pra gente (...) vou procurar arrumar serviço em São Paulo, se não der eu vou pra Campinas, ou então vou voltar pra São José de novo, mas serviço tá ruim em qualquer canto. " (E.A.M., migrante vindo de Ubatuba)

"(...) estes migrantes são muito discriminados pela sociedade, evidenciando um preconceito pela sua própria condição social." (CETREN)

Nas demais entrevistas realizadas em São José dos Campos, foi unânime a opinião de que o preconceito com relação aos migrantes residentes no município não existe. O motivo apresentado aponta basicamente para o fato de que a maioria da população é composta por pessoas vindas de outros municípios, o que facilita a aceitação.

Devido a este fator, foi ressaltada a falta de tradição e enraizamento das pessoas no município.

"(...) as raízes estão se formando agora, com os filhos destes migrantes mais antigos nascendo aqui (...) este fato dificulta a organização dos movimentos populares, cuja principal referência é o movimento sindical, principalmente o dos

metalúrgicos, onde se dá a luta econômica. Em termos de organização, (...) as coisas acontecem com muita dificuldade, porque o pessoal não se sente responsável pela cidade. (...) as pessoas aqui, no geral, têm um projeto pessoal, vêm para um determinado objetivo, que se é frustrado, vão embora (...) aqui a cidade é de ninguém. "(Vereador)

"(...) apesar da receptividade da população ser muito boa, o município não possui tradições, sua cultura ficou diluída".(Divisão de Pesquisa e teoria/Secretaria de Planejamento Urbano).

Nas entrevistas domiciliares realizadas, a maioria das pessoas apresentou a mesma opinião com relação à existência ou não de preconceito ao migrante residente no município.

"(...) eu acho que aqui é uma cidade que trata bem todo mundo." (G.A., operador, migrante vindo de Minas Gerais)

"(...) o pessoal de São José é muito pouco, a maior parte é migrante. Tanto é que chega nos finais de semana, a cidade fica vazia, porque o pessoal vai visitar os parentes em outros municípios, é de Minas, ou de outras cidades. Enfim, tem muita gente fora." (R.R.C., bancário, migrante vindo de Minas Gerais)

"(...) quase todo mundo que a gente conversa, um veio de Minas, outro do Paraná, outro veio do Ceará, Bahia (...) é difícil conversar com uma pessoa que diz: eu nasci aqui em São José, me criei e moro aqui até hoje." (M.I.M., migrante vindo do Paraná)

Cabe ainda mencionar que, no município de São José dos Campos, há uma importante estrutura voltada à pesquisa, montada pela Secretaria de Planejamento Urbano. A Divisão de Pesquisa e Teoria vem realizando pesquisas socio-econômicas desde 1972, com o objetivo de instrumentalizar o planejamento. A pesquisa de 1992, é a 10ª a ser realizada, contendo 60 perguntas que buscam traçar um perfil sócio-econômico das famílias residentes no município. Contêm dados que se referem ao sexo, faixa etária, grau de instrução, frequência escolar, local de nascimento, procedência, ocupação, renda familiar, transporte utilizado para ir à escola ou trabalho e tempo gasto, natureza da habitação, número de cômodos, número de famílias e pessoas residentes, água, luz, esgoto, situação

do domicílio, valor da prestação, bens, empregados, além da utilização de serviços médicos e odontológicos, abastecimento de hortifrutigrangeiros, mobilidade da família para compras e lazer, e quais seriam os melhoramentos considerados necessários para o bairro.

Para a realização da pesquisa, o município é dividido em 34 setores, aplicando-se o questionário em 5% dos domicílios ocupados. Desde 1983 não se obtém consentimento para a aplicação da pesquisa no CTA, sob a alegação de que o setor se constitui numa área de segurança.

Município de Jacareí

Assim como em São José dos Campos, a principal atividade econômica em Jacareí é a industrial, alocando a maior parte da mão de obra empregada no município. Abriga um importante parque industrial, que começou a ser instalado no final da década de 70, onde o principal ramo é o químico, além de outros como o setor metalúrgico, mecânico, têxtil e de produtos alimentares. Suas principais indústrias são: Brahma, Kaiser, Papel Simão, White Martins, Rhodia, Válvulas Schrader, dentre outras.

Cabe mencionar que a Fabrica de Papel Simão, de acordo com o Diagnóstico Regional do ERI, é a indústria que absorve a produção de madeira provenientes da atividade do reflorestamento dos municípios mais próximos de Jacareí, como Jambeiro, Paraibuna e Santa Branca.

Apesar da grave crise econômica que o país atravessa, Jacareí sedia alguns investimentos de iniciativa privada. Um deles é a ampliação das instalações de indústrias como a Brahma, Kaiser e Simão. Outro é o projeto de um grupo empresarial que prevê a instalação do Parque Industrial Arturville. Abrange uma área bastante extensa, entre as Rodovias Presidente Dutra e D.Pedro I, além de indústrias e armazéns, restaurantes, lojas, bancos etc., contando com o apoio da Prefeitura Municipal.

Mesmo obtendo este apoio, nas entrevistas realizadas, tanto na Secretaria de Planejamento Urbano como na de Bem-Estar Social, demonstrou-se uma certa preocupação com a implantação deste pólo industrial, no sentido da necessidade do acompanhamento de

uma infra-estrutura básica, já que se considera que atrairia um grande número de pessoas para o município. Atualmente, segundo informações obtidas em tais entrevistas, o município não comporta tal empreendimento, na medida em que possui déficit nas áreas básicas de habitação, saúde e educação.

"(...) não está fácil conseguir emprego no Vale do Paraíba. Pelo fato de ter muitas indústrias, o pessoal de outras regiões vem para cá, só que aqui não tem emprego também. Saiu um boato aqui na TV que o prefeito de Jacareí ia fazer uma concentração de indústria aqui, eu esqueci até o nome do empreendimento que eles iam fazer. E ele estava pedindo pelo amor de Deus para ninguém vir para cá, porque na TV eles falaram e já estava vindo gente do interior do Nordeste. O povo ficou sabendo disso e já estava vindo embora só por causa dessa idéia de transferir essas indústrias. Isto não era um empreendimento, era somente uma idéia e estava atraindo muita gente que vem em busca de emprego. " (M.C.S., migrante vindo do Paraná)

Além deste investimento, vale ressaltar ainda a construção da Rodovia Carvalho Pinto, a duplicação da Rodovia D.Pedro I, assim como o projeto da Rodovia do Sol (ligação ao Porto de São Sebastião), indicando perspectivas e tendências de crescimento do município.

Com relação ao perímetro urbano, a Secretaria de Planejamento indica que o crescimento vem se dando em direção à Região Metropolitana de São Paulo, além da gradativa ocupação dos chamados "vazios urbanos" espalhados pela cidade.

(...) há muitos espaços vazios no município, que são propriedades particulares, transformando-se em áreas caras nas mãos de especuladores (...) Em direção a São José dos Campos, a área já se apresenta ocupada, com grande presença de pequenos prédios com 4 andares, habitados por classe média, além das indústrias instaladas ao longo da Dutra. " (Secretaria de Planejamento Urbano)

A via Dutra permite a fácil comunicação entre os dois principais municípios da RG, indicando constantes trocas de serviços e um significativo índice de migração pendular. Essa ligação é realizada por uma linha de ônibus que circula em intervalos regulares e em reduzido espaço de tempo.

Alguns serviços, como atendimento mais específico na área de saúde, lazer, ou estudo universitário, ainda são procurados em São José dos Campos. No caso da educação, Jacareí apresenta duas faculdades, administração de empresas e pedagogia, sendo que outros cursos são realizados em Mogi das Cruzes, Taubaté, São José dos Campos e São Paulo.

Ja com relação ao comércio, Jacareí conta com a presença de grandes lojas e magazines na área central da cidade, que se instalaram em período recente, no final da década de 80. Há ainda um projeto para a construção de um shopping center na mesma região (o município não possui).

De acordo com a Secretaria de Planejamento, o município não apresenta muitas favelas, mas diversas e crescentes construções irregulares em locais de relevo acidentado, na beira dos rios e em áreas verdes invadidas.

Esta população de baixa renda é atendida pela Secretaria do Bem-Estar Social, onde há um serviço de atendimento ao migrante, estruturado de forma semelhante a São José dos Campos. De acordo com Departamento de Promoção Social, recentemente, a Prefeitura assumiu o albergue do município, que era mantido por uma entidade particular. Assim como em São José dos Campos, há um prazo para permanência e um setor que procura auxiliar na colocação profissional. Há, em média, 300 colocações por mês, sendo a maioria na construção civil, alimentada pelas obras rodoviárias, que vêm sendo realizadas no município. Porém, a procura está bem acima das ofertas de emprego.

Para o fornecimento de passagens, o Projeto Capina também já foi experimentado em Jacareí, dando interessantes resultados, e brevemente, será retomado.

"(...) a questão das 'pessoas em trânsito' é um problema sério, já que a circulação na região é uma maneira de sobrevivência; a pessoa sai de um albergue, onde conseguiu alimentação por dois dias, e vai para outro" (Secretaria de Bem Estar Social).

Os dados relativos à naturalidade, procedência, sexo, faixa etária desta população também são semelhantes aos apresentados em São José dos Campos. Vale ressaltar que grande parte é natural da Região Norte/Nordeste e do Interior do Estado de São Paulo; e com relação à procedência, a maioria vem do Interior do Estado.

São atendidas em média, de 2500 a 3000 pessoas por mês, entre migrantes e munícipes carentes (considera-se munícipe a pessoa que tenha fixado residência no município).

Há ainda o serviço de ronda, realizado por uma agente comunitária e a guarda municipal, que abordam pessoas abandonadas nas ruas, levando-as para o Departamento, onde é realizada a triagem e o posterior encaminhamento. Através deste serviço, da Campanha "não dê esmola" e da Central de Arrecadação e Distribuição de Doações percebeu-se que o problema de mendigos e crianças de rua diminuiu no município. Isto porque antes da campanha, sabia-se que vinham muitas pessoas de cidades vizinhas organizadas, usando mulheres e crianças para pedirem esmolas no município. Fato este comum aos municípios de São José dos Campos e Caçapava, onde a campanha também foi realizada.

Desta forma, percebe-se que estas cidades vizinhas procuram manter níveis semelhantes de atendimento, de acordo com o porte de cada uma, promovendo, inclusive, encontros para tratar dessas questões. O 1o Encontro Regional do Fluxo Migratório ocorreu em Taubaté em 1990, o 2o em São José dos Campos em 1991 e o 3o será em Jacareí ainda em 1992.

Quanto a questão sobre a existência de preconceito com relação aos migrantes residentes no município, as informações obtidas não divergem das de São José dos Campos. Ou seja, o preconceito existe em relação ao grupo social e não à origem, já que grande parte da população é composta por migrantes.

Município de Caçapava

Situada entre São José dos Campos e Taubaté, dois importantes pólos industriais, Caçapava também vem se desenvolvendo industrialmente, desde a metade da década de 70, abrigando pequenas e médias empresas.

O município de Caçapava é tido como um pólo vidreiro, devido a presença de importantes indústrias no setor, como a Pró-vidro (atual Blindex 4), a Cebrace -

Companhia Brasileira de Cristais e a Santa Lúcia Cristais Blindex, que alocam juntas o maior volume de mão-de-obra da cidade. Outras importantes indústrias são: Nestlé, Antarctica, Mafersa e Fuji Film.

Apesar da prefeitura incentivar a instalação de novas indústrias, recentemente nenhuma se instalou; provavelmente como reflexo da situação econômica do país. Este incentivo se dá através de isenção de impostos e taxas, dependendo do investimento no município, além de auxílio na terraplanagem do local de instalação com a aprovação da Câmara.

Outra importante atividade econômica do município é a agropecuária, mais especificamente a produção leiteira e de arroz. A cidade possui grandes produtores com fazendas-modelo de leite B, com ordenha mecânica e um circuito fechado para coleta e armazenamento de leite B sem contato manual. A produção vai para a Cooperativa (COOPER) de São José dos Campos. Além do arroz, há também o cultivo da batata e cana de açúcar em menor escala.

Caçapava apresenta um comércio razoável com a presença de algumas grandes lojas.

"(...) a população mantém o hábito de comprar em São José dos Campos e Taubaté, talvez porque muitos trabalhem fora da cidade. Esses municípios vizinhos possuem indústrias de grande porte, que absorvem mão-de-obra de Caçapava" (Assessoria de Comunicação Social).

Este fato expressa o significativo movimento pendular da região, pois devido a proximidade e a facilidade na locomoção a mudança do local de residência não se justifica.

Apesar disto, os agentes institucionais não caracterizam o município como cidade-dormitório, *"(...) porque há várias empresas locais absorvendo sua própria mão de obra. "*

Acredita-se que a migração para Caçapava, nos anos 80, não tenha sido significativa, já que o município não apresentou um elevado aumento de população. Grande parte do movimento migratório para o município se dá em função da presença do Sexto Regimento de Infantaria e a Décima Segunda Brigada de Infantaria, que trazem, todo ano,

oficiais e soldados havendo muita rotatividade. Esses militares compõem a maior parte dos migrantes da cidade, inserindo-se na comunidade militar que é bastante integrada ao município, não sofrendo nenhum tipo de preconceito (Assessoria de Comunicação Social).

"(...) vim prá São Paulo em 1982, depois em 84 servi o Exército em Caçapava, e aí quis seguir carreira (...) agora, moro lá no Galo Branco, que fica em São José, mas é mais perto daqui (...)" (P.A.R., migrante vindo do município de São Paulo)

Com relação à expansão do perímetro urbano, as informações obtidas indicam que o município de Caçapava vem crescendo em direção a São José dos Campos como também a Taubaté, diminuindo sua zona rural.

"(...) as cidades do Vale estão se encontrando" (Assessoria de Comunicação Social).

Em relação aos municípios vizinhos, Caçapava possui uma boa infraestrutura na área de saúde pública, *"atendendo satisfatoriamente sua população e a de cidades próximas"*. De acordo com o cadastramento do Hospital Municipal, há uma média de 100 a 115 pessoas por mês, vindas de outro município, buscando atendimento médico. O município de Jambuí, por exemplo, atravessou uma fase sem atendimento, buscando auxílio em Caçapava.

"A Câmara Municipal de Jambuí, inclusive, fez uma moção de aplauso à Prefeitura de Caçapava em agradecimento pelo atendimento a seus moradores. Bairros mais afastados da área central de São José dos Campos e mais próximos à Caçapava, como o distrito de Eugênio de Mello e o residencial Galo Branco também procuram atendimento no sistema de saúde de Caçapava. Assim como outros municípios, como Taubaté e Jacareí, pois algumas especialidades do SUDS só são encontradas em Caçapava". (Assessoria de Comunicação Social)

Na área de educação, Caçapava possui apenas até o curso de 2º grau. Os cursos universitários, normalmente, são realizados em Taubaté ou São José dos Campos.

Na área de habitação, Caçapava apresenta um déficit de cerca de 1.500 casas. O problema habitacional do município refere-se a existência de mais de 30

loteamentos clandestinos, situados próximos à Mantiqueira e em direção a Jambeiro. Por serem clandestinos, estes loteamentos não possuem serviços de água, luz ou esgoto.

"(...) o município de Caçapava não possui favelas, apenas alguns poucos cortiços em pontos diversos da cidade." (Assessoria de Comunicação Social)

Porém, a Secretaria de Promoção Social indica os núcleos habitacionais nos loteamentos clandestinos como formadores de núcleos favelados, por se encontrarem numa "situação indigna".

A Secretaria de Promoção Social do município de Caçapava elaborou um projeto no ano de 1991, com o objetivo de iniciar um trabalho de controle sobre a questão do migrante itinerante e do morador de rua. Este projeto encontrou algumas dificuldades para sua implementação, no que diz respeito ao fornecimento da infra-estrutura básica pelo poder público.

A Prefeitura não dispõe de um albergue próprio, o existente no município pertence a uma entidade religiosa, que cedeu este espaço para o trabalho e a Prefeitura entrou com uma assistente social, com o objetivo de traçar o perfil dos usuários e encaminhá-los. Este trabalho, porém, ficou incompleto, devido às dificuldades encontradas com relação às regras de funcionamento do albergue, como seu horário por exemplo, das 18:00h às 16:00h, incompatível com o da assistente social.

Algumas experiências vistas em São José dos Campos, Jacareí e Taubaté foram realizadas no município, como o Projeto Capina em conjunto com o Departamento de Obras.

Há também o fornecimento de passes para Taubaté e São José dos Campos. Existe uma carta de intenções entre os municípios do Vale do Paraíba, para que haja a doação de passes para as cidades mais próximas, pois, na maioria dos atendimentos, as pessoas vêm em busca de passagens. Há, em média, de 100 a 120 pessoas atendidas por mês, vindas geralmente de municípios vizinhos, de Minas Gerais, da Região Norte/Nordeste e de São Paulo.

Esta população é alvo de muitos preconceitos.

"(...) são marginalizados, são tratados como vadios, pedintes. Até autoridades dizem que é desnecessário gastar com estas pessoas, porque não são produtivas".(Secretaria de Promoção Social)

Ja com relação aos migrantes residentes no município, a Prefeitura Municipal afirma que o preconceito não existe, *"(...) a cidade é hospitaleira, apesar de possuir muitas famílias tradicionais."*

Município de Santa Branca

O município de Santa Branca ainda tem como principal atividade econômica a agropecuária mas é a atividade industrial que aloca a maior parte de sua mão-de-obra, apresentando tendências de desenvolvimento, de acordo com informações obtidas junto a Prefeitura. Suas principais indústrias são, Inbrac (condutores elétricos) e Fogos Caramuru, as duas de porte médio.

A Prefeitura Municipal oferece incentivo fiscal na instalação de novas indústrias no município. O tempo de isenção de impostos varia de acordo com o tamanho da indústria, faturamento, área de ocupação e número de empregados. Segundo I.R. (departamento de Engenharia), Santa Branca não possui muitas áreas para serem ocupadas por indústrias, procurando desenvolver um mini parque industrial.

Para isso, houve a criação de um distrito industrial, onde, em fase inicial, irão se instalar três indústrias : Equipage Industria e Comércio de Equipamentos e Acessórios para Autos, Mixing Química e Comercial, e Feeder Industrial Ltda, que deverão gerar, aproximadamente, 800 novos empregos no município.

Outro fator que tende a contribuir para o desenvolvimento do município é a construção da Rodovia Carvalho Pinto, facilitando o acesso à cidade e o escoamento de sua produção.

Com relação à atividade agropecuária, assim como nos demais municípios, destaca-se a pecuária leiteira, sendo um produto tradicional de Santa Branca.

O município abriga, também, uma série de chácaras e sítios pertencentes a não residentes, mas que para lá se deslocam nos finais de semana. A opção de lazer de Santa Branca fica por conta de sua Represa, onde a pesca é bastante praticada, já que há um grande volume de água, por se tratar de uma represa controladora. Mas de acordo com o Diagnóstico Regional do ERI, as represas da RG carecem de infra-estrutura turística pública de apoio para sua utilização.

A atividade de reflorestamento no município, vem ocorrendo em algumas fazendas, que vêm sendo arrendadas. Em época de plantio ou de corte de eucaliptos, as empresas recrutam trabalhadores e mantêm um acampamento na área. Observa-se que este é um trabalho temporário, realizado por empreiteiras. E como a população não dispõe de mão-de-obra suficiente para este trabalho, há muitos trabalhadores provenientes de outros municípios da região do Vale do Paraíba. Segundo informações obtidas na Prefeitura, esta atividade não traz consequências para o município, uma vez que a mão-de-obra empregada permanece em seu próprio acampamento.

Há indícios de que não há migração significativa para Santa Branca, de acordo com a Prefeitura.

"(...) tem mais gente da cidade fora, do que de fora em Santa Branca. Muita gente foi embora por falta de opção de trabalho. (Fundo Social de Solidariedade)

Apesar disto, acredita-se que esta tendência venha se revertendo, nos últimos anos, devido a perspectiva de industrialização do município.

As grandes indústrias dos municípios vizinhos, principalmente Jacareí e São José dos Campos, alocam parte da mão-de-obra de Santa Branca, indicando a existência de migração pendular.

"(...) Por causa da profissão, já mudei muito de cidade e já morei aqui em 1987 quando estava na Avibrás (...) fui para São José para um tratamento médico, mas voltei para cá, esta cidade é muito tranquila, pacata (...) Agora, trabalho em Jacareí, na Brahma, como técnico de segurança do trabalho (...) " (J.C.C.S., migrante vindo de São José dos Campos)

No entanto, a Prefeitura indica que o município não se caracteriza totalmente como dormitório.

Santa Branca possui um comércio local pequeno, sendo o município de Jacarei a principal referência para os seus moradores. Além do comércio busca-se prestação de serviços e lazer em municípios vizinhos.

O município de Santa Branca vem crescendo em direção a região Sul, rumo a Salesópolis. Nesta área, estão sendo construídas, através de um convênio entre a Prefeitura e o Governo do Estado, 50 casas populares, que serão entregues brevemente. O perímetro urbano do município vem se estendendo em direção à área rural, que ocupa a maior parte da cidade, em virtude de loteamentos realizados por imobiliárias num período de 5 a 10 anos. De acordo com informações obtidas na Prefeitura, o município não possui favelas.

Os principais investimentos em infra-estrutura realizados pela Prefeitura referem-se a área de educação, com a implantação do curso de Magistério e com a construção de duas Escolas Rurais, sendo um núcleo em direção à Guararema e outro a Salesópolis.

O Fundo Social de Solidariedade de Santa Branca não possui um atendimento específico a migrantes, *"o município não apresenta este problema"*. As poucas pessoas que procuram o Fundo neste sentido, estão em busca de passagens para outros municípios maiores.

De acordo com a Prefeitura, os migrantes residentes no município são bem recebidos pela população, não havendo preconceitos em relação a eles.

"(...) o povo aqui é muito acolhedor". (I.R., migrante vindo de São José dos Campos)

"(...) no começo, a gente sente sim, eu sei porque eu já mudei para Paraibuna também e foi assim. No começo, o pessoal te olha meio assim, a cidade é pequena, todo mundo se conhece, todo mundo é parente de todo mundo, você acaba sendo meio diferente. Mas, depois se enturma, então não fica preconceito, mas não deixa de ser diferente." (V.T.L., migrante vindo de Paraibuna)

"(...) existe um preconceito sutil com relação às pessoas de fora. A aceitação no grupo precisa de tempo e conhecimento. As pessoas são fechadas, mas quem está quebrando um pouco isso são os mais jovens." (C.L.S.A., migrante vindo do município de São Paulo)

Município de Monteiro Lobato

O município de Monteiro Lobato tem sua economia baseada na agropecuária, apresentando tendências para um pequeno crescimento industrial e conseqüentemente, da área de serviços.

Nos últimos anos, sua economia vem se dinamizando. Em período recente, houve a instalação de um setor de Alpargatas no município, constituindo-se na maior empregadora depois da Prefeitura (empregou uma média de 80 pessoas). Além disso, por ser próximo ao município de Campos do Jordão, Monteiro Lobato vem adquirindo um potencial turístico, incentivando a implantação de serviços como restaurantes, açougues, farmácias, supermercados e atendimento médico.

Segundo a Prefeitura, este crescimento vem se dando de maneira ordenada. Apesar de haver o interesse em que indústrias se instalem no município, há uma preocupação em se preservar certas características da cidade.

"Não queremos perder esta característica de cidade pacata, tranquila. Sinto que a população não quer perder este tipo de qualidade de vida (...) que é melhor do que a da cidade grande."

O principal objetivo deste crescimento é a absorção da mão-de-obra local no próprio município, pois geralmente trabalham em São José dos Campos, compondo um quadro de migração pendular elevada.

"(...) moro aqui e trabalho em São Paulo, mas isto não é muito comum não, é mais fácil trabalhar nos municípios aqui do Vale (...) eu decidi mudar porque em São José a praça estava muito saturada (...)" (J.B.S., migrante vindo de São José dos Campos)

De acordo com informações obtidas junto à Prefeitura, acredita-se que o crescimento da população de Monteiro Lobato se deva, em parte, ao desemprego existente nas grandes cidades, especialmente em São José dos Campos. Recentemente, observa-se que várias pessoas vindas de São José dos Campos têm se instalado na zona rural de Monteiro Lobato, principalmente em sítios. Isto é considerado bom, já que o município estava passando por um esvaziamento de sua zona rural. Além disso, a Prefeitura tem procurado levar uma infra-estrutura básica para esta região, com o intuito de facilitar o atendimento, além de *"tentar segurar as pessoas onde nasceram"*.

"(...) tem muita gente da década de 80. Uns vieram atuar na zona rural, uns no comércio. Outros vieram por causa do sossego, tinha aposentado (...). Por exemplo, este cidadão é paraibano e mora em São José, tá aqui tocando um comércio. Este que saiu daqui, (...) ele mora em São José e tem esse comércio aqui. Vieram ganhar a vida (...) Se não estão morando aqui, tem até umas dificuldades para arrumar uma casa (...) (J.B.S., migrante vindo de São José dos Campos)

Em relação a existência ou não de preconceitos aos migrantes residentes no município:

"(...) normalmente, há "um certo cuidado" com relação à pessoas vindas de fora. Mas, após algum tempo de contato e conhecimento, a relação é tranquila" (Prefeitura Municipal).

Assim como em Santa Branca, o município de Monteiro Lobato não possui um serviço de atendimento específico ao migrante. O Departamento de Promoção Social recebe poucos casos, e geralmente, são pessoas em busca de passagens com destino a Campos do Jordão ou sul de Minas, que são fornecidas gratuitamente.

O perímetro urbano de Monteiro Lobato vem crescendo em direção aos locais onde a topografia se apresenta de forma menos acidentada.

O município apresenta muitas áreas montanhosas, onde se tem o reflorestamento. Para o Prefeito, esta atividade traz um certo benefício para estas áreas, pois evita a erosão e as queimadas e preserva as nascentes. Nas épocas de plantio e de corte

dos eucaliptos, as empreiteiras contratam a mão-de-obra e montam o acampamento no local de trabalho, assim como em Santa Branca, sem maiores impactos para o município.

Considerações Finais

Através das pesquisas institucionais e domiciliares realizadas na Região de Governo de São José dos Campos, pode-se perceber a tendência à consolidação dos seus principais municípios, baseados na atividade industrial, formando um bloco único e contínuo ao longo da Rodovia Presidente Dutra.

Sua rede urbana acompanha a mesma tendência, configurando-se um crescente processo de conurbação entre São José dos Campos, Jacareí e Caçapava. Além disso, observa-se que a Região de Governo de São José dos Campos vem crescendo em direção à Região de Governo de Taubaté e em direção à RMSP, com as quais mantém estreita ligação.

De acordo com as entrevistas institucionais realizadas, verifica-se para a década de 80, uma diminuição do fluxo migratório em direção à RG de São José dos Campos, em relação à década anterior, principalmente, em decorrência da grave crise econômica que a região atravessa. Se na década de 70, a intensa migração foi importante para o abastecimento do crescente mercado de trabalho, para os anos 80, torna-se um sério problema social, especialmente, para os grandes municípios.

Dentre os tipos de migração encontrados, destaca-se o movimento pendular, sendo que dentre os municípios visitados, as trocas mais expressivas, ocorrem entre São José dos Campos e Jacareí, São José dos Campos e Caçapava, de Santa Branca para Jacareí e de Monteiro Lobato para São José dos Campos. Há também trocas significativas com a RG de Taubaté, e em menor escala, com a RMSP.

Outro movimento populacional, específico da Região, ocorre em decorrência do reflorestamento, onde em épocas de plantio e de corte dos eucaliptos, pode-se dizer que há uma espécie de migração "sazonal" para os municípios onde esta atividade é realizada.

Com relação à migração inter-estadual, destaca-se a proveniente de Minas Gerais, especificamente da região sul do estado, além daquela vinda de outros municípios do estado de São Paulo e, em menor intensidade, do estado do Paraná.

Cabe ressaltar que, constituindo-se num importante pólo industrial e científico para o estado de São Paulo, a RG de São José dos Campos é alvo de uma migração de mão-de-obra especializada para abastecer este mercado de trabalho característico da região. Assim como a mão-de-obra não qualificada, esta outra vem passando por sérias dificuldades para a sua inserção ou sua manutenção no mercado de trabalho, devido a atual conjuntura econômica do país, que vem atingindo com especial intensidade esta região, principalmente o município de São José dos Campos, onde estão concentradas as maiores indústrias.

Percebe-se que este dinamismo econômico gerado pelo município-sede da RG atinge também os municípios vizinhos, principalmente, aqueles localizados no eixo SP-RJ (Jacareí e Caçapava), que vêm se configurando como pólos secundários de atração populacional, evidenciando um processo de desconcentração da população da sede regional.

Para finalizar, é interessante observar que, em alguns casos, os pequenos municípios da RG também vêm servindo como alternativa na busca de moradia e de melhores condições de vida.

Relação das Instituições Entrevistadas

I. Município de São José dos Campos

- ERI (Escritório Regional de Integração)
- Secretaria de Planejamento Urbano - Divisão de Pesquisa e Teoria
- Secretaria de Desenvolvimento Social
- Sindicato dos Metalúrgicos
- Câmara Municipal

2. Município de Jacareí

- Secretaria de Planejamento Urbano
- Secretaria do Bem-Estar Social

3. Município de Caçapava

- Secretaria de Planejamento Urbano: Assessoria de Comunicação Social
- Secretaria de Promoção Social

4. Município de Santa Branca

- Departamento de Engenharia
- Fundo Social de Solidariedade

5. Município de Monteiro Lobato

- Prefeitura Municipal
- Departamento de Promoção Social

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PRAD

Características do Plano Amostral Adotado

O plano amostral da pesquisa foi elaborado a partir da contagem de domicílios, com base nos dados do Censo Demográfico de 1991. A amostra contemplou 12.320 domicílios em 150 municípios do Estado de São Paulo, que representavam cerca de 78% da população residente no Estado em 1993.

A definição das áreas para o levantamento de campo partiu da análise demográfica e socioeconômica das regiões, além de visitas preliminares que possibilitaram a contextualização das regiões no panorama urbano de São Paulo. Essas análises preliminares permitiram avaliar a importância de se considerar as regiões de governo, ao invés das regiões administrativas, para um levantamento de tal magnitude, dada a enorme heterogeneidade de situações existentes no espaço paulista.

A amostra contemplou, portanto, as três áreas metropolitanas (São Paulo, Campinas e Santos), nas quais todos os municípios que conformam essas áreas foram inseridos na amostra; as sedes de regiões de governo (40 regiões); e, um município com menos de 20 mil habitantes em cada região de governo. A seleção destes últimos se justifica uma vez que tais localidades apresentaram maior dinamismo no período 1980-1991, com taxas de crescimento populacionais indicando a recuperação demográfica para muitos deles. Tais municípios, ao lado das sedes das regiões, permitem reconstituir as distintas dinâmicas urbano-regionais, resgatando suas especificidades.

Os pequenos municípios foram escolhidos intencionalmente, considerando os seguintes critérios de seleção: localização geográfica (maior ou menor distância da sede regional); situações contrastantes com as sedes regionais; alterações na dinâmica migratória nas últimas décadas; inserção, ou não, nos eixos dinâmicos das regiões; presença de saldos migratórios elevadas nos anos 80; e, incorporação das análises realizadas nas visitas à campo.

Operacionalmente, o desenho amostral da pesquisa é o de uma amostra probabilística estratificada, selecionada em dois estágios. Cada um dos 150 municípios pesquisados configurou-se em um estrato, para o qual se selecionou, em primeiro estágio, com base em uma fração amostral específica, um conjunto de clusters (quarteirões). Em segundo estágio, extraiu-se uma amostra sistemática de domicílios em cada cluster. A tabela seguinte traz as frações amostrais adotadas na seleção da amostra. Em todos os municípios, por questões de viabilidade operacional, coletou-se informações em pelo menos 80 domicílios. Na ponderação da amostra se entregou totais censitários definitivos de domicílios particulares ocupados e população residente nos mesmos.

Tabela 1 - Fração amostral por áreas de pesquisa

Áreas	Domicílios	Fração Amostral	No. de Question.
RMSP	4.134.715		4.108
Capital	2.547.035	1/1200	2.123
Outros Municípios	1.587.680	1/0800	1.985
RM Campinas	589.106		982
Campinas	253.328	1/0600	422
Outros Municípios	335.778	1/0600	560
RM Santos	557.179		929
Santos	155.279	1/0600	259
Outros Municípios	401.900	1/0600	670
Sedes Regiões de Governo	1.680.663	1/0350	4.984
Outros Municípios	140.747	1/0100	1.407
Total	7.148.662		12.320

Tabela 2 - Municípios contemplados na amostra

REGIÕES METROPOLITANAS: São Paulo, Campinas, Santos

SEDES REGIONAIS

Caraguatatuba
Cruzeiro
Guaratinguetá
São José dos Campos
Taubaté
Avaré
Botucatu
Itapetininga
Itapeva
Sorocaba
Bragança Paulista
Registro
Jundiaí
Limeira
Piracicaba
Rio Claro
São João da Boa Vista
Araraquara
Barretos
Franca
Ribeirão Preto
São Carlos
São Joaquim da Barra
Bauru
Jáú
Lins
Catanduva
Fernandópolis
Jales
São José do Rio Preto
Votuporanga
Andradina
Araçatuba
Adamantina
Dracena
Presidente Prudente
Assis
Marília
Ourinhos
Tupã

MUNICÍPIOS ESCOLHIDOS NAS RG'S

Ilha Bela
Bananal
Potim
Monteiro Lobato
São Bento do Sapucaí
Itaporanga
Bofete
Cesário Lange
Riversul
Pilar do Sul
Nazaré Paulista
Cananéia
Jarinu
Conchal
Charqueada
Brotas
Tambaú
Santa Ernestina
Terra Roxa
Pedregulho
Luis Antonio
Ibaté
Ipuã
Pirajuí
Mineiros do Tietê
Cafelândia
Pindorama
Mira Estrela
Paranapuã
Bady Bassitt
Cardoso
Sud Menucci
Auriflama
Lucélia
Monte Castelo
Teodoro Sampaio
Palmital
Echaporã
Timburi
Quintana

Tabela 3 - Domicílios e número de questionários, Sedes de RGs

Sedes	Domicílios			N.de quest.		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
Adamantina	9.789	8.234	1.555	80	67	13
Andradina	15.400	13.798	1.602	80	72	8
Araçatuba	47.364	44.233	3.131	118	111	7
Araraquara	49.567	46.196	3.371	124	115	9
Assis	25.188	23.366	1.822	80	74	6
Avaré	17.984	16.179	1.805	80	72	8
Barretos	30.466	28.043	2.423	80	74	6
Bauru	77.814	76.130	1.684	195	190	5
Botucatu	28.723	26.363	2.360	80	73	7
Brag. Paulista	34.442	27.948	6.494	86	71	15
Caraguatatuba	34.443	34.372	71	86	86	-----
Catanduva	29.028	27.908	1.120	80	77	3
Cruzeiro	18.541	17.630	911	80	76	4
Dracena	12.424	10.766	1.658	80	69	11
Fernandópolis	17.305	15.755	1.550	80	73	7
Franca	65.676	63.524	2.152	164	159	5
Guaratinguetá	28.769	26.144	2.625	80	73	7
Itapetininga	31.400	25.265	6.135	80	64	16
Itapeva	23.118	15.846	7.272	80	55	25
Jales	13.935	11.594	2.341	80	67	13
Jau	28.283	25.575	2.708	80	72	8
Jundiaí	81.616	74.820	6.796	204	187	17
Limeira	59.022	49.401	9.621	148	125	23
Lins	17.752	16.699	1.053	80	75	5
Marília	46.090	42.584	3.506	115	106	9
Ourinhos	23.842	22.164	1.678	80	74	6
Piracicaba	83.912	78.986	4.926	210	197	13
Presid.Prud.	47.332	45.737	1.595	118	114	4
Registro	13.787	10.612	31.375	80	62	18
Rib. Preto	129.646	125.336	4.310	324	313	11
Rio Claro	43.402	41.382	2.020	109	103	6
S.J.Boa Vista	21.370	18.407	2.963	80	69	11
S.J.Campos	124.463	118.430	6.033	311	296	15
S. J. Barra	10.067	9.197	870	80	73	7
S.J. Rio Preto	87.708	84.522	3.186	219	211	8
São Carlos	49.853	44.887	4.966	125	113	12
Sorocaba	106.108	104.361	1.747	265	261	4
Taubaté	55.675	52.778	2.897	139	132	7
Tupã	18.581	16.157	2.424	80	70	10
Votuporanga	20.778	18.954	1.824	80	73	7
Total	1.680.663	1.560.283	148.580	4.820	4.444	376

Estimativa dos erros amostrais da PRAD

Esta nota técnica traz estimativas do erro amostral de proporções de algumas das principais variáveis domiciliares, familiares ou relativas ao chefe de domicílio, e tem como referência espacial o universo pesquisado e as diversas subpopulações consideradas: migrantes, não-migrantes, Conjunto de Sedes de Regiões de Governo e a desagregação espacial do Interior aqui considerada (Vale do Paraíba).

As estimativas de erro amostral para totais (y), em cada unidade populacional/espacial de análise, foram calculadas a partir das fórmulas abaixo¹, adequadas ao desenho amostral adotado na pesquisa²:

$$S^2 y = \sum_{i=1, n} S^2 y_{h0} \quad \text{e} \quad S^2 y_{h0} = 1/(n_b(n_b-1)) * \sum_{i=1, n_b} (y_{hi} - y_{h0})^2$$

$$\text{com} \quad y_{hi} = N_h * M_{hi} / m_{hi} * \sum_{j=1, m_{hi}} y_{hij}$$

$$y_{h0} = 1/n_b * \sum_{i=1, n_b} y_{hi}$$

$$S^2 r = (S^2 y - r^2 * S^2 x - 2 r S_{xy}) / x^2$$

$$S^2 r_h = (S^2 y_{h0} + r^2 * S^2 x_{h0} - 2 r S_{xy_{h0}}) / x^2$$

$$\text{com} \quad S^2 xy = 1/(n_b(n_b-1)) \sum_{i=1, n_b} (y_{hi} - y_{h0}) * (x_{hi} - x_{h0})$$

$$r = y/x \quad \text{e} \quad r_h = y_{h0}/x_{h0}$$

¹ SOM, Ranjam Kumar. **A Manual of Sampling Techniques**. Heinemann, London, 1973.

² O desenho amostral da pesquisa é o de uma amostra probabilística estratificada, selecionada em 2 estágios. Cada um dos 147 municípios pesquisados configurou-se em um estrato, para o qual selecionou-se em primeiro estágio, com base em fração amostral específica, um conjunto de "clusters" (quarteirões), e em segundo estágio, uma amostra sistemática de domicílios em cada cluster. No total, foram coletados dados em 12.320 domicílios, em mais de 1.500 clusters.

onde : n: número de estratos contemplados na unidade espacial

h: índice relativo a estrato

n_h : número de clusters no estrato h na amostra

y_{hi} : total da variável y no estrato h e cluster i

y_{h0} : média do total da variável y no estrato h

N_h : total de clusters no estrato h no universo

M_{hi} : total de domicílios no cluster i do estrato h no universo

m_{hi} : total de domicílios no cluster i do estrato h na amostra

Nas tabelas seguintes apresentam-se, para cada uma das variáveis e categorias listadas, a estimativa da proporção³ (R), o erro-padrão (DPAD), o coeficiente de variação (CVR = DPR/R), o total de casos usados nas estimativas (TAM) e o valor do efeito estimado do desenho⁴ (DEFT).

³ As estimativas das proporções podem não coincidir com as apresentadas no plano tabular da pesquisa já que foram computados somente para os registros que dispunham de informações para cálculo do erro amostral. Devem ser usados apenas como referências da magnitude das proporções assumidas pelas variáveis.

⁴ VERMA, Vijay. **The estimation and presentation of sampling errors.** WFS/ISI, Vooburg, 1982.

Tabela 1

Estimativas do erro amostral para variáveis selecionadas
Universo pesquisado

Variável dom/fam/chefe	Categoria	prop(r)	dpad	cvr	tam (n)	deft
CLASSE ABIPEME	A	1,1	0,2	15,2	11634	1,76
	B	14,5	0,6	4,3	11634	1,91
	C	27,5	0,6	2,2	11634	1,48
	D	31,6	0,6	2,0	11634	1,44
	E	25,2	0,7	2,8	11634	1,76
STATUS MIGRATORIO	MIGRANTE	18,6	0,5	2,6	11634	1,36
	NAO-MIGRANTE	81,4	0,5	0,6	11634	1,36
SEXO	MASCULINO	84,1	0,4	0,5	11634	1,32
	FEMININO	15,9	0,5	2,8	11634	1,32
IDADE	15-29	12,1	0,4	3,3	11634	1,32
	30-44	35,9	0,6	1,8	11634	1,44
	45-59	29,9	0,5	1,8	11634	1,26
	60 +	22,0	0,6	2,7	11634	1,53
ESCOLARIDADE	ANALFABETO	6,7	0,3	4,6	11634	1,32
	1.GRAU INCOM	53,2	0,8	1,5	11634	1,67
	1.GRAU COM	16,7	0,5	3,0	11634	1,42
	2.GRAU COM	23,3	0,8	3,2	11634	1,91
RENDA FAMILIAR TOTAL	RENDA <= 3 SM	25,1	0,6	2,3	11634	1,44
	3 < RENDA <= 5 SM	20,4	0,5	2,4	11634	1,31
	RENDA > 5 SM	53,7	0,7	1,3	11634	1,50
COND ATIVIDADE	ATIVO	73,4	0,6	0,8	11634	1,46
	INATIVO	26,6	0,6	2,2	11634	1,46
COND OCUPACAO	OCUPADO	93,3	0,4	0,4	8589	1,31
	DESOCUPADO	6,7	0,6	5,3	8589	1,31
TIPO DOMICILIO	CASA	97,6	0,3	0,3	11634	2,20
	APARTAMENTO	1,8	0,3	14,4	11634	2,10
COND POSSE	PROPRIO	67,7	0,7	1,0	11634	1,53
	ALUGADO	21,1	0,6	2,7	11634	1,51
ACESSO ABAST AGUA	REDE GERAL -INTER	96,4	0,4	0,4	11634	2,20
ACESSO A ESGOTAMENTO	REDE COLETA	94,5	0,5	0,5	11634	2,31
ACESSO ILUMINAÇÃO	ELETRICA	99,7	0,1	0,1	11634	1,09
ACESSO COLETA LIXO	DOMICILIAR	95,8	0,4	0,5	11634	2,35

Tabela 2

Estimativas do erro amostral para variáveis selecionadas
Migrante

Variável dom/tam/chefe	Categoria	prop(r)	dpad	cvr	tam (n)	deft
CLASSE ABIPEME	A	1,1	0,3	24,3	2495	1,25
	B	12,0	0,9	7,7	2495	1,43
	C	21,6	1,0	4,8	2495	1,25
	D	31,9	1,2	3,6	2495	1,23
	E	33,4	1,3	4,0	2495	1,42
SEXO	MASCULINO	85,6	0,9	1,0	2495	1,26
	FEMININO	14,4	0,9	6,1	2495	1,26
IDADE	15-29	24,7	1,1	4,5	2495	1,25
	30-44	44,9	1,3	2,8	2495	1,25
	45-59	20,5	1,0	4,9	2495	1,24
	60 +	9,8	0,7	6,8	2495	1,11
ESCOLARIDADE	ANALFABETO	6,0	0,6	9,8	2495	1,24
	1.GRAU INCOM	52,3	1,3	2,5	2495	1,32
	1.GRAU COM	16,5	0,9	5,6	2495	1,24
	2.GRAU COM	25,1	1,2	4,8	2495	1,39
RENDA FAMILIAR TOTAL	RENDA <= 3 SM	26,0	1,1	4,2	2495	1,25
	3 < RENDA <= 5 SM	21,4	1,0	4,6	2495	1,21
	RENDA > 5 SM	51,9	1,4	2,6	2495	1,36
COND ATIVIDADE	ATIVO	85,5	0,8	1,0	2495	1,15
	INATIVO	14,5	0,8	5,6	2495	1,15
COND OCUPACAO	OCUPADO	91,5	0,8	0,8	2079	1,25
	DESOCUPADO	8,5	0,8	9,0	2079	1,25
TIPO DOMICILIO	CASA	94,6	0,9	0,9	2495	1,90
	APARTAMENTO	3,4	0,6	18,4	2495	1,71
COND POSSE	PROPRIO	44,8	1,4	3,2	2495	1,43
	ALUGADO	37,9	1,4	3,7	2495	1,43
ACESSO ABAST AGUA	REDE GERAL -INTER	94,2	0,7	0,7	2495	1,42
ACESSO A ESGOTAMENTO	REDE COLETA	90,7	1,0	1,1	2495	1,76
ACESSO ILUMINAÇÃO	ELETRICA	99,1	0,2	0,2	2495	1,26
ACESSO COLETA LIXO	DOMICILIAR	93,2	0,7	0,8	2495	1,44

Tabela 3

Estimativas do erro amostral para variáveis selecionadas
Não migrante

Variável dom/fam/chefe	Categoria	prop(r)	dpad	cvr	tam (n)	delt
CLASSE ABIPEME	A	1,2	0,2	16,9	9139	1,75
	B	15,0	0,7	4,5	9139	1,83
	C	28,9	0,7	2,4	9139	1,47
	D	31,6	0,7	2,2	9139	1,40
	E	23,3	0,8	3,2	9139	1,69
SEXO	MASCULINO	83,8	0,5	0,6	9139	1,28
	FEMININO	16,2	0,5	3,0	9139	1,28
IDADE	15-29	9,2	0,4	4,1	9139	1,25
	30-44	33,9	0,7	2,1	9139	1,46
	45-59	32,0	0,6	1,9	9139	1,25
	60 +	24,8	0,7	2,8	9139	1,54
ESCOLARIDADE	ANALFABETO	6,9	0,3	5,0	9139	1,29
	1.GRAU INCOM	53,4	0,9	1,6	9139	1,63
	1.GRAU COM	16,7	0,6	3,3	9139	1,41
	2.GRAU COM	22,9	0,8	3,6	9139	1,85
RENDA FAMILIAR TOTAL	RENDA <= 3 SM	24,9	0,6	2,5	9139	1,39
	3 < RENDA <= 5 SM	20,1	0,5	2,7	9139	1,28
	RENDA > 5 SM	54,1	0,7	1,4	9139	1,43
COND ATIVIDADE	ATIVO	70,6	0,7	1,0	9139	1,46
	INATIVO	29,4	0,7	2,4	9139	1,46
COND OCUPACAO	OCUPADO	93,8	0,4	0,4	6510	1,31
	DESOCUPADO	6,2	0,4	6,3	6510	1,31
TIPO DOMICILIO	CASA	98,2	0,3	0,3	9139	2,01
	APARTAMENTO	1,4	0,2	16,7	9139	1,90
COND POSSE	PROPRIO	72,9	0,7	0,9	9139	1,45
	ALUGADO	17,3	0,6	3,3	9139	1,45
ACESSO ABAST AGUA	REDE GERAL -INTER	96,9	0,4	0,4	9139	2,08
ACESSO A ESGOTAMENTO	REDE COLETA	95,4	0,5	0,5	9139	2,04
ACESSO ILUMINAÇÃO	ELETRICA	99,8	0,0	0,0	9139	0,91
ACESSO COLETA LIXO	DOMICILIAR	96,4	0,4	0,5	9139	2,20

Tabela 4

Estimativas do erro amostral para variáveis selecionadas
Sedes de RG Interior

Variável dom/fam/cheie	Categoria	prop(r)	dpad	cvr	tam (n)	defl
CLASSE ABIPEME	A	0,9	0,2	22,9	4632	1,47
	B	11,6	0,8	6,6	4632	1,63
	C	24,9	0,8	3,2	4632	1,26
	D	34,1	0,8	2,5	4632	1,20
	E	28,6	1,0	3,6	4632	1,53
STATUS MIGRATÓRIO	MIGRANTE	20,9	0,7	3,6	4632	1,24
	NAO-MIGRANTE	79,1	0,7	0,9	4632	1,24
SEXO	MASCULINO	85,4	0,6	0,7	4632	1,18
	FEMININO	14,6	0,6	4,2	4632	1,18
IDADE	15-29	11,7	0,6	4,8	4632	1,18
	30-44	37,0	0,9	2,5	4632	1,28
	45-59	29,9	0,8	2,5	4632	1,11
	60 +	21,4	0,8	3,7	4632	1,31
ESCOLARIDADE	ANALFABETO	7,8	0,5	6,0	4632	1,18
	1.GRAU INCOM	57,1	1,0	1,8	4632	1,41
	1.GRAU COM	13,0	0,6	4,6	4632	1,21
	2.GRAU COM	21,9	0,9	4,3	4632	1,55
RENDA FAMILIAR TOTAL	RENDA <= 3 SM	25,4	0,8	3,0	4632	1,17
	3 < RENDA <= 5 SM	22,1	0,7	3,1	4632	1,12
	RENDA > 5 SM	51,9	1,0	1,9	4632	1,32
COND ATIVIDADE	ATIVO	73,4	0,9	1,2	4632	1,34
	INATIVO	26,6	0,9	3,3	4632	1,34
COND OCUPACAO	OCUPADO	94,8	0,4	0,4	3399	1,04
	DESOCUPADO	5,2	0,4	7,7	3399	1,04
TIPO DOMICILIO	CASA	99,4	0,2	0,2	4632	1,54
	APARTAMENTO	0,5	0,2	32,9	4632	1,59
COND POSSE	PROPRIO	70,3	0,9	1,3	4632	1,40
	ALUGADO	18,0	0,7	4,0	4632	1,24
ACESSO ABAST AGUA	REDE GERAL -INTER	94,9	0,7	0,8	4632	2,20
ACESSO A ESGOTAMENTO	REDE COLETA	96,3	0,5	0,5	4632	1,64
ACESSO ILUMINAÇÃO	ELETRICA	99,4	0,1	0,1	4632	1,25
ACESSO COLETA LIXO	DOMICILIAR	94,0	0,8	0,8	4632	2,23

Tabela 5Estimativas do erro amostral para variáveis selecionadas
Região Polarizada 5 Vale do Paraíba

Variável dom/fam/chefe	Categoria	prop(r)	dpad	cvr	tam (n)	defl
CLASSE ABIPEME	A	1,2	0,5	44,7	666	1,27
	B	15,2	2,5	16,7	666	1,83
	C	27,7	2,1	7,7	666	1,23
	D	30,8	2,2	7,1	666	1,23
	E	25,2	2,5	9,9	666	1,48
STATUS MIGRATÓRIO	MIGRANTE	22,9	1,9	8,2	666	1,16
	NAO-MIGRANTE	77,1	1,9	2,5	666	1,58
SEXO	MASCULINO	85,0	1,9	2,2	666	1,36
	FEMININO	14,4	1,9	12,6	666	1,36



UNICAMP

Projeto

**MIGRAÇÃO, EMPREGO E PROJEÇÕES DEMOGRAFICAS PARA O
ESTADO DE SÃO PAULO
PESQUISA REGIONAL POR AMOSTRA DOMICILIAR (*)**

**Instituto de Economia da UNICAMP -
Universidade Estadual de Campinas**

apoio: FAPESP - Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado de São
Paulo
CNPq - Conselho Nacional de
Desenvolvimento Científico e
Tecnológico

() Pesquisa realizada em colaboração com o Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da PUC/SP - Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo e com o Núcleo de Estudos
de População da UNICAMP*

*Realização do levantamento de campo: Data Base Serviços de
Campo e Tabulação S/C-Ltda.*

Outubro-Novembro 1993

Universidade Estadual de Campinas
Caixa Postal 1170
13100 Campinas SP Brasil

Telefone: PABX (019) 39 1301
Telex: (019) 1150

JOB No
31/93

CLUSTER No

Meu nome e _____, e eu sou entrevistador de DATA BASE, um Instituto de Pesquisa de São Paulo, que está realizando esta importante pesquisa para a UNICAMP. Estamos, agora, levantando informações com os moradores de cidade _____ e gostaríamos de ter a colaboração do(a) chefe ou do(a) dono(a) desta casa para responder às perguntas deste questionário.

Observação: O questionário que vamos preencher será utilizado exclusivamente para fins de pesquisa acadêmica.

NOME DO(A)
ENTREVISTADO(A) _____
ENDEREÇO _____
BAIRRO _____ TEL RES _____ TEL COM/REC _____
MUNICIPIO _____

ZONA: 1.URBANA 2.RURAL

CLASSE/PONTUAÇÃO

1. A (89 e mais)
2. B (59 a 88)
3. C (35 a 58)
4. D (20 a 34)
5. E (00 a 19)

1. Migrante
2. Não migrante

- INFORMANTE:
1. Chefe
 2. Cônjuge
 3. Ambos

DATA ____/____/____

ENTREVISTADOR: _____

SUPERVISOR: _____

VERIFICADOR: _____

DATA ____/____/____

VI - CLASSIFICAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

Gens de consumo, equipamentos e auxiliares domésticos	não tem	1	2	3	4	5	6 ou mais	
TV (total)	0	0	0	0	0	0	0	
TV (em cores)	0	4	7	11	14	18	22	
Rádio	0	2	3	5	6	8	9	
Banheiro	0	2	5	7	10	12	15	
Automóvel	0	4	9	13	18	22	26	
Empregada mensal	0	5	11	16	21	26	32	
Aspirador de pó	0	6	6	6	6	6	6	
Máquina de lavar roupas	0	8	8	8	8	8	8	
Geladeira	0	7	7	7	7	7	7	
Video Cassete	0	10	10	10	10	10	10	
								Soma
Grau de instrução do chefe								
Analfabeto/primário incompleto								0
Primário completo/Ginasial incompleto								5
Ginasial completo/colegial incompleto								10
Colegial completo/superior incompleto								15
superior completo								21
CRÍTICA:	Total de Pontos.....							

(PERGUNTAS 1 A 7 DEVERAO SER PREENCHIDAS PELO ENTREVISTADOR)

I - CARACTERISTICAS DA MORADIA

1. Tipo de Domicilio:

- (1)...Permanente
- (2)...Improvisado
- (3)...Coletivo (hotéis, pensões, convento)

2. Localização:

- (1)...Casa (FAÇA PERGUNTA 2.1)
- (2)...Apartamento (FAÇA PERGUNTA 2.2)
- (3)...Outro (PULE PARA PERG.3)

2.1 (SE DOMICILIO É CASA)

- (1)...Isolada ou de Condomínio
- (2)...Em conjunto residencial popular
- (3)...Favela
- (4)...Cortico
- (5)...Outro

2.2 (SE DOMICILIO É APARTAMENTO)

- (1)...Isolado ou de Condomínio
- (2)...Em conjunto residencial popular
- (3)...Em aglomerado subnormal
- (4)...Cortico

3. Tipo de Construção (PERCEPÇÃO DO ENTREVISTADOR, OLHANDO A CASA PELO LADO DE FORA)

- (1)...Tijolo ou bloco com revestimento
- (2)...Tijolo ou bloco sem revestimento
- (3)...Tijolo ou bloco, parte com revestimento
- (4)...madeira (casa pre fabricada)
- (5)...Zinco
- (6)...Conglomerado de madeira (barraco)
- (7)...Papelão
- (8)...Taipa (pau-a-pique)
- (9)...Material misto

II - CARACTERISTICAS DO ENTORNO

4. Guias e Sarjetas

- (1)...Tem
- (2)...Não tem

5. Pavimentação

- (1)...Tem
- (2)...Não tem

6. Iluminação Publica

- (1)...Tem
- (2)...Não tem

7. Transporte Coletivo

- (1)...Tem perto da residencia (até 500m/5 quarteirões)
- (2)...Tem longe da residencia
- (3)...Não tem

PERGUNTE QUEM É O CHEFE DA CASA QUE SERÁ CONSIDERADO CHEFE DA FLIA PRINCIPAL

OBJETIVO DO QUESTIONÁRIO

"Gostaríamos de obter algumas informações sobre as pessoas que moram nesta casa. Sr(a) poderia responder este questionário."

III - CARACTERISTICAS DO GRUPO DOMESTICO

8. Quantas famílias moram nesta casa?

9. Total de pessoas da(s) família(s) secundária(s):

PREENCHER O QUADRO SEGUINTE SOMENTE SE MORAR MAIS DE UMA FAMILIA NO DOMICILIO PREENCHER SO PARA A FAMILIA SECUNDARIA

QUADRO DO GRUPO DOMESTICO SECUNDARIO

Nome (so pre nome)	Sexo 1. Masc 2. Fem	Idade 00-Me- nos de 1 ano 88-N/S	Relacao c/chefe familia princi- pal... ver co- digos
1.			
2.			
3.			
4.			
5.			
6.			
7.			
8.			
9.			
10.			
11.			
12.			

Códigos relação com o chefe da família principal:

- 1. filho/a
- 2. pai/mãe
- 3. sobrinho/a
- 4. neto/a
- 5. irmão/s
- 6. sogro/a
- 7. tio/a
- 8. primo/a
- 9. genro/nora
- 10. enteado/a
- 11. empregada residente
- 12. zelador/a
- 13. inquilino/a
- 14. outro

IV-CARACTERISTICAS DO DOMICILIO

10. Condicao de Ocupacao do Imovel

- (1).....Próprio (SEGUE)
- (2).....Próprio em Aquisicao (SEGUE)
- (3).....Próprio em terreno invadido
cedido ou alugado (SEGUE)
- (4).....Alugado
- (5).....Cedido P.P.P.14
- (6).....Invadido ou Ocupado
- (8).....Nao sabe

11. Qual a forma de aquisicao do seu imovel?
R.M.

- (1).....Financiamento SFH
- (2).....Financiamento de banco fora do
SFH
- (3).....Financiamento direto da imobiliária/incorporadora
- (4).....Empréstimo de familiares
- (5).....Empréstimo de terceiros
- (6).....Poupanca Previa
- (7).....Pecúlio (FGTS/aposentadoria/se-
guro/etc)
- (8).....Heranca/Doacao de Parente
- (9).....Venda de outro imovel
- (10).....Venda de outro patrimonio
- (11).....Outro _____

E S P E C I F I C A R

(88).....Nao sabe

12. Se o(a) Sr(a) fosse vender a sua casa
hoje, por quanto venderia?

CR\$ _____,00

US\$ _____,00

8. Nao sabe

13. Se o(a) Sr(a) fosse alugar a sua casa
hoje, por quanto alugaria?

CR\$ _____,00

US\$ _____,00

8. Nao sabe

14. Quantos comodios tem a sua casa? (quarto -
inclusive quarto de empregada,
sala, cozinha, área de servico e banheiro)

--	--

Quanto o(a) Sr(a) gastou com a sua familia no
mes de _____ com: (REFERIR-SE AO MES
ANTERIOR A VISITA)

- 8 - Nao sabe
- 9 - Nao respondeu
- 0 - Nao se aplica

15. Mensalidade esco-
lar/material didático
/cursos extras.....CR\$ _____,00

16. Saude (médico/
dentista/remédios/
hospitais).....CR\$ _____,00

17. Aluguel.....CR\$ _____,00

18. Condominio.....CR\$ _____,00

19. Prestacao da ca-
sa própria.....CR\$ _____,00

20. Telefone.....CR\$ _____,00

21. Luz.....CR\$ _____,00

22. Gás.....CR\$ _____,00

23. Agua.....CR\$ _____,00

24. Transporte (com-
bustivel/passagem).CR\$ _____,00

25. Vestuário.....CR\$ _____,00

26. Alimentacao.....CR\$ _____,00

27. Lazer (cinema, tea-
tro, passeios, futebol,
comer fora).....CR\$ _____,00

28. Total de Gastos.CR\$ _____,00

V. - INFRAESTRUTURA E ACESSO A SERVIÇOS

"Agora gostaríamos que o(a) Sr(a) nos desse algumas informações sobre os serviços existentes neste bairro"

29. Como é coletado o lixo de sua casa?

(LER ALTERNATIVAS)

- (1).....coletado na porta
- (2).....cacamba/levado a um ponto de coleta
- (3).....enterrado
- (4).....queimado
- (5).....jogado no terreno baldio
- (6).....jogado na rua, em riacho, córregos ou mar
- (7).....outra
- (8).....não sabe

30. Qual a forma de iluminação desta casa?

(LER ALTERNATIVAS)

- (1).....elétrica
- (2).....óleo ou querosene
- (3).....gás de botijão
- (4).....elétrica à gerador
- (5).....outra
- (8).....não sabe

31. De onde vem a água que o(a) Sr(a) utiliza?

(LER ALTERNATIVAS)

- (1).....rede geral com canalização interna
- (2).....rede geral sem canalização interna
- (3).....poço ou nascente com canalização interna
- (4).....poço ou nascente sem canalização interna
- (5).....outra forma
- (8).....não sabe

32. É como é o esgoto sanitário de sua casa?

(LER ALTERNATIVAS)

- (1).....rede geral
- (2).....fossa séptica
- (3).....fossa negra (casinha)
- (4).....a céu aberto
- (5).....em rio, riacho, córrego ou represa
- (6).....não tem
- (8).....não sabe

O(a) Sr(a) pode nos dizer se neste bairro tem e se os moradores desta casa usam:

- 1. tem e usam
- 2. tem e não usam
- 3. tem
- 4. não tem
- 8. não sabe

___ 33...Escola de 1o Grau Pública

___ 34...Escola de 1o Grau Paga

___ 35...Escola de 2o Grau Pública

___ 36...Escola de 2o Grau Paga

___ 37...Escola de Educ. Infantil Pública
(Pré escola Pública)

___ 38...Escola de Educ. Infantil Paga
(Pré escola Paga)

___ 39...Creche Pública

___ 40...Creche Paga

___ 41...Posto de Saúde

___ 42...Carteiro

___ 43...Banco

___ 44...Posto Policial

___ 45...Igreja

___ 46...Cinema

___ 47...Teatro

___ 48...Danceteria

___ 49...Restaurante

___ 50...Farmácia

___ 51...Padaria

___ 52...Supermercado

___ 53...Feira Livre/sacolão

___ 54...Mercadinho

___ 55...Córregos e rios

___ 56...Áreas verdes (Parques e Jardins)

___ 57...Clubes

77. O Sr/chefe da família já morava aqui neste município em 1980?

- (1)...Sim
- (2)...Não
- (8)...Não sabe

78. O Sr/chefe da família mudou de município de 1980 para cá?

- (1)...Sim (CHEFE É MIGRANTE)
- (2)...Não (CHEFE É NÃO MIGRANTE)
- ()...Não sabe (VOLTAR PARA SABER SE CHEFE É MIGRANTE)

PARA PROSSEGUIR CONSIDERAR AS SEGUIN-
TES SITUAÇÕES:

1. O CHEFE É O INFORMANTE:

- *SIM* NA PERG.78 () PROSSEGUIR ATE O FINAL
- *NAO* NA PERG.78 () PROSSEGUIR ATE A PERGUNTA 102 (OU PERG.93 SE FOR O CASO)

2. O CONJUGE É O INFORMANTE:

- *SIM* NA PERG.78 () VOLTAR PARA CONTINUAR COM O CHEFE
- *NAO* NA PERG.78 () PROSSEGUIR ATE PERG.92
- *NAO SABE* NA PERG.77 E/OU 78 () VOLTAR PARA FAZER COM O CHEFE A PARTIR DA PERG.77 - ATE O FIM SE FOR MIGRANTE (SIM NA PERG.78) - ATE PERG.102 SE NAO FOR MIGRANTE (NAO NA PERG.78)

VIII - OPINIAO

"Agora gostaríamos de saber algumas opiniões suas"

79. Na sua opinião, qual é o maior problema na vida do brasileiro hoje? (R.U. - NÃO LER)

- (1)...Desemprego
- (2)...Meio Ambiente
- (3)...Salário Baixo
- (4)...Corrupção
- (5)...Inflação/custo de vida alto
- (6)...Violência
- (7)...Falta de hospitais/Postos de Saúde
- (8)...Falta de moradia
- ()...Outro _____

(88)...Não sabe

80. Quais são os maiores problemas que o(a) Sr(a) identifica no seu bairro? (R.M. - NÃO LER)

- (1)...Nenhum problema
- (2)...Falta de rede de água/esgoto
- (3)...Falta de água
- (4)...Falta de coleta de lixo
- (5)...Iluminação pública
- (6)...Pavimentação (guias/asfalto)
- (7)...Falta de segurança/policiamento
- (8)...Transporte coletivo deficitário
- (9)...Falta de escolas/creches
- (10)...Falta de hospitais/Postos de Saúde
- ()...Outro _____

(88)...Não sabe

81. Tem algum morador desta casa residindo temporariamente em outro município, Estado ou País?

- (1)...Sim (SEGUE)
- (2)...Não (PULE PARA PERGUNTA 85)

82. Quantas pessoas?

83. Quem? (relação de parentesco com o chefe da família) R.M.

- (2)...Conjuge
- (3)...Filho/a
- (4)...Pai/mãe
- (5)...Sobrinho/a
- (6)...Neto/a
- (7)...Irmão/ã
- (8)...Sogro/a
- (9)...Tio/a
- (10)...Primo/a
- (11)...Genro/nora
- (12)...Enteado/a
- (88)...Não sabe

84. Onde?

MUNICIPIO	UF	ZONA	PAIS
		1. Urbana	
		2. Rural	

<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

85. O chefe da família tem planos para mudar deste município nos próximos 6 meses?

- (1)...Sim (SEGUE)
- (2)...Não (PULE PARA PERGUNTA 88)

86. Para onde?

MUNICIPIO

UF

ZONA

PAIS

1. Urbana

2. Rural

--	--	--	--

8. Não sabe

87. Com quem?

- (1)...Sozinho
- (2)...Com família principal
- (3)...Com parte da família principal
- (4)...Outro
- (5)...Com amigos
- (6)...Com parentes
- (8)...Não sabe

88. Por que tem/não tem planos de mudar...?

89. Em que tipo de cidade o chefe da família prefere morar? (LER ALTERNATIVAS)

- (1)...Metrópoles (tipo São Paulo)
- (2)...Cidades Grandes (tipo Campinas)
- (3)...Cidades Médias (tipo Piracicaba, Baurú)
- (4)...Cidades Pequenas
- (5)...No campo
- (8)...Não sabe

90. Por que?

91. O(a) Sr(a)/chefe da família acha que este município onde mora é um bom lugar para encontrar trabalho? (considerando a atividade do chefe da família)

- (1)...Sim
- (2)...Não

92. Por que?

SE O INFORMANTE FOR O CONJUGE ENCERRAR A ENTREVISTA
SE FOR O CHEFE PROSSIGA

93. Aqui, dentro deste município onde o(a) Sr(a) mora hoje, o(a) Sr(a) fez alguma mudança de domicílio a partir de 1980? (LER ALTERNATIVAS)

- (1)...Do campo para a cidade
- (2)...Da cidade para o campo
- (3)...Da cidade para o campo e voltou para a cidade
- (4)...Do campo para a cidade e voltou para o campo

SEGUE

- (5)...Não mudou
 - (8)...Não sabe
- SE MIGRANTE PULAR PARA PERG.103/SENÃO ENCERRE

94. Em que ano foi a sua última mudança de domicílio dentro deste município?

ANO

--	--	--	--

8. Não sabe

95. De que tipo foi essa última mudança? (LER)

- (1)...Mudou do campo para a cidade
- (2)...Mudou da cidade para o campo

96. Por que o(a) Sr(a) fez essa última mudança?

99. O(a) Sr(a) trabalhava em empresa, por conta própria ou para pessoa física?

- (1) Empresa
- (2) Conta Própria
- (3) Para Pessoa Física
- (8) Não sabe

EXPLICITAR RAMO DE ATIVIDADE

100. E logo depois que mudou (do campo para a cidade ou vice-versa//dentro do município) no que o(a) Sr(a) foi trabalhar?

(MENCIONAR ATIVIDADE PRINCIPAL E O QUE FAZIA NESTA ATIVIDADE)

- 1. Não trabalhava
- 2. Aposentado
- 3. Licenciado

SE MIGRANTE PULE PARA PERG.103//SENÃO ENCERRE

4. Estudante SE MIGRANTE FAZER PERG.101 E PULAR PARA PERG.103 SENÃO ENCERRE

- 5. Desempregado
- 6. Dona de Casa
- 8. Não sabe

SE MIGRANTE PULAR PARA PERG.103//SENÃO ENCERRE

97. Em que o(a) Sr(a) trabalhava antes dessa última mudança (do campo para a cidade ou vice-versa)? (MENCIONAR ATIVIDADE PRINCIPAL E O QUE FAZIA NESTA ATIVIDADE)

- 1. Não trabalhava
- 2. Aposentado
- 3. Licenciado

PULA PARA PERGUNTA 100

4. Estudante FAZER PERGUNTA 98 E PULAR PARA PERGUNTA 100

- 5. Desempregado
- 6. Dona de Casa
- 8. Não sabe

PULA PARA PERGUNTA 100

98. Onde o(a) Sr(a) exercia essa atividade?

MUNICIPIO	UF	ZONA	PAIS
		1. Urbana	
		2. Rural	

9. Não sabe

101. Onde o(a) Sr(a) exercia essa atividade?

MUNICIPIO

ZONA

- 1. Urbana
- 2. Rural

8. Não sabe

102. O(a) Sr(a) trabalhava em empresa, por conta própria ou para pessoa física?

- (1) Empresa
- (2) Conta Própria
- (3) Para Pessoa Física
- (8) Não sabe

EXPLICITAR RAMO DE ATIVIDADE

AS PERG.103 EM DIANTE SÃO FEITAS SO PARA CHEFES MIGRANTES

"Agora, nos vamos conversar a respeito de suas mudanças de um município para outro de 1980 para cá"

103. De 1980 para cá, quantas vezes o(a) Sr(a) mudou de município?

- (1)...Uma vez
- (2)...Duas vezes
- (3)...Três vezes
- (4)...Quatro vezes
- (5)...Cinco vezes
- (6)...Mais de cinco vezes
- (8)...Não sabe

104. Em 1980, o(a) Sr(a) estava morando onde?

MUNICIPIO	UF	ZONA	PAIS
		1. Urbana	
		2. Rural	

--	--	--	--	--

8. Não sabe

105. Qual era a sua ocupação naquele momento? (MENCIONAR ATIVIDADE PRINCIPAL E O QUE FAZIA NESSA ATIVIDADE)

- 1. Não trabalhava
- 2. Aposentado
- 3. Licenciado

PULA PARA PERGUNTA 110

4. Estudante FAZER PERGUNTA 106 E PULAR PARA PERGUNTA 110

- 5. Desempregado
- 6. Dona de Casa
- 8. Não sabe

PULA PARA PERGUNTA 110

106. Onde o(a) Sr(a) exercia essa atividade?

MUNICIPIO	UF	ZONA	PAIS
		1. Urbana	
		2. Rural	

--	--	--	--	--

8. Não sabe

107. O(a) Sr(a) trabalhava em empresa, por conta própria ou para pessoa física?

- (1) Empresa
- (2) Conta Própria
- (3) Para Pessoa Física
- (8) Não sabe

EXPLICITAR RAMO DE ATIVIDADE

108. Qual era sua posição na ocupação? (declarada na perg.105)

- (1)...Empregado do setor privado
- (2)...Empregado do setor público (Servidor público)
- (3)...Empregado de empresa estatal (Telebras, Banco do Brasil, Serpro, Banespa)
- (4)...Autônomo dependente
- (5)...Autônomo independente
- (6)...Empregador
- (7)...Trabalhador agrícola volante
- (8)...Trabalhador agrícola permanente
- (9)...Parceiro ou meeiro
- (10)...Trabalhador doméstico assalariado (mensalista)
- (11)...Trabalhador doméstico por conta própria (diarista)
- (12)...Sem remuneração
- (88)...Não sabe

109. O(a) Sr(a) tinha carteira assinada?

- (1)...Sim
- (2)...Não
- (8)...Não sabe
- (0)...Não se aplica

110. Por que o(a) Sr(a) mudou de município de

RESPOSTA NA PERG.104

SEGUNDA MUDANÇA

120. Em que ano o(a) Sr(a) mudou do município de _____?

RESPOSTA NA PERG.112

--	--	--	--	--

8. Não sabe

121. Para onde o(a) Sr(a) foi?

MUNICIPIO	UF	ZONA	PAIS
		1. Urbana	
		2. Rural	

--	--	--	--

8. Não sabe

122. Com quem o(a) Sr(a) mudou para o município de _____?

(RESPOSTA NA PERG.121)

- (1)...Com a família dos pais
- (2)...Com a família atual
- (3)...Com parte da família
- (4)...Sozinho
- (5)...Com amigos
- (6)...Com parentes
- (7)...Outro
- (8)...Não sabe

123. Por que o(a) Sr(a) escolheu o município de _____?

(RESPOSTA NA PERG.121)

124. Qual era a sua ocupação quando chegou no município de _____?

(RESP.NA PERG.121)

(O C U P A Ç Ã O)

- 1. Não trabalhava
- 2. Aposentado
- 3. Licenciado

PULA PARA INSTRUÇÃO NO FIM DA PAGINA

- 4. Estudante FAZER PERGUNTA 125 E PULAR P/INSTRUÇÃO NO FIM DA PAGINA

- 5. Desempregado
- 6. Dona de Casa
- 8. Não sabe

PULA PARA INSTRUÇÃO NO FIM DA PAGINA

125. O(a) Sr(a) exercia essa atividade neste mesmo município? (RESPOSTA DA PERG.121)

- (1)...Sim (PULE PARA PERG.126)
- (2)...Não - Onde?

MUNICIPIO	UF	ZONA	PAIS
		1. Urbana	
		2. Rural	

8. Não sabe

126. O(a) Sr(a) trabalhava em empresa, por conta própria ou para pessoa física?

- (1) Empresa
- (2) Conta Própria
- (3) Para Pessoa Física
- (8) Não sabe

EXPLICITAR RAMO DE ATIVIDADE

127. Qual era sua posição na ocupação? (declarada na perg.124)

- (1)...Empregado do setor privado
 - (2)...Empregado do setor público (Servidor público)
 - (3)...Empregado de empresa estatal (Telebrás, Banco do Brasil, Serpro, Banespa)
 - (4)...Autônomo dependente
 - (5)...Autônomo independente
 - (6)...Empregador
 - (7)...Trabalhador agrícola volante
 - (8)...Trabalhador agrícola permanente
 - (9)...Parceiro ou meeiro
 - (10)...Trabalhador doméstico assalariado (mensalista)
 - (11)...Trabalhador doméstico por conta própria (diarista)
 - (12)...Sem remuneração
 - (88)...Não sabe
128. O(a) Sr(a) tinha carteira assinada?
- (1)...Sim
 - (2)...Não
 - (8) Não sabe
 - (9) Não se aplica

PARA QUEM FEZ APENAS 2 MUDANÇAS PARA PERGUNTA 165/SENHA

TERCEIRA MUDANÇA

129. Em que ano o(a) Sr(a) mudou do município de _____?

(RESPOSTA NA PERG.121)

--	--	--	--	--

8. Não sabe

130. Para onde o(a) Sr(a) foi?

MUNICIPIO	UF	ZONA	PAIS
		1. Urbana	
		2. Rural	

--	--	--	--	--

8. Não sabe

131. Com quem o(a) Sr(a) mudou para o município de _____?

(RESPOSTA NA PERG.130)

- (1)...Com a família dos pais
- (2)...Com a família atual
- (3)...Com parte da família
- (4)...Solzinho
- (5)...Com amigos
- (6)...Com parentes
- (7)...Outro
- (8)...Não sabe

132. Por que o(a) Sr(a) escolheu o município de _____?

(RESPOSTA NA PERG.130)

133. Qual era a sua ocupação quando chegou no município de _____?

(RESP.NA PERG.130)

(O C U P A Ç Ã O)

1. Não trabalhava
2. Aposentado
3. Licenciado

PULA PARA INSTRUÇÃO NO FIM DA PAGINA

4. Estudante FAZER PERGUNTA 134 E PULAR P/INSTRUÇÃO NO FIM DA PAGINA

5. Desempregado
6. Dona de Casa
8. Não sabe

PULA PARA INSTRUÇÃO NO FIM DA PAGINA

134. O(a) Sr(a) exercia essa atividade neste mesmo município? (RESPOSTA DA PERG.130)

- (1)...Sim (PULE PARA PERG.135)
- (2)...Não - Onde?

MUNICIPIO	UF	ZONA	PAIS
		1. Urbana	
		2. Rural	

--	--	--	--	--

8. Não sabe

135. O(a) Sr(a) trabalhava em empresa, por conta própria ou para pessoa física?

- (1) Empresa
 - (2) Conta Própria
 - (3) Para Pessoa Física
 - (8) Não sabe
- EXPLICITAR RAMO DE ATIVIDADE

136. Qual era sua posição na ocupação? (declarada na perg.133)

- (1)...Empregado do setor privado
- (2)...Empregado do setor público (Servidor público)
- (3)...Empregado de empresa estatal (Telebrás, Banco do Brasil, Serpro, Banespa)
- (4)...Autônomo dependente
- (5)...Autônomo independente
- (6)...Empregador
- (7)...Trabalhador agrícola volante
- (8)...Trabalhador agrícola permanente
- (9)...Parceiro ou meeiro
- (10)...Trabalhador doméstico assalariado (mensalista)
- (11)...Trabalhador doméstico por conta própria (diarista)
- (12)...Sem remuneração
- (88)...Não sabe

137. O(a) Sr(a) tinha carteira assinada?

- (1)...Sim
- (2)...Não
- (3) Não sabe
- (0) Não se aplica

PARA QUEM FEZ APENAS 3 MUDANÇAS PULAR PARA PERGUNTA 165//SIGILO CONTINUI

QUARTA MUDANÇA

138. Em que ano o(a) Sr(a) mudou do município de _____?
 (RESPOSTA NA PERG.130)

--	--	--	--	--

B. Não sabe

139. Para onde o(a) Sr(a) foi?

MUNICIPIO	UF	ZONA	PAIS
		1. Urbana	
		2. Rural	

--	--	--	--	--

B. Não sabe

140. Com quem o(a) Sr(a) mudou para o município de _____?
 (RESPOSTA NA PERG.139)

- (1)...Com a família dos pais
- (2)...Com a família atual
- (3)...Com parte da família
- (4)...Sozinho
- (5)...Com amigos
- (6)...Com parentes
- (7)...Outro
- (8)...Não sabe

141. Por que o(a) Sr(a) escolheu o município de _____?
 (RESPOSTA NA PERG.139)

142. Qual era a sua ocupação quando chegou no município de _____?
 (RESP.NA PERG.139)

(O C U P A Ç ã O)

- 1. Não trabalhava
 - 2. Aposentado
 - 3. Licenciado
 - 4. Estudante
 - 5. Desempregado
 - 6. Dona de Casa
 - 8. Não sabe
- PULA PARA INSTRUÇÃO NO FIM DA PAGINA
- FAZER PERGUNTA 143 E PULAR P/INSTRUÇÃO NO FIM DA PAGINA
- PULA PARA INSTRUÇÃO NO FIM DA PAGINA

143. O(a) Sr(a) exercia essa atividade neste mesmo município? (RESPOSTA NA PERG.139)

- (1)...Sim (PULE PARA PERG.144)
- (2)...Não - Onde?

MUNICIPIO	UF	ZONA	PAIS
		1. Urbana	
		2. Rural	

--	--	--	--

B. Não sabe

144. O(a) Sr(a) trabalhava em empresa, por conta própria ou para pessoa física?

- (1) Empresa
 - (2) Conta Própria
 - (3) Para Pessoa Física
 - (8) Não sabe
- EXPLICITAR RAMO DE ATIVIDADE

145. Qual era sua posição na ocupação? (declarada na perg.142)

- (1)...Empregado do setor privado
- (2)...Empregado do setor público (Servidor público)
- (3)...Empregado de empresa estatal (Telebrás, Banco do Brasil, Serpro, Banespa).
- (4)...Autônomo dependente
- (5)...Autônomo independente
- (6)...Empregador
- (7)...Trabalhador agrícola volante
- (8)...Trabalhador agrícola permanente
- (9)...Parceiro ou meeiro
- (10)...Trabalhador doméstico assalariado (mensalista)
- (11)...Trabalhador doméstico por conta própria (diarista)
- (12)...Sem remuneração
- (88)...Não sabe

146. O(a) Sr(a) tinha carteira assinada?

- (1)...Sim
- (2)...Não
- (8) Não sabe
- (0) Não se aplica

PARA QUEM FEZ APENAS 4 MUDANÇAS PULE PARA PERGUNTA 145//SENAO CONTINUE

QUINTA MUDANÇA

147. Em que ano o(a) Sr(a) mudou do município de _____?

RESPOSTA NA PERG.139

--	--	--	--	--	--

8. Não sabe

148. Para onde o(a) Sr(a) foi?

MUNICIPIO	UF	ZONA	PAIS
		1. Urbana	
		2. Rural	

--	--	--	--	--	--

8. Não sabe

149. Com quem o(a) Sr(a) mudou para o município de _____?
(RESPOSTA NA PERG.148)

- (1)...Com a família dos pais
- (2)...Com a família atual
- (3)...Com parte da família
- (4)...Sozinho
- (5)...Com amigos
- (6)...Com parentes
- (7)...Outro
- (8)...Não sabe

150. Por que o(a) Sr(a) escolheu o município de _____?
(RESPOSTA NA PERG.148)

151. Qual era a sua ocupação quando chegou no município de _____?

(RESP.NA PERG.148)

(O C U P A Ç ã O)

- 1. Não trabalhava
- 2. Aposentado
- 3. Licenciado
- 4. Estudante
- 5. Desempregado
- 6. Dona de Casa
- 8. Não sabe

PULA PARA INSTRUÇÃO NO FIM DA PAGINA

FAZER PERGUNTA 152 E PULAR P/INSTRUÇÃO NO FIM DA PAGINA

PULA PARA INSTRUÇÃO NO FIM DA PAGINA

152. O(a) Sr(a) exercia essa atividade nest mesmo município? (RESPOSTA NA PERG.148)

- (1)...Sim (PULE PARA PERG.153)
- (2)...Não - Onde?

MUNICIPIO	UF	ZONA	PAIS
		1. Urbana	
		2. Rural	

--	--	--	--	--	--

8. Não sabe

153. O(a) Sr(a) trabalhava em empresa, por conta própria ou para pessoa física?

- (1) Empresa
- (2) Conta Própria
- (3) Para Pessoa Física
- (8) Não sabe

EXPLICITAR RAMO DE ATIVIDADE

154. Qual era sua posição na ocupação? (declarada na perg.151)

- (1)...Empregado do setor privado
- (2)...Empregado do setor público (Servidor público)
- (3)...Empregado de empresa estatal (Telebrás, Banco do Brasil, Serpro, Banespa)
- (4)...Autônomo dependente
- (5)...Autônomo independente
- (6)...Empregador
- (7)...Trabalhador agrícola volante
- (8)...Trabalhador agrícola permanente
- (9)...Parceiro ou meeiro
- (10)...Trabalhador doméstico assalariado (mensalista)
- (11)...Trabalhador doméstico por conta própria (diarista)
- (12)...Sem remuneração
- (88)...Não sabe

155. O(a) Sr(a) tinha carteira assinada?

- (1)...Sim
- (2)...Não
- (8) Não sabe
- (0) Não se aplica

SE FEZ MAIS DE 5 MUDANÇAS APLICAR AS PERGUNTAS 156 A 164//SE FEZ ATÉ 5 PULLE PARA PERGUNTA 165

ESTAS QUESTOES REFEREM-SE AO
LOCAL DE RESIDENCIA ATUAL

165. O(a) Sr(a) acha que sua vida (e/ou a da sua familia) melhorou depois que veio morar aqui neste municipio?

(1)...Sim SEGUE
(2)...Nao

(8)...Nao sabe PULE PARA PERG.167

166. Por que?

167. O(a) Sr(a) e a sua familia, sendo migrantes, foram bem recebidos ao chegar a este municipio?

(1)...Sim SEGUE
(2)...Nao

(8)...Nao sabe PULE PARA PERG.169

168. Por que?

169. O(a) Sr(a) e/ou algum outro membro desta familia tiveram algum tipo de problema (por exemplo: de convivio na comunidade, em escola, ou para conseguir emprego) pelo fato de serem migrantes, neste municipio?

(1)...Sim SEGUE

(2)...Nao PULE PARA PERG.171
(8)...Nao sabe

170. Que tipo de problema?

171. O(a) Sr(a) conhece alguma pessoa ou familia que mudou recentemente deste municipio? (SE CONHECE MAIS DE UMA REFERIR-SE A QUE MUDOU MAIS RECENTEMENTE)

(1)...Sim SEGUE

(2)...Nao ENCERRE A ENTREVISTA
(8)...Nao sabe

172. Para onde mudaram?

(1)...Voltaram para o Nordeste
(2)...Voltaram para o interior de S.P.
(3)...Voltaram para a Grande S.Paulo
(4)...Voltaram para outro estado

(ESPECIFICAR)

(5)...Voltaram para outro pais

(ESPECIFICAR)

(6)...Foram para o Nordeste
(7)...Foram para o interior de S.P.
(8)...Foram para a Grande S.Paulo
(9)...Foram para outro estado

(ESPECIFICAR)

(10)...Foram para outro pais

(ESPECIFICAR)

(00)...Nao sabe